



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ATA N.º 05/2023

DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2023
INICIADA ÀS 15 HORAS E 05 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 18 HORAS E 25 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL
ABERTURA	02
ORDEM DO DIA	05
ENCERRAMENTO	81

ATA N.º 05/2023

ABERTURA

Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, no Auditório Municipal, sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Extraordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1.1 - Debate Temático sobre o “Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela”

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, o Senhor António Paulo Pereira Ranito e a Senhora Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes em substituição da Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Dr. João José Casteleiro Alves, Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco de Sousa em substituição do Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Lino Fernandes Torgal em substituição da Dra. Valéria Alexandra Mendes Garcia, Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho em substituição da Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, António Paulo Pereira Ranito, Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira, Dr. Jorge Manuel Torrão Nunes, Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dr. Rúben Miguel Carvalho Nascimento em substituição do Dr. Nelson Antunes Carvalho, Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves, Helena Maria Duarte Silva em substituição do Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro, Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho em substituição da Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, Dr. António Pedro de Jesus Nunes de Freitas em substituição da Dra. Joana Petrucci Dias Rocha, Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves, Eng.º Luís da Silva Rodrigues, Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo, Dr. Nuno Flávio Costa Reis, Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes e os(as) Excelentíssimos(as) Senhores(as) Presidentes de Junta/União de Freguesia(s): Joana Patrício Campos (Aldeia de São Francisco de Assis), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguizo), João Ramos Almeida (Erada), Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa), Paulo Jorge da Silva Maçãs Quintela (S. Jorge da Beira), Sofia Isabel Gaspar Sobreiro em substituição da Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio em substituição de José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra), Mestre Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), Prof. Vítor Barata Fernandes (Barco e Coutada), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Abel Fernando Pereira Cardoso em substituição de Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

Não esteve presente o Senhor Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho). -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira, o Senhor Vice-Presidente, Dr. José Armando Serra dos Reis, e os Senhores Vereadores: Dr. Pedro Miguel Santos Farromba, Prof.ª Doutora Maria Regina Gomes Gouveia, Dr. Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva, Eng.º José Miguel Ribeiro Oliveira e Dra. Marta Maria Tomaz Gomes Morais Alçada Bom Jesus; do corpo técnico: a Diretora do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica – Dra. Graça Isabel Pires Henry Robbins, o Diretor do Departamento de Finanças e Modernização Administrativa – Mestre Júlio Manuel de Sousa Costa, da Divisão de Planeamento e de Gestão de Cofinanciamento de Investimento – Eng.ª Isabel Maria Barata Matias e do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal a Técnica Superior, Dra. Ivone Franco Correia e o Coordenador Técnico Adriano Flávio de Jesus Mingote. -----

Colocada à votação, a **Ordem de Trabalhos foi aprovada por unanimidade.** -----

1. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1.1 - DEBATE TEMÁTICO SOBRE O “PLANO DE REVITALIZAÇÃO DO PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA”

--- Nos termos do artigo 43.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, o Grupo Municipal do Partido Socialista indicou como tema para discussão o “Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela”. -----

--- O Deputado Municipal **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte apresentação/enquadramento do tema: **(Doc.01)** -----

“Reunimos hoje, em Assembleia Municipal extraordinária, para inaugurar um novo espaço de debate. Um espaço criado pelo novo regimento deste órgão e que permitirá abordar, mais aprofundadamente, temas da maior relevância para o nosso concelho. Um espaço que se pretende que seja de identificação de caminhos e sinalização de alternativas, também de esclarecimento de dúvidas e enriquecimento intelectual, de reivindicações comuns, as haverá com certeza, e, naturalmente, de bastante confronto de ideias. Em suma, um novo espaço para servirmos a Covilhã, debatendo o seu futuro. -----

Estes Debates Temáticos, que terão lugar duas vezes por ano, contam com uma particularidade relativamente às restantes sessões desta assembleia, que, estou em crer, fomentará uma discussão de bases mais sólidas, alicerçando-se nos conhecimentos de quem está reconhecidamente por dentro dos assuntos, os estudou a fundo ou até lida com eles no seu dia-a-dia. Estou certo que o contributo destes convidados, nomeadamente dos que aqui recebemos hoje, serão valiosos para as tomadas de posição de cada deputado ou grupo municipal, nas mais diversas matérias que possamos vir a tratar, e que, concordando ou discordando, serão um auxílio inestimável na busca pelas melhores soluções para cada problema. -----

Por tudo isto, permitam-me agradecer de antemão a todos os convidados por se terem disponibilizado a estar aqui connosco e nos transmitirem a sua experiência e sabedoria no que diz respeito ao Plano de Revitalização da Serra da Estrela. -----

Lembro-me de chegar à varanda de minha casa, na manhã do dia 6 de Agosto de 2022, e ver as chamas progredirem encosta acima. Para mim, será sempre um daqueles momentos na vida em que as imagens se alojam na nossa memória para não mais sair. Não pela imagem em si, já naturalmente assisti a outros incêndios, mas pelo que significaram os 12 dias seguintes para as populações do nosso concelho, particularmente para os nossos conterrâneos que se viram mais diretamente atingidos, e naturalmente para os bombeiros e agentes da proteção civil que

estiveram no teatro de operações. Não sou verdelheiro, o único bem pessoal que posso dizer ter em Verdelhos é amigos e certamente não posso ousar afirmar que senti como eles aqueles dias. Não vi o fogo descer vertiginosamente o vale do beijames, não o vi sobrevoar os telhados da aldeia, não temi pela vida e não perdi bens materiais. Mas sem verdadeiramente nada ali ter, não consigo deixar de sentir que também ali eu perdi algo. Que perdemos todos. Tal como perdemos em Vale Formoso, Aldeia do Souto, Orjais, Sarzedo, Vila do Carvalho e Teixoso. -----

Estamos sem dúvida perante uma das maiores perdas coletivas de sempre da comunidade covilhanense, com danos catastróficos no nosso maior ativo natural e económico, como é a Serra da Estrela e o seu Parque Natural. -----

Urge, no entanto, virar a página e dar nova vida aos nossos territórios, e é com esse intuito que o Partido Socialista priorizou este tema para o primeiro Debate Temático da Assembleia Municipal da Covilhã, centralizando-o no Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, a principal ferramenta criada pelo governo com o objetivo de recuperar, a vários níveis, os municípios afetados pelo incêndio do ano passado. -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

Esta reunião temática procurará promover o debate, promover a discussão, promover a troca de experiências, de conhecimento e vislumbrar soluções e propostas para os temas debatidos. -----

No caso particular do debate do Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela aquilo que esperamos é ouvir dos nossos convidados, em cada uma das suas áreas de conhecimento e especialização, as suas perspetivas sobre este importante instrumento. -----

Dos grupos municipais e membros desta Assembleia, espera-se que questionem e transmitam a sua visão e as suas propostas sobre o tema, sejam elas individuais ou do grupo municipal que representam. -----

Da parte do PS contarão, como sempre, com uma intervenção positiva, realista e uma abordagem colaborativa e ativa para que possamos melhorar o Plano de Revitalização, mas sobretudo as condições de desenvolvimento, valorização e conservação da nossa Serra da Estrela. -----

O Plano de Revitalização da Serra da Estrela, segundo a própria Resolução do Conselho de Ministros correspondente à sua aprovação, “constitui-se como um Programa Integrado de Desenvolvimento Regional do Território, com foco em diferentes domínios temáticos, identificando medidas e projetos a implementar no curto e médio prazo, que deverão promover o desenvolvimento sustentável da região, a recuperação e revitalização do seu património natural e biodiversidade, a inovação e o investimento para a revitalização dos setores produtivos e diversificação da base económica da região, combatendo a perda demográfica e tornando o território mais resiliente às alterações climáticas e aos seus efeitos, preservando e valorizando o seu principal ativo patrimonial, o PNSE e todo o seu ecossistema”. -----

É por isso imperioso que saibamos identificar as medidas e os projetos que cumpram com estes objetivos definidos aquando da criação do plano, desde logo o desenvolvimento sustentável da região e o combate à perda demográfica, por forma a que este venha a ter um impacto positivo na revitalização e recuperação dos nossos territórios. -----

Nas freguesias mais afetadas pelo incêndio, como por exemplo Verdelhos (que, relembro, teve um decréscimo populacional de quase 25% entre 2011 e 2021), têm sido reivindicados investimentos por parte dos autarcas que me parece cumprirem perfeitamente com o propósito do plano. Desde logo o alcatroamento da ligação da aldeia às localidades de Cova e Sarnadas, junto ao Poço do Inferno, que, em conjunto com o alcatroamento da chamada estrada da “Serra de Baixo”, já em Manteigas, daria a Verdelhos um acesso direto aos Piornos, conferindo a esta freguesia todo o potencial necessário para se transformar numa aldeia turística de montanha de excelência. -----

O mesmo se pode dizer das reivindicações dos autarcas de Unhais da Serra, relativamente à estrada do Vale Glaciar da Alforfa (ligação de Unhais da Serra à Nave de Santo António) e de Cortes do Meio, no que diz respeito à ligação das Cortes ao Alto dos Livros e ao Alto das Pissarrinhas. Parece-me unânime que a construção destas vias se afigura essencial para o desenvolvimento económico das freguesias mencionadas, permitindo-lhes também a elas usufruir mais diretamente do turismo da nossa serra. -----

Ainda em termos de rodovia, existem outros investimentos, como é o caso do IC6, que concretizados seriam totalmente revolucionários para a economia de toda a região, promovendo sinergias inter-municipais e inter-regionais, aproximando pólos urbanos de desenvolvimento e, conseqüentemente, fixando populações. Para o concelho da Covilhã, e outros concelhos vizinhos, o IC6 é a obra fundamental para inverter a queda demográfica, nomeadamente nas freguesias mais a sul. Não fará então sentido que conste deste Plano de Revitalização? -----

Em relação à Torre, e aos constrangimentos de trânsito que se têm verificado em época alta, e que debatemos aqui na última reunião de Assembleia Municipal, não deverá o plano conter medidas específicas para uma resolução mais definitiva do problema uma vez que falamos do local de maior atração turística do Parque Natural? -----

O Plano identifica igualmente como objetivo tornar os territórios mais resilientes às alterações climáticas e seus efeitos, não será então o acesso a recursos hídricos, nomeadamente com a construção da barragem das Cortes, de presença obrigatória no Plano de Revitalização? -----

São todas estas questões, e muitas outras, que consideramos ser da maior relevância falarmos aqui hoje para que todos os deputados municipais possam conhecer melhor o processo, esclarecer as suas dúvidas, tirar as suas ilações e apresentar as suas ideias. Procurar perceber forma, conteúdo e processo de elaboração do plano, de maneira a que o documento final a ser entregue ao governo seja fiel às nossas aspirações. -----

Façamos por isso.” -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, após cumprimentar todos os presentes, referiu que “os ilustres convidados vêm densificar, enriquecer, esclarecer e dar contributos importantes para este muito importante tema que a todos diz respeito, independentemente dos nossos posicionamentos ideológicos ou partidários. -----

Há muitas décadas (30 ou 40 anos) que, para o cidadão comum, a floresta está indissociavelmente interligada aos incêndios devido à sua recorrência em todos os verões e às trágicas conseqüências. É um fenómeno mediático. Abastece os órgãos de comunicação social num período de vazio, num

período onde normalmente não há futebol nem política. Seria também motivo de discussão o papel da comunicação social neste domínio, mas não é para hoje. A verdade é que os incêndios são um dos maiores problemas, se não o maior problema, da floresta no nosso país. -----

Porque estes flagelos e estas tragédias se abatem sobre nós, é o momento de repensar, de refletir e de olhar como tratar e como abordar a temática da floresta, do seu ordenamento, do que está a montante e a jusante desta problemática e o que nós todos podemos fazer para que este estado de coisas se inverta. -----

A magnitude e a importância deste assunto podem ser medidas em vítimas, em infraestruturas destruídas, em medidas legislativas, em números que dizem respeito às áreas ardidadas ou às toneladas de madeira que ardem, às árvores que são consumidas, ... -----

Este problema transversal começa, desde logo, no ordenamento mais difícil de executar e de colocar no terreno tendo em vista esse mesmo desiderato que é a gestão das áreas para evitar, a começar desde logo no pós-incêndio, com a gestão das áreas queimadas. A montante temos as causas. Deste nosso incêndio, por exemplo, temos uma notória falta de ordenamento florestal. O arranjo espacial do combustível não é e não está bem feito e essa realidade tem que ser mudada.

Esta evidência esbarra numa realidade estrutural do nosso país. Há quem pense que a maior parte da floresta em Portugal é do Estado. É uma ideia profundamente errada. Basta ler as estatísticas que são públicas, objetivas e incontroversas. 91% da superfície florestal é privada. Desses 91%, 4% estão sob a gestão de empresas industriais que se dedicam a esta área e, nesses sítios, há um tratamento diferente, mais científico, mais sistemático e mais bem gerido no que diz respeito à floresta; apenas 3% da floresta é detida por entidades públicas. Mais uma nota importante: os restantes 6% estão sob controlo dos baldios. É importante que estes números sejam retidos para ajudarem a nossa reflexão no que diz respeito àquilo que queremos fazer para o futuro. -----

Depois temos outro problema (que é um velho problema) e sei que os nossos governantes de todas as áreas partidárias estão sensibilizados para isso: a propriedade em Portugal está muito pulverizada, sobretudo a Norte do Tejo. Temos mais propriedades do que habitantes. Temos 11,7 milhões de prédios rústicos em Portugal e a nossa população é bem inferior. Isso diz tudo. O cadastro dos prédios é um trabalho que também está a ser feito de forma acelerada, uns municípios um pouco mais à frente, outros um pouco mais atrás, porque tem a ver com a dimensão dos próprios municípios, com as suas idiosincrasias. Esta é seguramente a forma mais rápida de avançarmos nesse domínio. -----

Reportando-me ao cadastro, 20% do nosso território não possui dono ou este é desconhecido. Por isso é fundamental, para além do cadastro, avançarmos para novas perspetivas que abrem uma nova forma de gerir a floresta. Estou a falar das áreas integradas de gestão da paisagem, das zonas de intervenção florestal, ... Tem que haver uma integração das áreas rurais neste todo. No caso particular da Serra da Estrela, temos que pensar, na sua esmagadora maioria, no que diz respeito à apicultura, à silvicultura, à própria agricultura ou à pastorícia que não são muito rentáveis e, por isso, há aqui a chamada prestação ecológica em que o Estado tem que apoiar e subsidiar estes proprietários para que eles tenham um estímulo para se agregarem; e tem que haver uma entidade supra que seja de natureza intermunicipal que gere, de forma controlada, aquilo que há

a fazer no domínio da floresta.” -----

--- Seguidamente foi concedida a palavra aos ilustres convidados. O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** apresentou e agradeceu a presença do Senhor Prof. Carlos Lobo Carmona. “É Professor de Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Foi Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e é o Consultor que tem colaborado com a CIMBSE e com as autarquias da região na Estratégia de Desenvolvimento Regional e da Serra da Estrela.” -----

- **Prof. Carlos Lobo Carmona**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que “a tragédia que se abateu sobre a Serra da Estrela foi algo de dimensão internacional, ou seja, aquilo que se passou com o Parque Natural é algo que, de facto, nos desassossegou a todos, a vocês principalmente que são residentes e naturais da área, mas a todo o país e mesmo a nível internacional. Nessa medida, este Plano de Revitalização é algo que foi assumido pelo Governo ao mais alto nível e, durante este último ano, houve trabalho. -----

A CIMBSE contratou dois colabs: MORE e ForestWISE. Desenvolveram uma série de contactos a nível da área dos municípios do Parque, no sentido de desenvolver toda uma série de atuações. Simultaneamente, eu conjuntamente com os seis municípios das áreas de intervenção, desenvolvemos também um trabalho adicional no sentido de focar aquilo que achamos e que os municípios consideraram como sendo elementos críticos de mudança estrutural do modelo de gestão do Parque. Considerou-se que aquilo que existe até agora não funcionou e que é necessário alterar. Não podemos estar sempre à espera de resultados diferentes fazendo da mesma forma. Na prática, os municípios assumiram também aqui uma motivação de alteração estrutural do modelo que passo a apresentar alguns elementos porque o relatório final tem duzentas páginas e já foi entregue ao Governo (está para ponderação). -----

A questão crítica, relativamente ao Parque, está relacionada com o seu modelo de gestão. O problema que aconteceu é que tivemos uma catástrofe, mas ninguém se assumiu como responsável pela catástrofe que ocorreu. Tivemos centenas de milhões de euros de prejuízo, mas na prática, quando fomos fazer a contabilização dos danos individuais, apareceu-nos só uma pequena quantidade, quase ínfima, ao nível dos danos porque não temos uma apropriação do Parque. Ninguém se considera titular de um direito de tutela sobre o Parque e, por isso, ninguém se responsabiliza sobre a área do Parque. Este é um problema que temos. Resulta de um problema de apropriação e esta decorre intrinsecamente do modelo regulatório da gestão do Parque. -----

Assistimos até agora a um modelo de co-gestão, foi imposto aos municípios, e que na prática é do ICNF e devia ser desenvolvido em parceria com os municípios, mas estes nunca se reviram no modelo de gestão. Ou seja, tivemos sempre um modelo de costas voltadas entre o ICNF e os municípios e isto originou uma série de disfunções e uma série de incompreensões. Por vezes, a vertente do que a conservação supera a vertente da exploração económica, gera uma série de clivagens e de mau estar e, no final, quando acontece uma catástrofe, toda a gente aponta as responsabilidades para o outro e não para o próprio. A questão aqui é um problema de governo (governo de governança).” -----

Passou a apresentar e explicar os seguintes diapositivos: **(Doc.02)** -----

Componente Regulatória



LOBO CARMONA

Um novo modelo de co-gestão para o Parque Natural da Serra da Estrela

Da conservação passiva à Conservação Ativa Participada O que propomos?

- Configuração do Parque Natural da Serra da Estrela como Parque Natural de Nova Geração, assentando na convivência entre a comunidade e a conservação.
- Candidatura da "área protegida" da Serra da Estrela, a Paisagem Cultural da UNESCO
- Alteração do atual modelo organizacional, com a criação de uma nova entidade (empresa intermunicipal, fundação ou associação), a qual será constituída pelos municípios da área da Serra da Estrela (Guarda, Covilhã, Seia, Gouveia, Celorico da Beira e Manteigas), pelos agentes privados que operam no território, em articulação com ICNF
- Alteração dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), por iniciativa da nova estrutura de gestão, nomeadamente o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela
- Reforma do Modelo de Incentivo ao Investimento Privado na área do Parque Natural, nomeadamente em Turismo e na reativação das atividades económicas tradicionais

3

Um novo modelo de co-gestão para o Parque Natural da Serra da Estrela

1. Configuração do Parque Natural da Serra da Estrela como Parque Natural de Nova Geração, assentando na convivência entre a comunidade e a conservação.

- Participação das comunidades locais: As comunidades locais devem ser envolvidas no processo de tomada de decisão desde o início, e devem ser incentivadas a contribuir para a gestão do parque natural.
- Reconhecimento e respeito dos valores tradicionais: Os valores tradicionais das comunidades locais sobre a região e sua biodiversidade devem ser valorizados e incorporados na gestão do parque.
- Desenvolvimento sustentável: O modelo de gestão deve promover a conservação e a exploração sustentável dos recursos naturais, ao mesmo tempo em que respeita as necessidades e os direitos das comunidades locais.
- Capacitação: As comunidades locais devem ser capacitadas para participar ativamente da gestão do parque, com a finalidade de que tenham maior autonomia na tomada de decisões e no manejo dos recursos naturais.
- Monitorização e avaliação: A gestão do parque deve ser constantemente monitorada e avaliada, com o objetivo de medir os impactos da sua atividade no meio ambiente e nas comunidades locais.

LOBO CARMONA

4

“As comunidades têm que ser parte ativa desta gestão do Parque e a mesma não pode ser feita contra a comunidade e contra o desenvolvimento da atividade económica porque a Serra da Estrela é essencialmente uma paisagem humana e cultural. O que propomos é que se faça um passo em frente na qualificação do Parque, passando e capitalizando a questão do geoparque que foi considerado o melhor geoparque do mundo e passar para um estado e para uma divisão acima

que é a paisagem cultural da UNESCO. A paisagem cultural implica, de facto, esta necessária convivência entre as valências de conservação e de proteção da biodiversidade e a vertente da ocupação humana. O Parque tem que ter o Homem no seu interior e não pode expulsar o Homem da sua área. Se expulsar, deixa de haver Guardiões da Serra, arde tudo mais uma vez e nada é de ninguém. Os municípios têm efetivamente que participar e há uma sugestão da criação de uma entidade gestora composta pelos seus municípios que, na prática, se vai responsabilizar pela gestão do Parque e prestar contas aos seus munícipes de uma forma política para não haver aquela situação em que vemos a Serra a arder e ninguém consegue tomar uma medida efetiva da proteção, ultrapassando as fronteiras. Tem que haver aqui um modelo de articulação entre os municípios e, pela primeira vez, pelos seis presidentes que se agregaram na criação efetiva desta entidade de gestão conjunta que opere o território em articulação com o ICNF. -----

O problema do modelo atual é que o ICNF determina, aplica e fiscaliza as regras. Qualquer princípio de segregação de funções ao nível da atribuição de mínima, sabe perfeitamente que tem que haver uma separação entre os diversos agentes. O próprio ICNF, que prepara, gere e fiscaliza as regras, também ele está manietado na sua competência e fica numa situação de imponderação. -----

Não é nada de inovador. Se analisarmos os diversos modelos de gestão de parques em toda a Europa é assim que funciona: temos a vertente da conservação, a vertente da exploração económica e das vivências; e temos depois a fiscalização normal de toda a atividade. É isso que propomos e o Governo tinha já assumido a alteração do Plano de Ordenamento da Serra da Estrela. Vai ser o único programa que vai ser reestruturado e reformulado precisamente para recolher estes princípios que estipulámos, com esta reconfiguração e compete agora aos municípios também fazerem a sua participação ao nível da estrutura. O elemento central: segregação de funções entre entidade gestora e entidade fiscalizadora. Não podemos ter uma entidade gestora, uma entidade fiscalizadora, uma entidade legisladora e uma entidade proponente fundidas numa mesma situação. -----

Componente Regulatória



LOBO CARMONA

Um novo modelo de co-gestão para o Parque Natural da Serra da Estrela

2. Candidatura da “área protegida” da Serra da Estrela, a Paisagem Cultural da UNESCO

- Demonstração da excecionalidade dos “Montes Herminios” na evolução da história de Portugal e da Península Ibérica e da interação permanente entre a humanidade e o ambiente natural;
- Valorização da tradição cultural única da Serra da Estrela, desde a pré-história até à atualidade;
- Elaboração de um plano de gestão que demonstre o compromisso das autoridades locais e da comunidade em preservar o património;
- Participação Ativa da comunidade na gestão e conservação do património;
- As autoridades locais devem demonstrar seu compromisso com a candidatura e com a preservação da paisagem cultural. Isso pode ser feito através do comprometimento da estrutura de agregação municipal com a implementação do plano de gestão e na alocação de recursos para a conservação do património.

Componente Regulatória



LOBO CARMONA

Um novo modelo de co-gestão para o Parque Natural da Serra da Estrela

3. Alteração do atual modelo organizacional, com a criação de uma nova entidade (empresa Intermunicipal, fundação ou associação), a qual será constituída pelos municípios da área da Serra da Estrela (Guarda, Covilhã, Sela, Gouveia, Celorico da Beira – SEGREGAÇÃO DAS FUNÇÕES DE GESTÃO E DE FISCALIZAÇÃO

Criação de um Modelo de Co-Gestão assente numa plataforma de agregação municipal (fundação, associação ou empresa municipal) que permita a gestão participada do Parque Natural, à semelhança do que acontece, por exemplo, com as Aldeias de Xisto, Históricas ou de Montanha.

Alguns exemplos

- **Parque Natural de Sierra de Aracena y Picos de Aroche, Espanha:** Este parque natural, localizado no sudoeste da Espanha, é gerido pela comunidade local através de uma associação chamada "Parque Natural Sierra de Aracena y Picos de Aroche". A associação é composta por representantes das diversas aldeias e municípios da região;

6

Componente Regulatória



LOBO CARMONA

Um novo modelo de co-gestão para o Parque Natural da Serra da Estrela

- **Parque Natural de Montserrat, Espanha:** Este parque natural, localizado na Catalunha, Espanha, é gerido pela comunidade local através de uma fundação sem fins lucrativos chamada "Patronat de la Muntanya de Montserrat". A fundação é composta por representantes das autoridades locais, organizações não governamentais e empresas privadas;
- **Parque Natural Regional do Vercors, França:** Este parque natural, localizado nos Alpes franceses, é gerido por uma associação de comunidades locais chamada "Parc Naturel Régional du Vercors". A associação é composta por representantes das autoridades locais, organizações não governamentais e grupos de interesse locais;
- **Parque Natural Regional do Queyras, França:** Este parque natural, localizado nos Alpes franceses, é gerido por uma associação de comunidades locais chamada "Parc Naturel Régional du Queyras". A associação é composta por representantes das autoridades locais, organizações não governamentais e grupos de interesse locais;

7

Componente Regulatória



LOBO CARMONA

Um novo modelo de co-gestão para o Parque Natural da Serra da Estrela

4. Alteração dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), por Iniciativa da nova estrutura de gestão, nomeadamente o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela

- O incêndio que destruiu Parque Natural da Serra da Estrela em 2022 provou a insuficiência e irrazoabilidade do atual Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela.
- Neste quadro, o Plano de Ordenamento tem de ser revisitado e assentar num modelo diferente de proteção, que introduza as pessoas e as comunidades locais na estrutura de gestão, com a fixação de atividades económicas tradicionais;
- É essencial a instituição de uma segregação de funções entre a entidade gestora e a entidade fiscalizadora, com a precisa definição dos ativos e regiões objeto de proteção especial;
- Criação de um modelo de autosustentabilidade da atividade de conservação ambiental

8

Componente Regulatória



LOBO CARMONA

Um novo modelo de co-gestão para o Parque Natural da Serra da Estrela

5. Reforma do Modelo de Incentivo ao Investimento Privado na área do Parque Natural, nomeadamente em Turismo e na reativação das atividades económicas tradicionais

- Reanálise do modelo de concessão da exploração turística na área do Parque Natural, visando a aceleração do investimento em atividades turísticas ecologicamente sustentadas;
- Criação de um Plano de Investimento em atividades turísticas eco-friendly (redes de *Portais da Estrela*, *Glamping* de nova geração)
- Criação de um Modelo de Incentivo ao Desenvolvimento das Atividades Tradicionais, articulado com os novos modelos de valorização do capital natural
- Criação de um Modelo de Digitalização e Marketplace para os produtos tradicionais numa óptica *Consumer to Producer* potenciando as cadeias curtas e a ligação direta com os produtores artesanais.

9

Também queremos todo o modelo das medidas que estão propostas no Plano de Reestruturação passem pelo incentivo ao investimento privado na área do Parque Natural e aqui temos que falar da questão da exploração turística, dos planos de investimento nas atividade eco-friendly e, como costume dizer, o sítio mais feio de Portugal não pode ser a Torre da Serra da Estrela. Na prática, conseguimos ter a zona mais feia de Portugal no topo do país que resulta precisamente dessa lacuna de gestão, dessa articulação, dessa desagregação das próprias funções e isso é emblemático

e temos que assumir isso. Também não podemos ter atividades tradicionais de uma forma obsoleta. Tem que haver uma valorização efetiva do capital da Serra da Estrela e daquilo que é diferenciado. Isto é uma marca de qualidade, é uma marca de valor acrescentado que tem que ser potenciada. Temos que criar formas de desenvolver todo um modelo de comercialização e de potenciação do território. Na prática, estamos a falar de cerca de cem medidas com este pendore dentro do Plano de Revitalização que depois vão ser analisadas. -----

Componente Regulatória



LOBO CARMONA

Um novo modelo de co-gestão para o Parque Natural da Serra da Estrela

Evolução da legislação desde a criação dos Parques Naturais/Áreas protegidas

- ✓ Lei n.º 9/70, de 19 de junho, introduz pela primeira vez os conceitos de "parque nacional" e de "reserva"
- ✓ Decreto-Lei n.º 613/76, de 27 de junho, que procedeu à revogação da Lei n.º 9/70, de 19 de junho, criando novas categorias de áreas protegidas
- ✓ Decreto n.º 4/78, de 11 de janeiro, vem definir a orgânica dos parques naturais, reservas e património paisagístico
- ✓ Decreto-Lei n.º 557/76, de 16 de julho procedeu à criação do "Parque Natural da Serra da Estrela"
- ✓ Portaria n.º 409/79, de 8 de agosto, que aprova o Regulamento Geral do Parque Natural da Serra da Estrela em conformidade com DL 4/78
- ✓ Decreto-Lei n.º 49/83, de 31 de Janeiro, cria o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza e aprova a Lei Orgânica do Ministério da Qualidade de Vida

10

Componente Regulatória



LOBO CARMONA

Um novo modelo de co-gestão para o Parque Natural da Serra da Estrela

Evolução da legislação desde a criação dos Parques Naturais/Áreas protegidas

- ✓ Decreto-Lei n.º 49/83, de 31 de Janeiro, cria o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza e aprova a Lei Orgânica do Ministério da Qualidade de Vida
- ✓ Portaria n.º 583/90, de 25 de julho, aprova o Plano de Ordenamento.
- ✓ DL 19/93, e suas alterações sucessivas (avanços e retrocessos em matéria de descentralização)
- ✓ Decreto-Lei n.º 187/93, de 24 de Maio, veio extinguir o SNPRCN, criando o ICN – Instituto da Conservação da Natureza
- ✓ Decreto-Lei n.º 151/95, de 24 de junho, veio harmonizar o regime jurídico dos planos especiais de ordenamento do território, revogando normas do Decreto-Lei n.º 19/93
- ✓ Decreto Regulamentar n.º 50/97, de 20 de novembro, altera a orgânica do Parque Natural, criando novos órgãos como a Comissão Diretiva e o Conselho Consultivo
- ✓ Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de outubro, foi aprovada a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, para vigorar até 2010

11

Componente Regulatória



LOBO CARMONA

Um novo modelo de co-gestão para o Parque Natural da Serra da Estrela

Evolução da legislação desde a criação dos Parques Naturais/Áreas protegidas

- ✓ Decreto-Lei n.º 221/2002, de 22 de outubro, introduz novo esforço no sentido da descentralização administrativa. Com este DL vieram reforçar-se as competências do conselho consultivo e a participação dos órgãos municipais na gestão das áreas protegidas
- ✓ Decreto-Lei n.º 117/2005, vem reverter esta descentralização
- ✓ Decreto-Lei n.º 207/2006, de 17 de outubro e Decreto-Lei n.º 136/2007, de 27 de abril; passa a existir um nível intermédio de gestão das áreas classificadas e um conselho estratégico para cada uma das áreas protegidas
- ✓ Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, define o atual modelo de cogestão das áreas protegidas

12

Componente Regulatória



LOBO CARMONA

Um novo modelo de co-gestão para o Parque Natural da Serra da Estrela

Conclusão

Alterações legislativas necessárias

Decreto-Lei n.º 19/93

- Criação de nova proposta de classificação de Áreas protegidas de âmbito regional e local
- Alteração estrutura orgânica Parque Natural

Decreto Regulamentar n.º 50/97

- Alteração estrutura orgânica Parque Natural

Decreto-Lei n.º 221/2002

- Reforço da participação dos órgãos municipais na gestão das áreas protegidas

Decreto-Lei n.º 116/2019

- Alterações atual modelo de cogestão

13

Componente Regulatória



LOBO CARMONA

Um novo modelo de co-gestão para o Parque Natural da Serra da Estrela

Modelo Financeiro O Landscape Finance

Com o objetivo da autossustentabilidade no longo prazo, e redução de necessidade de financiamento através de recursos públicos centrais

Implementação de um modelo de Restauo de Paisagem Florestal (Forest Landscape Restoration - FLR)

Objetivos:

- Aproximação da oferta da procura, seja pelo aumento da capacidade de aproximar as empresas dos projetos no terreno, seja pela criação de um fundo de transição da paisagem que funcione numa lógica de *blended-finance*; e
- Garantir financiamento privado focado no apoio a plataformas de *multi-stakeholders* que conseguem promover a criação de grupos de interesse, executar planeamentos estratégicos, mapear e desenvolver projetos, representa um pilar essencial de credibilidade e sustentabilidade para investimentos posteriores.

14

Componente Regulatória



LOBO CARMONA

Um novo modelo de co-gestão para o Parque Natural da Serra da Estrela

Modelo Financeiro

Com o objetivo da autossustentabilidade no longo prazo, e redução de necessidade de financiamento através de recursos públicos centrais

- Atualização do cadastro territorial da toda a área para uma eficiente utilização do solo, permitindo que as atividades florestais sejam organizadas de forma eficiente e com otimização da capacidade produtiva endógena, com subsequente redução dos custos de exploração
- Internalização das externalidades, com desincentivo de comportamentos geradores de risco, como a não gestão fundiária,
- Consignação das receitas fiscais e da concessão pelas atividades turísticas e económicas para a área da Serra da Estrela
- Criação do "Banco de Fomento", para viabilização destes créditos e para a criação de garantias;
- Pagamento dos serviços dos ecossistemas do Parque Nacional
- A criação do Parque Nacional e da nova entidade de gestão permitirá a criação de parcerias para o desenvolvimento de modelos de financiamento privado

15

Outro modelo tem a ver com a questão de toda a reformulação da sustentabilidade financeira. O cadastro é essencial. Temos que saber, efetivamente, quem são os proprietários e, de facto, 20% da terra é de proprietário não conhecido ou pior – estão em heranças indivisas. -----

O elemento essencial que temos de articular é fazer com que o Parque seja remunerado pelos serviços de ecossistemas que presta ao país, nomeadamente ao nível do carbono, da biodiversidade e da água, três valências centrais na Serra da Estrela que não são remuneradas por

ninguém. Daí a importância do plano hídrico, da vertente da proteção civil, da garantia de não existir catástrofes e também da garantia da biodiversidade em termos de alinhamento e de diversificação e diferenciação. -----

Componente Aduaneira e Fiscal

LOBO CARMONA

16

Componente Aduaneira e Fiscal



LOBO CARMONA

Constituição de um Regime Fiscal e Aduaneiro Especial para a Serra da Estrela

O que propomos?

Tornar o Território da Serra da Estrela como o local mais atrativo para a realização de Investimento produtivo através da criação de uma infraestrutura logística de concentração de carga situada no corredor de serviço da região, a qual estará conectada pelo serviço de transporte ferroviário. O objetivo essencial é o de, numa ótica de Rede Urbana, criar condições para a inserção de valor acrescentado na cadeia logística

Como?

- 1) Extensão das Vantagens do "Porto Seco" da Guarda à maior área possível aproveitando os mecanismos aduaneiros disponíveis e alargando conceitos;
- 2) Criação de uma rede de entrepostos satélite no trajeto de circulação, em cada Município;
- 3) Previsão de um Regime Fiscal de Atração com base nas Zonas Desfavorecidas
- 4) Criação de um Regime Nacional de Perequação Positiva em favor da Serra da Estrela (IRC e Derrama na utilização de Recursos Naturais) e Pagamentos dos Serviços de Ecossistema (Água, CO2 e Biodiversidade)

17

Propomos também a criação de um regime fiscal especial. A zona da CIMBSE é uma região que pode merecer um apoio a nível financeiro e a nível fiscal no regime fiscal porque é uma zona desfavorecida. Temos que aprofundar esse regime. -----

Com base no Porto Seco da Guarda, temos a possibilidade de desenvolver toda uma cadeia de aperfeiçoamento ativo e de armazéns e de desenvolvimento industrial com um regime aduaneiro especial todo em redor da Serra da Estrela. São ações de potenciação económica – fazer com que a Serra da Estrela seja, efetivamente, um catalisador de crescimento, valorizando as suas condições intrínsecas e apoiando toda a estrutura da atividade económica e também a sua tradição industrial que temos que reativar numa ótica de sustentabilidade e de criação de riqueza, nomeadamente através da criação de uma rede urbana que ligue todos os centros urbanos da periferia da Serra de uma forma que seja descarbonizada e que seja sustentável, nomeadamente aquela iniciativa da reativação e da beneficiação da linha ferroviária entre o Fundão e a Covilhã, que já foi anunciada, com articulação à Guarda e a articulação de toda a estrutura de cadeia produtiva garantindo que haja uma descarbonização do acesso à Serra da Estrela e uma valorização de toda a estrutura. -----

Componente Aduaneira



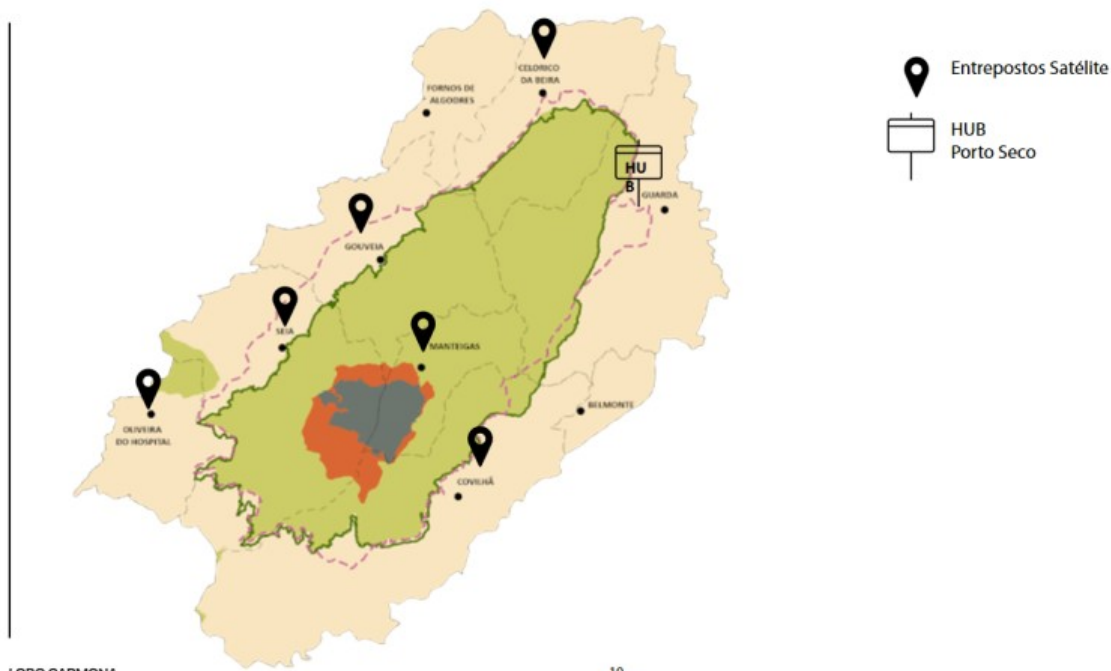
LOBO CARMONA

Constituição de um Regime Fiscal e Aduaneiro Especial para a Serra da Estrela

Além da criação de um porto seco na região, propomos criar, paralelamente uma rede de entrepostos aduaneiros e fiscais de suporte na área

Porto Seco Upgraded HUB	Rede Entrepostos Satélite
Permitirá a transferência de mercadorias entre os portos marítimos e os portos secos, e entre estes ou entre estes e entrepostos satélite, em regime suspensivo	Os entrepostos aduaneiros poderão ser utilizados por qualquer pessoa para o entreposto aduaneiro de mercadorias ("entreposto aduaneiro público") ou para armazenamento de mercadorias por titulares de uma autorização de entreposto aduaneiro privado
Além do depósito temporário para o efeito ou em regime de trânsito, iremos alargar o conceito de Porto Seco a outros regimes especiais aduaneiros, como o de aperfeiçoamento do ativo	As autoridades aduaneiras podem autorizar o aperfeiçoamento de mercadorias sujeitas ao regime de aperfeiçoamento ativo ou de destino especial em entreposto aduaneiro, verificados determinados requisitos.
Suportado por tecnologia de controlo da circulação das mercadorias entre os nós intermodais ao longo do trajeto de transferência	Nos pontos satélite existirão ainda entrepostos fiscais que permitirão alargar a rede à circulação de produtos sujeitos a impostos especiais de consumo não importados (mas produzidos a nível nacional)

18



LOBO CARMONA

19

Componente Aduaneira



LOBO CARMONA

Potenciais impactos na atividade económica da Serra da Estrela

Objetivos da criação do HUB Porto Seco e rede de entrepostos satélite:

- Terceirização da cadeia logística
- Criação de um novo centro de distribuição
- Criação de uma solução integrada de tratamento de mercadoria e informação, por via eletrónica, com total controlo logístico da circulação das mercadorias
- Promoção da constituição de armazéns e entrepostos de produção na área
- Maior comodidade e agilidade no processo aduaneiro de mercadorias e, também, de circulação de bens sujeitos a IEC

A constituição de um centro logístico que inclua uma rede de entrepostos aduaneiros e fiscais permitirá dar resposta às necessidades das cadeias de distribuição nacionais e internacionais, e responder às carências logísticas das empresas, permitindo o estabelecimento de uma operação concertada de terciarização ou quartearização logística numa zona de circulação livre de mercadorias em regime suspensivo de impostos.

20

Componente Aduaneira



LOBO CARMONA

Potenciais impactos na atividade económica da Serra da Estrela

Vantagens associadas a entrepostos para empresas dedicadas ao comércio Internacional:

- Suspensão do pagamento de direitos e impostos, com impactos imediatos no cash flow
- Flexibilidade de armazenagem
- Procedimentos alfandegários simplificados: os entrepostos estarão idealmente localizados junto de portos de entrada, o que poderá resultar numa simplificação dos procedimentos aduaneiros e reduzir o tempo e custo do desembaraço alfandegário.
- Melhoria da eficiência da cadeia de fornecimento, fornecendo uma localização central para armazenamento e distribuição de mercadorias, o que pode reduzir os custos de transporte e os prazos de entrega.

21

Componente Fiscal



LOBO CARMONA

2. Regime Fiscal Excepcional para áreas Desfavorecidas:

O que se pretende:

Tornar a Serra da Estrela como a Localização com o Melhor Ambiente Fiscal em Portugal

IRC – Taxa Reduzida

- Atualmente, as PME e as Empresas de pequena-média capitalização situadas no interior beneficiam, sob determinadas condições, de uma taxa reduzida de imposto, de 12,5 %, aplicável aos primeiros 50.000 € de matéria coletável.
- No entanto, este regime é aplicado em todo o território do interior do país e os seus efeitos positivos são limitados, pelo que não beneficia de forma especial a região da Serra da Estrela.
- Por ser economicamente desfavorecida e por ter perdido mais de 10% da sua população no período compreendido entre 2009 e 2018, a região das Beiras e da Serra da Estrela beneficia da maior intensidade máxima de auxílios de estado com finalidade regional, tal como aprovados pela Comissão Europeia.
- Por conseguinte, existe uma base que permite sustentar a aplicação geral de uma taxa reduzida de IRC a todas as empresas que, independentemente da sua dimensão e da sua matéria coletável, estejam situadas e desenvolvam a sua atividade na Serra da Estrela.

22

Componente Fiscal



LOBO CARMONA

3. Perequação Territorial Positiva

O que pretendemos:

A Serra da Estrela deve ser compensada pelos serviços ambientais positivos que presta ao País

1. IRC – Afetação das Receitas

- As autarquias locais têm competências em relação ao lançamento da derrama municipal, que é um imposto autónomo face ao IRC, ainda que aproveite a sua base de incidência.
- A proporção do rendimento gerado na área geográfica de cada município é aferida, por regra, em função do critério da massa salarial.
- A título subsidiário, os municípios podem propor um critério distinto quanto à repartição da derrama, quando o volume de negócios de um sujeito passivo resulte em mais de 50% da exploração de recursos naturais.
- Contudo, em conformidade com o princípio da justa repartição dos recursos, que resulta da Constituição e da Lei de Finanças Locais, é possível sustentar que parte das receitas do próprio IRC das entidades que explorem recursos naturais devem ser alocadas ao municípios onde a atividade é desenvolvida.

23

Componente Fiscal



LOBO CARMONA

2. Criação de uma Compensação por Serviços Ambientais – Operacionalização do Fundo Ambiental e do Fundo de Sustentabilidade Urbanística

- O Adicional ao IML, criado pela LOE de 2017, foi instituído para atingir os proprietários de imóveis de luxo, uma vez que incide sobre a soma dos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos de que o sujeito passivo seja titular.
- Ao contrário do IMI, a receita que resulta do Adicional ao IMI não reverte para as autarquias locais, sendo afetada ao Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social.
- Contudo, as regiões urbanas são beneficiárias dos contributos que, numa perspetiva de longo prazo e ainda que não sejam valorizados pelo mercado, os espaços rurais dão para o bem-estar coletivo.
- Nesse sentido, a par do Fundo Ambiental e do Fundo de Sustentabilidade Urbanística e Ambiental previsto na Lei de Bases do Solo, o financiamento dos serviços de ecossistema pode ser assegurado por via da alocação, ainda que parcial, das receitas do Adicional ao IML.

24

Componente Fiscal



LOBO CARMONA

3. Contribuição Especial por risco acrescido

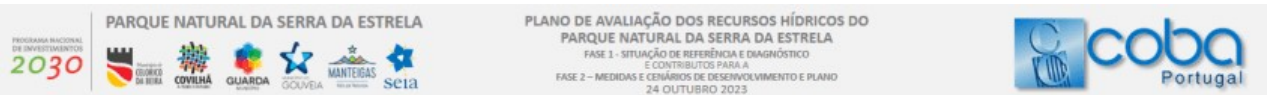
- O abandono florestal é um problema que resulta de diversos fatores e que apresenta inúmeras consequências, nomeadamente, ao nível do aumento significativo do risco de incêndio.
- Como forma de internalizar as externalidades negativas, pode ser criada uma Contribuição Especial por risco de incêndio acrescido a aplicar sobre as áreas florestais não geridas.
- Do ponto de vista técnico, esta Contribuição Especial iria corresponder a um verdadeiro adicional ao IMI Rústico, sendo a sua receita alocada a ações de prevenção e mitigação do risco de incêndio.
- Em relação às suas finalidades, este tributo está destinado a prosseguir objetivos extrafiscais, quer por desincentivar o abandono florestal, quer por corrigir as falhas de mercado existentes.

25

A ideia fundamental é criar um modelo de gestão que seja participado e democrático, que respeite as práticas de governo, que haja uma segregação entre quem prepara, aplica e fiscaliza os regulamentos e que haja um sentido de apropriação e de responsabilidade para que, efetivamente, se acontecer algo novamente, possamos ser capazes de responsabilizar alguém. Se não conseguirmos ter a capacidade de criar um modelo que, num limite final, não permite responsabilizar ninguém, nunca ninguém tomará as medidas necessárias para isso e acho que a tragédia que se abateu foi um momento de mudança e compete a todos nós fazer o máximo de esforço para que não volte a acontecer.” -----

--- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** apresentou e agradeceu a presença da Senhora Eng.^a Estrela Maria Capelo do Rosário, “membro do Conselho Técnico da COBA Portugal, empresa que está a executar o Plano de Avaliação do Potencial Hídrico da Serra da Estrela.” -----

- Eng.^a **Estrela Maria Capelo do Rosário**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que iria abordar sobretudo sobre “a avaliação dos recursos hídricos, transversais a qualquer desenvolvimento socioeconómico e económico”, apresentando e explicando os seguintes diapositivos: **(Doc.03)** -----



RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO – FASE DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO

CAMPANHA DE RECOLHA DE DADOS E INFORMAÇÕES

- ✓ Reuniões técnicas com os Pontos Focais dos Municípios integrados no PNSE para recolha de dados e informação para os domínios Agricultura e Pecuária, Abastecimento de Água e Território e Ambiente que depois foram analisados
- ✓ Exploradas e analisadas as bases de dados dos Portais do INE, do IPMA e do SNIRH
- ✓ Exploradas e analisadas as bases de dados da DGADR e REGADIO 2030
- ✓ Explorada e analisada a legislação e informação documental relativa ao Território e Ambiente (Condicionantes Ambientais)
- ✓ Explorados e analisados a Estratégia Portugal 2030, Plano Nacional de Investimentos 2030 e Planos de Recursos Hídricos

RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO - FASE DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO

■ DESAFIOS E DIFICULDADES ENCONTRADOS

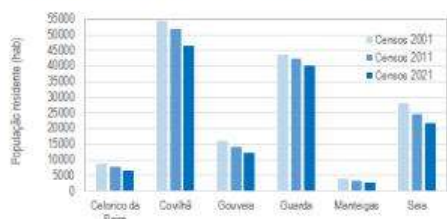
- Um calendário para o Plano de Avaliação dos Recursos Hídricos do PNSE muito ambicioso que foi necessário ajustar;
- Assegurar o andamento do processo de consulta aos municípios e a elaboração com qualidade do Relatório da Fase 1;
- Identificar o nível de análise adequado para o relatório da Fase 1 - Situação de Referência e Diagnóstico e antecipação na identificação das medidas a tratar na Fase 2 – Medidas e Cenários de Desenvolvimento;
- Recolha e análise de uma grande quantidade de dados mensais e anuais de precipitação e de caudal na Região do PNSE para a caracterização do regime de precipitação e modelação dos seus recursos hídricos.
- Recolha e análise da informação e dados relativos aos sectores temáticos em análise: Demografia, Clima, Agricultura e Pecuária, Abastecimento de Água, Território e Ambiente

RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO - DINÂMICAS TRANSVERSAIS NA REGIÃO DO PNSE

■ DEMOGRAFIA

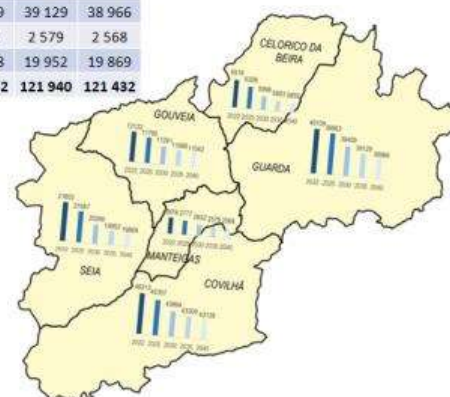
População residente atual

Concelhos do PNSE	Censos 2001, 2011 e 2021		
	2001	2011	2021
Celorico da Beira	8 875	7 693	6 583
Covilhã	54 505	51 797	46 455
Gouveia	16 122	14 046	12 222
Guarda	43 822	42 541	40 117
Manteigas	4 094	3 430	2 909
Seia	28 144	24 702	21 755
TOTAL	155 562	144 209	130 041



Concelhos do PN da Serra da Estrela	Projeções da população residente para o período de anos 2022-2040				
	2022	2025	2030	2035	2040
Celorico da Beira	6 518	6 308	5 998	5 883	5 859
Covilhã	46 213	45 357	43 894	43 309	43 128
Gouveia	12 122	11 790	11 281	11 088	11 042
Guarda	40 109	39 963	39 409	39 129	38 966
Manteigas	2 878	2 777	2 632	2 579	2 568
Seia	21 602	21 087	20 268	19 952	19 869
TOTAL	129 442	127 282	123 482	121 940	121 432

Projeções da população residente



RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO - DINÂMICAS TRANSVERSAIS NA REGIÃO DO PNSE

População flutuante em casas secundárias

Concelhos do PNSE	População flutuante por concelho para o período de 2022 a 2040			
	Residência secundária	Capacidade total para 3 hab / alojamento	População flutuante	População flutuante máxima em simultâneo
Celorico da Beira	2 234	6 702	5 362	3 753
Covilhã	9 898	29 694	23 755	16 629
Gouveia	3 725	11 175	8 940	6 258
Guarda	8 658	25 974	20 779	14 545
Manteigas	1 164	3 492	2 794	1 956
Sêze	5 482	16 446	13 157	9 210
TOTAL	31 161	93 483	74 786	52 350

A população flutuante em residências secundárias tem uma significativa importância nos concelhos do PNSE, sendo constituída essencialmente por pessoas que residem e trabalham no estrangeiro ou noutra local do país e visitam a sua região de origem, principalmente no verão e, embora em menor número, no Natal

População flutuante em alojamentos turísticos

Concelhos do PNSE	Dormidas	Hóspedes/Residente	Dormidas	Hóspedes/Residente	Dormidas	Hóspedes/Residente	Dormidas	Hóspedes/Residente
	2022		2021		2020		2019	
Celorico da Beira	30 087	2.7	20 150	1.6	11 260	1.0	20 942	2.2
Covilhã	296 965	3.6	216 274	2.5	178 022	2.1	301 880	3.8
Gouveia	32 470	1.4	15 227	0.7	10 994	0.5	20 038	1.1
Guarda	73 495	1.2	52 542	0.9	48 280	0.8	87 062	1.8
Manteigas	70 789	13.9	51 444	10.3	44 814	8.5	42 548	8.1
Sêze	83 176	2.3	61 251	1.5	49 668	1.3	65 182	1.8
TOTAL	586 982	4.5	416 888	3.2	343 038	2.6	537 652	4.0
Estadia média (Dorm./hosp)	1.7		1.8		1.7		1.6	

O turismo do Parque Natural da Serra da Estrela é um **Turismo de Natureza** com tendência a aumentar. É crucial considerar as motivações dos turistas na gestão de destinos naturais. O destino deve estar adequadamente preparado para atender a uma ampla gama de públicos-alvo e é essencial promover um elevado grau de envolvimento por parte das comunidades locais

RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO - DINÂMICAS TRANSVERSAIS NA REGIÃO DO PNSE

Caracterização climática histórica

A caracterização do clima histórico foi realizada a partir das normais climatológicas disponíveis para as variáveis climáticas tratadas pelo IPMA, I.P., para os períodos de 30 anos de 1971-2000 e de 1981-2010

Média anual da temperatura do ar
Média diária, Máxima diária e Mínima diária (1971-2000)

Estação meteorológica	Latitude (° Norte)	Longitude (° Oeste)	Altitude (m)	Média anual da temperatura do ar (°C)		
				Média diária	Máxima diária	Mínima diária
Penhas Douradas	40.411367	-7.558653	1380	9.2	12.8	5.6
Guarda	40.528558	-7.278675	1020	10.9	14.7	7.0
Fundão	40.140636	-7.503628	493	14.4	20.1	8.7
Vizos	40.662739	-7.903969	443	13.6	19.6	7.7
Nelas	40.523497	-7.855472	425	14.0	19.8	8.3
Castelo Branco	39.839444	-7.478694	386	15.7	21.0	10.5

Média mensal e anual da temperatura do ar máxima, mínima e média diária e número médio de dias com Tmax≥30°C e T min <0°C na Guarda

Normal climatológica	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Anual
Variável climática	Média da Temperatura do ar Média Diária (°C)												
1971-2000	4.0	5.2	7.1	8.0	11.6	15.9	19.1	19.4	16.4	11.3	7.5	4.9	10.9
1981-2010	4.1	5.2	7.7	8.7	12.1	17.0	20.4	19.9	16.9	11.9	7.6	5.0	11.4
Variável climática	Média da Temperatura do ar Máxima Diária (°C)												
1971-2000	6.8	8.2	10.8	12.0	15.7	20.5	24.5	24.6	21.2	14.8	10.3	7.4	14.7
1981-2010	6.9	8.4	11.6	12.7	16.5	22.3	26.6	25.7	21.8	15.4	10.3	7.7	15.5
Variável climática	Média da Temperatura do ar Mínima Diária (°C)												
1971-2000	1.2	2.0	3.3	4.2	7.4	11.0	13.7	13.7	11.9	8.1	4.8	2.5	7.0
1981-2010	1.3	2.0	3.9	4.6	7.8	11.8	14.3	14.2	12.1	8.4	4.8	2.3	7.3
Variável climática	Número médio de dias com: Tmax≥30°C												
1971-2000	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.2	2.9	3.5	0.8	0.0	0.0	0.0	7.4
1981-2000	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1	2.2	9.8	6.0	1.2	0.0	0.0	0.0	17.6
Variável climática	Número médio de dias com: T min <0°C												
1971-2000	11.2	8.0	6.9	3.3	0.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.2	2.6	7.2	39.9
1981-2000	9.4	7.7	4.7	2.5	0.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	2.5	7.0	34.0

“Por exemplo, na cidade da Guarda, a temperatura média aumentou num período de 30 anos de 1971 a 2000, relativamente ao período de 30 anos de 1981-2010. Em termos médios, de 0,5 graus. Está-se a verificar, de facto, uma alteração da temperatura. -----



RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO - DINÂMICAS TRANSVERSAIS NA REGIÃO DO PNSE

Caracterização climática histórica

A caracterização do clima histórico foi realizada a partir das normais climatológicas disponíveis para as variáveis climáticas tratadas pelo IPMA, I.P., para os períodos de 30 anos de 1971-2000 e de 1981-2010

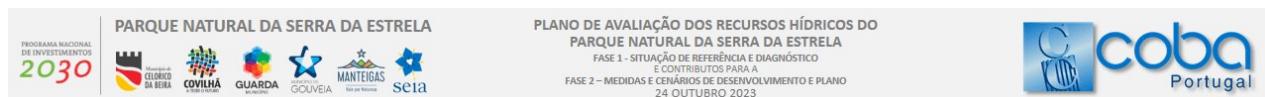
Precipitação média anual e máxima diária (1971-2000)

Estação meteorológica	Latitude (° Norte)	Longitude (° Oeste)	Altitude (m)	Precipitação média anual (mm)	Precipitação máxima diária (mm)
Penhas Douradas	40.411367	-7.558653	1380	1584.6	159.8
Vilaveu	40.662739	-7.903969	443	1169.9	98.4
Nelas	40.523497	-7.855472	425	996.3	85.0
Guarda	40.528558	-7.278675	1020	882.0	85.5
Fundão	40.140636	-7.503628	493	842.9	142.0
Castelo Branco	39.839444	-7.478694	386	758.3	91.5

Precipitação média mensal e anual, precipitação máxima diária e n.º médio de dias com precipitação diária ≥ 1 mm e ≥ 10 mm na Guarda

Normal climatológica	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Anual
Variável climática	Média da quantidade de Precipitação Total (mm)												
1971-2000	100.1	87.4	53.3	83.1	84.9	43.4	19.6	11.0	47.5	103.2	106.7	141.8	882.0
1981-2010	92.3	74.3	63.2	82.9	75.8	32.4	16.5	13.0	55.4	132.4	114.0	132.5	884.7
Variável climática	Maior valor da quantidade de Precipitação Diária (mm)												
1971-2000	56.4	67.8	47.5	56.0	59.0	49.8	46.3	30.2	72.0	85.5	75.1	81.2	85.5
1971-2000	09/	01/	05/	28/	20/	07/	25/	21/	15/	27/	19/	21/	27/10/
1981-2010	56.4	83.0	52.4	51.0	54.1	49.8	46.3	40.4	72.0	141.9	75.1	81.2	141.9
1981-2000	09/	07/	13/	02/	24/	07/	25/	23/	15/	25/	19/	21/	25/10
1981-2000	1996	2001	2002	2000	2004	1997	2000	2003	1986	2006	1989	1989	/2006
Variável climática	Número médio de dias com: Precipitação diária ≥ 1 mm												
1971-2000	9.6	9.0	7.0	9.5	8.9	5.4	2.4	1.7	4.7	9.3	8.8	10.8	87.1
1981-2010	9.2	8.1	6.9	9.8	8.6	4.1	2.0	1.8	4.8	9.6	9.2	10.5	84.6
Variável climática	Número médio de dias com: Precipitação diária ≥ 10 mm												
1971-2000	3.8	3.2	1.6	2.6	3.2	1.4	0.9	0.3	1.6	3.6	3.5	4.5	30.2
1981-2010	3.4	2.5	2.0	2.7	2.5	1.0	0.6	0.4	1.7	4.0	3.9	4.3	29.0

Em relação à precipitação, ainda não notamos essa variação. Verificamos que, nos 30 anos que são os anos suficientes para dar a média desta variável climatológica, os valores da precipitação anual são de 882 no período de 1971-2000 e no período seguinte de 1981-2010 de 884.7 mm por ano. –



RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO - DINÂMICAS TRANSVERSAIS NA REGIÃO DO PNSE

Caracterização climática futura

Valores médios mensais e anuais da temperatura média do ar e da quantidade de precipitação para a região das Beiras e Serra da Estrela e períodos 1971-2000 e 2011 - 2070

Quantidade de precipitação média mensal e % da precipitação dos semestres húmido e seco do período 2011 a 2070 relativamente aos valores do período histórico de 1971 - 2000 na para a região das Beiras e Serra da Estrela

Mês	Histórico simulado Período 1971 - 2000		Cenário RCP 4.5 2011 - 2040		Cenário RCP 4.5 2041 - 2070		Cenário RCP 8.5 2011 - 2040		Cenário RCP 8.5 2041 - 2070	
	Temp. média °C	Precipitação (mm)	Temp. média °C	Precipitação (mm)	Temp. média °C	Precipitação (mm)	Temp. média °C	Precipitação (mm)	Temp. média °C	Precipitação (mm)
Janeiro	4.6	148.2	5.1	149.3	5.7	171.5	5.4	164.0	6.1	166.7
Fevereiro	5.2	121.4	5.9	123.1	6.0	125.3	5.8	117.8	6.5	121.4
Março	6.8	116.7	7.3	116.0	7.5	113.3	7.3	103.8	8.2	109.6
Abril	8.5	96.5	9.2	84.5	9.7	83.4	9.4	84.2	10.3	75.9
Mai	11.3	67.9	12.1	65.8	13.2	49.0	12.1	57.6	13.5	47.6
Junho	15.5	39.0	16.5	33.5	17.7	28.7	17.0	28.4	18.4	26.4
Julho	19.8	16.2	20.8	14.1	22.0	15.2	21.2	14.6	23.0	12.1
Agosto	20.1	18.7	21.6	18.0	22.4	13.0	21.5	16.3	23.2	12.2
Setembro	16.4	37.8	17.7	35.3	18.8	29.5	18.1	33.0	19.6	27.2
Outubro	11.4	108.9	12.5	84.1	13.2	88.7	12.8	89.2	14.1	87.1
Novembro	7.6	133.8	8.5	123.3	9.1	126.9	8.4	126.4	9.6	133.0
Dezembro	5.2	153.1	6.1	171.5	6.4	152.4	6.0	163.5	7.0	161.2
Anual	11.0	1058.0	11.9	1018.5	12.6	996.9	12.1	998.7	13.3	980.3

Os dados disponíveis no Portal de Clima foram simulados e tratados por um dos projetos resultantes das atividades do programa AdaPT para Portugal ao nível das NUTS III, no âmbito do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (EEA-Grants)

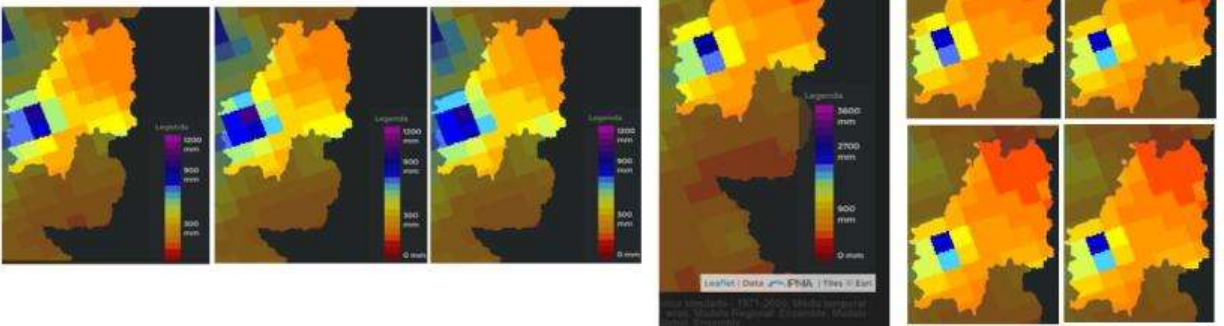
Mês	Histórico simulado Período 1971 - 2000	Cenário RCP 4.5 2011 - 2041	Cenário RCP 4.5 2041 - 2071	Cenário RCP 8.5 2011 - 2041	Cenário RCP 8.5 2041 - 2071
Precipitação (mm)					
Outubro	108.9	84.1	88.7	89.2	87.1
Novembro	133.8	123.3	126.9	126.4	133.0
Dezembro	153.1	171.5	152.4	163.5	161.2
Janeiro	148.2	149.3	171.5	164.0	166.7
Fevereiro	121.4	123.1	125.3	117.8	121.4
Março	116.7	116.0	113.3	103.8	109.6
Abril	96.5	84.5	83.4	84.2	75.9
Mai	67.9	65.8	49.0	57.6	47.6
Junho	39.0	33.5	28.7	28.4	26.4
Julho	16.2	14.1	15.2	14.6	12.1
Agosto	18.7	18.0	13.0	16.3	12.2
Setembro	37.8	35.3	29.5	33.0	27.2
1º Trimestre chuvoso	395.7	378.9	367.9	379.2	381.4
Outubro a Dezembro	0.0%	-4.3%	-7.0%	-4.2%	-3.6%
2º Trimestre chuvoso	386.3	388.3	410.1	385.6	397.6
Janeiro a Março	0.0%	0.5%	6.2%	-0.2%	2.9%
Semestre chuvoso	782.0	767.2	778.0	764.8	779.0
Outubro a março	0.0%	-1.9%	-0.5%	-2.2%	-0.4%
Semestre seco	276.0	251.3	218.9	234.0	201.3
	0.0%	-9.0%	-20.7%	-15.2%	-27.1%

RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO - DINÂMICAS TRANSVERSAIS NA REGIÃO DO PNSE

Caracterização climática futura

Mapas da quantidade de precipitação média nos 3 meses de inverno e períodos histórico de 1971 a 2000 (à esquerda) e futuros de 2011 a 2040 e de 2041 a 2070 (à direita) para o cenário RCP 8.5 para as Beiras e Serra da Estrela

Mapas da quantidade de precipitação média anual nos períodos histórico de 1971 a 2000 (à esquerda) e futuros de 2011 a 2040 (em cima) e de 2041 a 2070 (em baixo) para os cenários RCP 4.5 e RCP 8.5, para as Beiras e Serra da Estrela

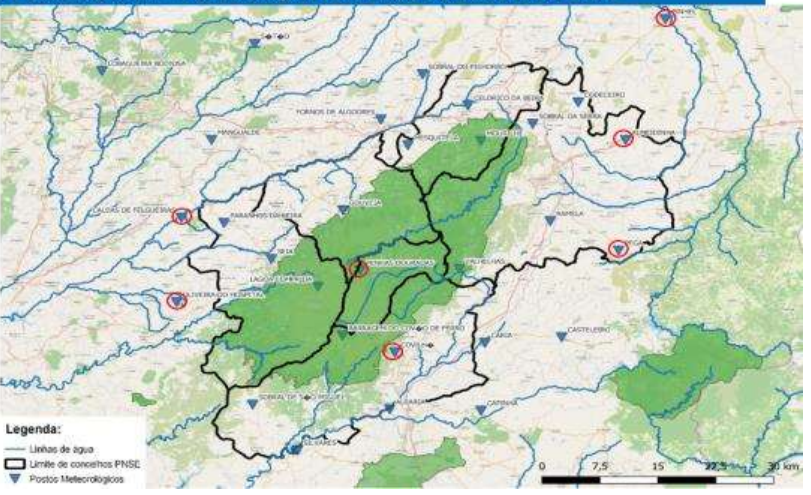


Das previsões para as Beiras e Serra da Estrela, verificamos que de 2011 a 2040, num cenário de emissões mais reduzidas e mais ampliadas, temos uma evolução de diminuição da temperatura. Mesmo na Serra da Estrela, na zona mais central, está a ficar mais amarelo ou cor de laranja. ----- De 2041 a 2070, vê-se na parte Norte uma zona mais vermelha que quer dizer que vamos ter menores precipitações nessa zona, mas a Serra da Estrela também está a ser atingida. ----- Vamos ter, relativamente à situação histórica, uma menor precipitação anual. -----

RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO - PRECIPITAÇÃO HISTÓRICA NA REGIÃO DO PNSE

Estações pluviométricas

Mapa da localização das estações pluviométricas consideradas no estudo da região do PNSE



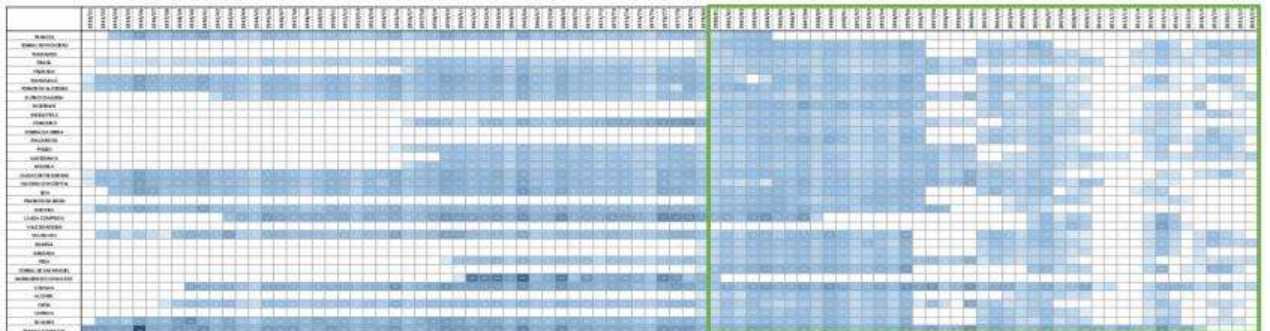


RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO – PRECIPITAÇÃO HISTÓRICA NA REGIÃO DO PNSE

Estações pluviométricas. Dados de precipitação

Precipitações anuais observadas nas estações pluviométricas incluídas no estudo com graduação de cores a azul. A azul escuro estão representados valores mais elevados da precipitação anual, a azul claro valores baixos da precipitação anual e a branco a ausência de dados

Período estudado: de 1980/81 a 2019/20



Aqui, procurámos mostrar a quantidade de precipitação média nos meses de Inverno, num período histórico comparando com o futuro, e vemos que no futuro devemos ter maior precipitação no Inverno. Chove menos no ano, mas chove mais no Inverno. Vai haver uma maior concentração da precipitação no Inverno e nos restantes meses do ano não vamos ter tanta quantidade de precipitação e isso é importante para a necessidade da criação de reservas hídricas para ter recursos de água disponíveis durante o período seco que cada vez vai ser mais prolongado. -----

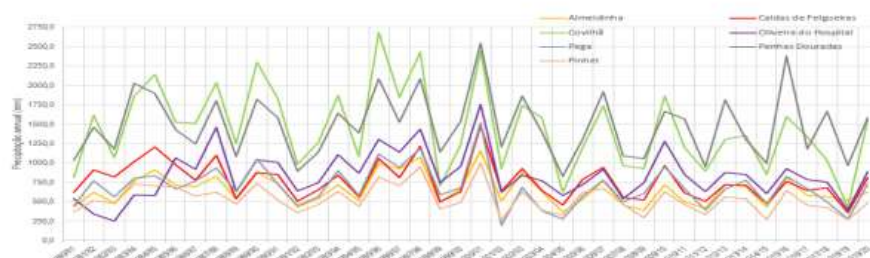
Fizemos uma recolha de dados e este mapa ilustra a azul quando temos dados e a branco quando há falhas, mas todos estes dados foram utilizados e procurámos preencher os dados num período que pudesse mostrar a situação de evolução do clima porque anteriormente consideravam-se dados do período de 1950 à década de 60, que teve precipitações muito elevadas e que, às vezes, podem enganar em termos de avaliação do recurso hídrico. Por isso, procurámos um período mais recente já sujeito à alteração climática e foi esse que foi estudado (período enquadrado a verde – 1980/81 a 2019/20). -----



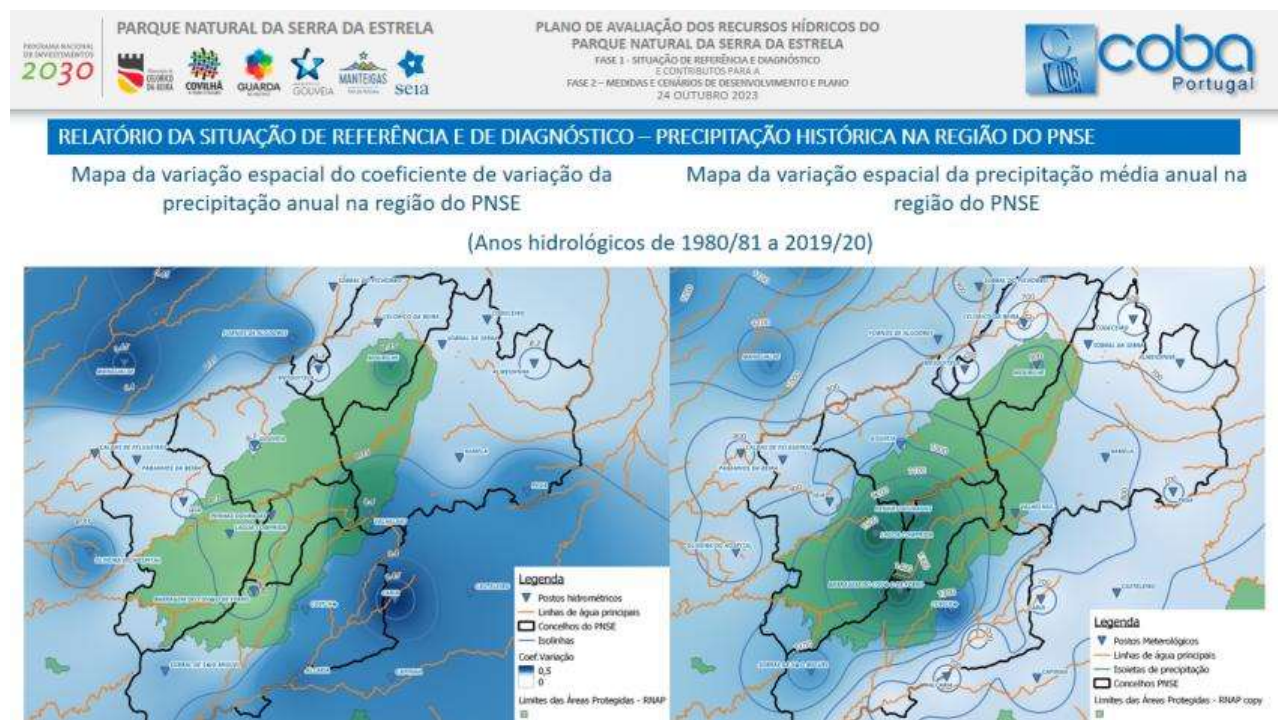
RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO – PRECIPITAÇÃO HISTÓRICA NA REGIÃO DO PNSE

Estações pluviométricas. Dados de precipitação

Variação da precipitação anual (mm) das estações pluviométricas base no período de 1980/81 a 2019/20



Aqui destaca-se a zona mais elevada de precipitação que corresponde à precipitação da Covilhã e das Penhas Douradas. Depois, há uma zona de precipitações intermédias que corresponde à zona da vertente barlavento (de onde sopra o vento húmido até chegar à Serra), representada pelas estações de Caldas de Felgueiras (a vermelho) e de Oliveira do Hospital (a roxo). Temos, com menor precipitação, todas as estações que estão na sombra da precipitação da Serra da Estrela (estações de Pega, Pinhel e Almeidinha). -----



Relativamente ao estudo das precipitações, recorreremos aos dados existentes no SNIRH (localização das estações nos triângulos invertidos que abrangem os 6 municípios incluídos no Plano de Revitalização e também uma área exterior para estudar melhor as precipitações). -----

Escolhemos algumas estações base que são as que já estão a funcionar com uma longa experiência de bom funcionamento na região (Penhas Douradas, Covilhã, Pega, Almeidinha, Pinhel, Oliveira do Hospital e Caldas de Felgueiras). -----

Interessa também ter uma perspetiva da distribuição espacial para além da distribuição temporal e vemos, na zona central com mais curvas, a zona mais pluviosa da Serra. As curvas vão decaindo em direção ao Vale do Mondego e também em direção ao Vale do Zêzere. Essas precipitações máximas andam na ronda, neste período, de 1500 mm e depois vão decaindo para o lado do Zêzere. -----

Há também um indicador que utilizamos muito para saber da confiança da precipitação que é o coeficiente da variação, que traduz o desvio relativamente à média. Este coeficiente de variação é menor naquela zona central mais húmida da Serra da Estrela. Aumenta muito rapidamente na vertente que está a azul mais escuro. Ou seja, quanto maior for este coeficiente de variação, menos confiança ele tem, que tem aquela precipitação média anual. Esta precipitação varia mais ao longo

dos anos. O outro lado mais claro mostra que a precipitação, embora varie um bocadinho mais do que a zona central da Serra da Estrela, varia menos ao longo dos anos. -----



Para estudar os recursos hídricos socorremo-nos dos dados existentes nos SNIRH recolhidos pelas estações hidrométricas nos rios, quer extintas, quer em funcionamento e, com base em toda essa informação, foi realizado um modelo hidrológico para avaliação desses recursos nessas bacias medidas e foi com base nesse conhecimento que fizemos um modelo para aplicar em todos os locais que foram definidos como iniciativas interessantes para serem analisadas para disponibilização dos recursos hídricos, para desenvolvimento de barragens que permitissem, por um lado, assegurar a segurança hídrica dos concelhos para abastecimento de água e outras atividades semelhantes, mas também para o desenvolvimento agrícola que se perspectiva para os municípios do Parque Natural da Serra da Estrela. -----



Vou falar um pouco na barragem da Ribeira de Cortes, que está ali assinalada um pouco acima da Covilhã. Esta barragem está prevista para criar uma albufeira com uma capacidade total da ordem dos 3 hectómetros cúbicos e perspectiva-se uma nova barragem que é a Barragem da Atalaia para o desenvolvimento agrícola, na margem direita do rio Zêzere. Esta barragem tem recursos próprios, mas os recursos próprios não são suficientes para abastecer os 5000 hectares previstos para esta zona e, portanto, para esta zona está prevista na nascente do rio Mondego uma reserva hídrica estratégica. É a maior bacia que se vê. Pretende-se que tenha um uso múltiplo para reforço de abastecimento de água, nomeadamente do Caldeirão, mas também para todo o desenvolvimento agrícola que se perspectiva para a margem direita do Zêzere, na zona de Teixoso-Atalaia e também Vale do Mondego e margem esquerda do Zêzere, naquela zona mais de Belmonte e de Manteigas.

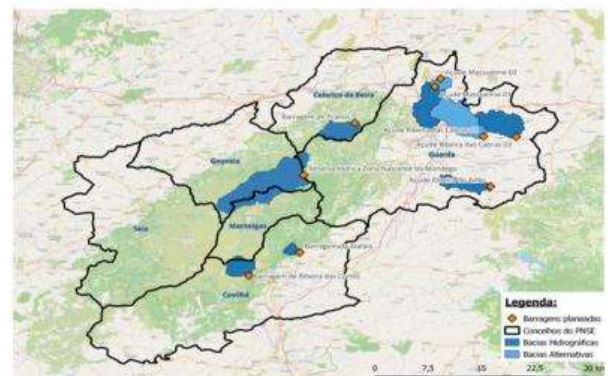


RECURSOS HÍDRICOS NA REGIÃO DO PNSE - RECURSOS HÍDRICOS NA REGIÃO DO PNSE

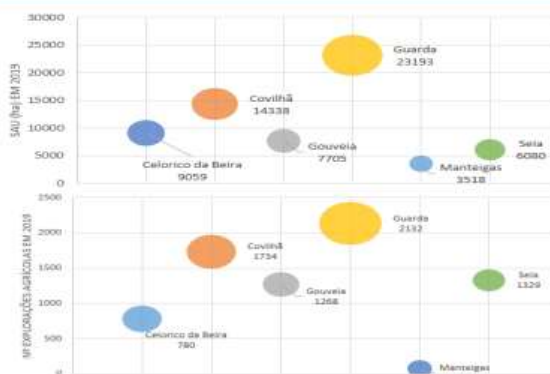
Resultados do modelo de Precipitação Escoamento para os locais das barragens planeadas

Secção da barragem / açude	Precipitação Média (mm)	Escoamento Médio (mm)	Coefficiente de esco. anual	Área da bacia hidrográfica km ²	Escoamento médio anual hm ³	Necessidades (hm ³)
Barragem da Ribeira de Cortes	1544	973	0.63	12.75	12.41	3.30
Ribeira das Cabras – Açude 01	616	172	0.28	36.9	6.36	2.97
Ribeira das Cabras – Açude 03	655	199	0.3	25.64	5.11	2.73
Ribeira do Adão – Açude 01	754	272	0.36	13.46	3.66	4.04
Barragem da Atalaia	1439	886	0.62	3.9	3.45	20.00
Barragem de Prados	910	391	0.43	17.99	7.04	-
Massueime opção - 01	641	188	0.29	24.27	4.56	0.42
Massueime opção - 02	624	176	0.28	29.89	5.27	0.48
Vale do Zêzere e ribeira afluentes - Guarda	-	-	-	-	-	7.82
Vale do Mondego - Guarda Reserva Hídrica Zona Nascente do Mondego	-	-	-	-	-	6.80
	1215	655	0.54	68.6	44.9	

Mapa Bacias hidrográficas definidas nas secções das barragens planeadas



RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO – AGRICULTURA E REGADIOS

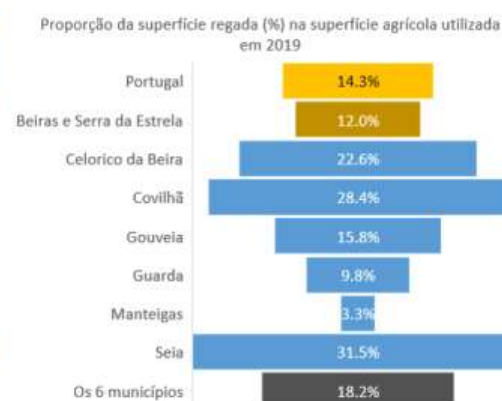


SAU E NÚMERO DE EPLORAÇÕES

- O concelho da Guarda com 23 193 ha em 2019, seguido do concelho da Covilhã com 14 338 ha possuem 58,7% da SAU total da área de estudo
- Os seis concelhos, em linha com o continente e com a região da Beira e Serra da Estrela, registaram um crescimento muito significativo da SAL entre 209 e 2019
- O número de explorações diminuiu nos concelhos de Manteigas (-30,6%), Seia (-23,1%) e em Celorico da Beira (-2,0%) acompanhado a tendência a nível nacional.
- O concelho de Manteigas apresenta um valor médio da SAU por exploração (45,7 ha) muito superior ao dos outros concelhos. O valor médio a SAU por exploração é 8,7 ha

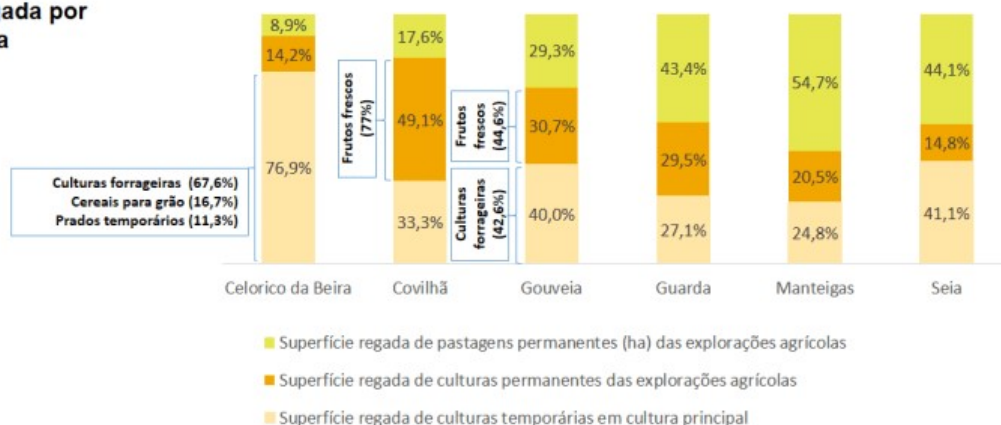
RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO – AGRICULTURA E REGADIOS

Localização geográfica (NUTS - 2013)	Superfície irrigável (ha) das explorações agrícola			Explorações agrícolas com superfície irrigável (N.º)		
	2009	2019	Variação	2009	2019	Variação
Portugal	540 593	830 517	16,6%	162 811	134 128	-17,5%
Beiras e Serra da Estrela	34 420	33 060	-4,0%	12 661	10 323	-18,5%
Celorico da Beira	2 801	2 497	-10,9%	620	587	-5,3%
Covilhã	3 910	4 808	23,0%	1 122	1 095	-2,4%
Gouveia	2 106	2 205	4,7%	1 080	1 029	-4,7%
Guarda	3 653	2 526	-30,9%	1 563	1 259	-19,4%
Manteigas	106	144	35,8%	45	59	31,1%
Seia	2 603	2 249	-13,6%	1 022	681	-33,4%
Total dos 6 municípios	15 179	14 429	-4,9%	5 452	4 710	-13,6%



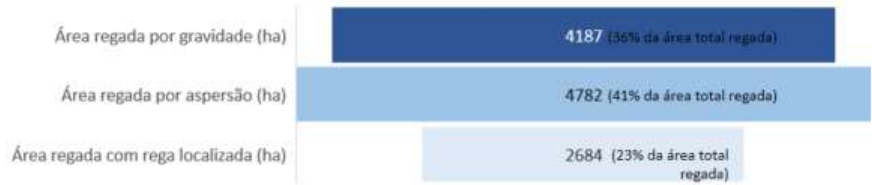
RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO – AGRICULTURA E REGADIOS

Distribuição da superfície regada por tipo de cultura

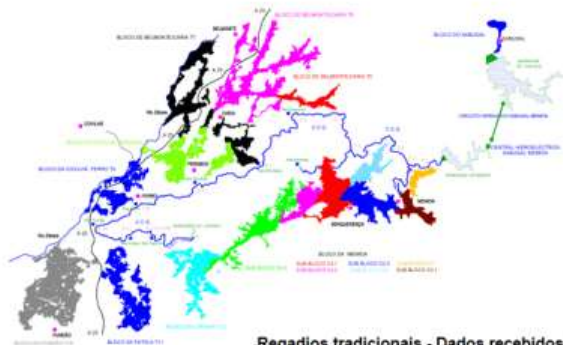


Nos concelhos de Celorico da Beira, Gouveia, Manteigas é o olival a principal cultura permanente regada

Método de rega utilizado na área de estudo em 2019



Aproveitamentos Hidroagrícolas existentes e regadios tradicionais



- Regadios tradicionais - Dados recebidos do municípios:**
- Guarda: 15 regadios tradicionais, com uma área total de 273 ha
 - Seia: 13 regadios tradicionais, com uma área total de 431 ha

Nº regadios tradicionais (2004/05)



Regadios tradicionais (2004/05) - Total de área regada (ha)



RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO – PECUÁRIA

De entre as atividades praticadas na região a ovinicultura de leite é, sem dúvida, das mais relevantes

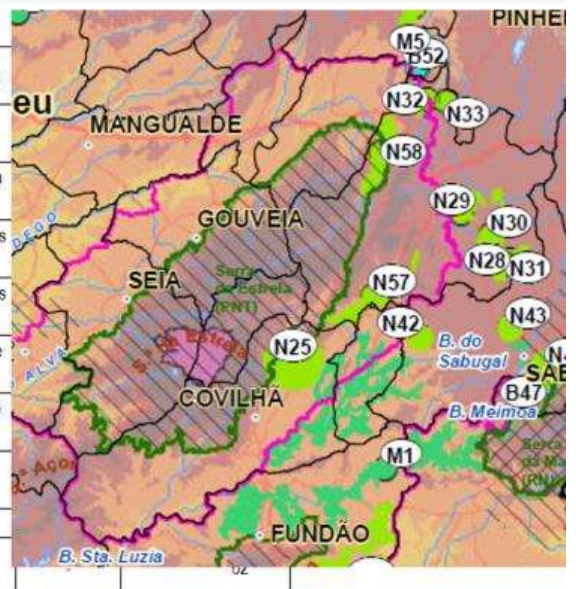


Com exceção do concelho de Manteigas, mais de 60% do efetivo ovino é criado em unidades forrageiras com mais de 10 ha.

	Efetivo bovino Nº	Efetivo pequenos ruminantes Nº	Efetivo ovino		Efetivo caprino	
			Nº	% do Efetivo pequenos ruminantes	Nº	% do Efetivo pequenos ruminantes
Continente	1 294 891	2 531 214	2 171 753	85,8%	359 461	14,2%
Beiras e S. da Estrela	50 914	234 641	201 443	85,9%	33 198	14,1%
Celorico da Beira	790	21 307	18 567	87,1%	2 740	12,9%
Covilhã	3 210	14 559	10 840	74,5%	3 719	25,5%
Gouveia	333	11 549	9 529	82,5%	2 020	17,5%
Guarda	7 363	22 748	17 580	77,3%	5 168	22,7%
Manteigas	94	1 329	680	51,2%	649	48,8%
Seia	71	13 795	11 169	81,0%	2 626	19,0%
Total dos 6 municípios	11 861	85 287	68 365	80,2%	16 922	19,8%

Projetos identificados pela DRAPCentro e as SIM da região Centro

	Aproveitamento	Concelho	Área (ha)	Origem de água
N25	AH Cova da Beira (margem direita do rio Zêzere)	Covilhã	5 000	Barragem da Atalaia/Teixoso
N28	Luzelo	Guarda	147	Barragem (ribeira do Luzelo)
N29	Ribeira das Cabras – Açude 01	Guarda	743	Açude / ribeira das Cabras)
N230	Ribeira das Cabras – Açude 03	Guarda	682	Açude / ribeira das Cabras)
N31	Ribeira do Adão – Açude 01	Guarda	1 017	Açude / ribeira de Adão)
N32	Massueime opção - 01	Guarda	104	Açude (ribeira do Massueime)
N33	Massueime opção - 02	Guarda	152	Ribeira do Massueime
N57	Vale do Zêzere e ribeira afluentes	Guarda	1 955	Cova da Beira *
N58	Vale do Mondego	Guarda	1 701	Albufeira do Calderão

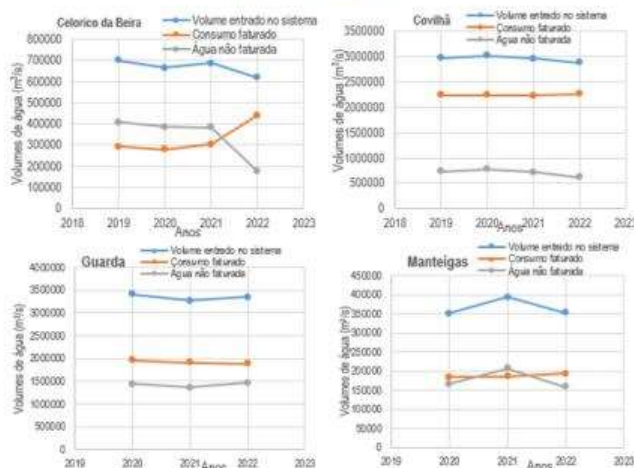


- **Guarda:** com um total de 8 projetos identificados que permitirão beneficiar uma área total de 6 541 ha (o que representará um aumento muito significativo da área irrigável: um aumento de 259%).
- **Covilhã:** com 1 projeto identificado que poderá beneficiar uma área total de 5 000 ha (aumentando em cerca de 104% a área irrigável no município da Covilhã).

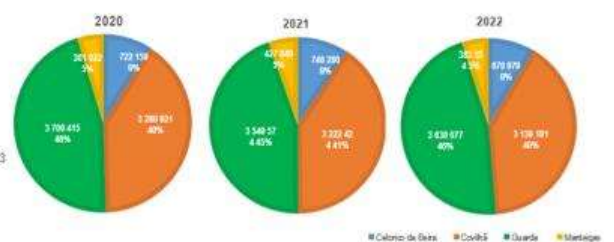
O estado de maturidade de todas as intervenções corresponde a Estudos Preliminares. Tal como é proposto no Estudos do Regadio2030 deverá ser estudada a viabilidade técnico-económica-ambiental destes aproveitamentos de uma forma integrada, a nível supramunicipal, com o objetivo de proceder a uma correta análise da sustentabilidade dos mesmos

RECURSOS HÍDRICOS NA REGIÃO DO PNSE – ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Balanco hídrico

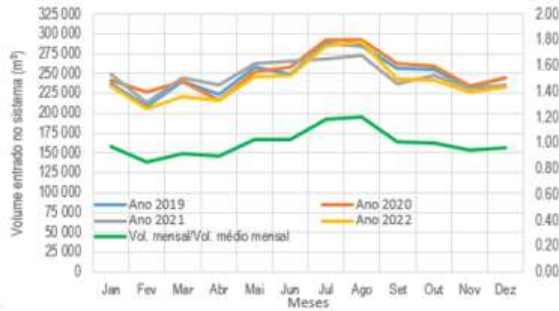


Volume anual disponibilizado na origem de água

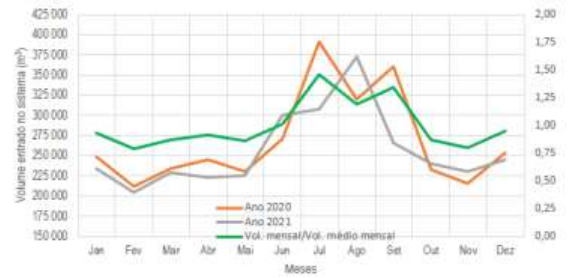


RECURSOS HÍDRICOS NA REGIÃO DO PNSE – ABASTECIMENTO DE ÁGUA

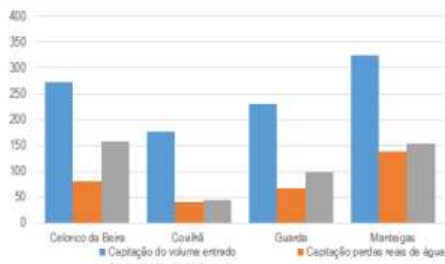
Distribuição mensal dos volumes anuais fornecidos em “Alta” ao município da Covilhã nos anos 2019 a 2022



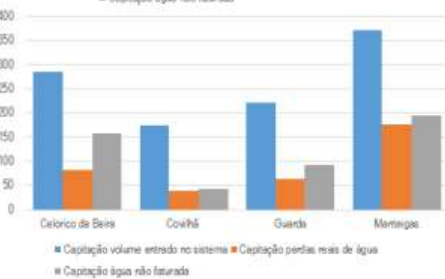
Distribuição mensal dos volumes anuais fornecidos em “Alta” ao município da Guarda nos anos 2020 e 2021



RECURSOS HÍDRICOS NA REGIÃO DO PNSE – ABASTECIMENTO DE ÁGUA

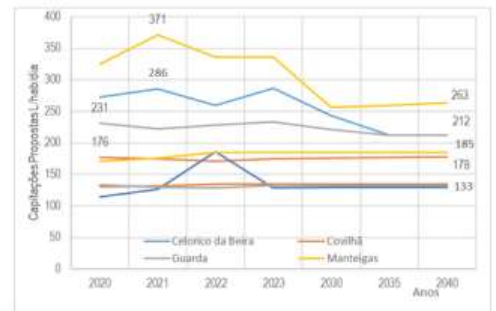


Ano 2020



Ano 2021

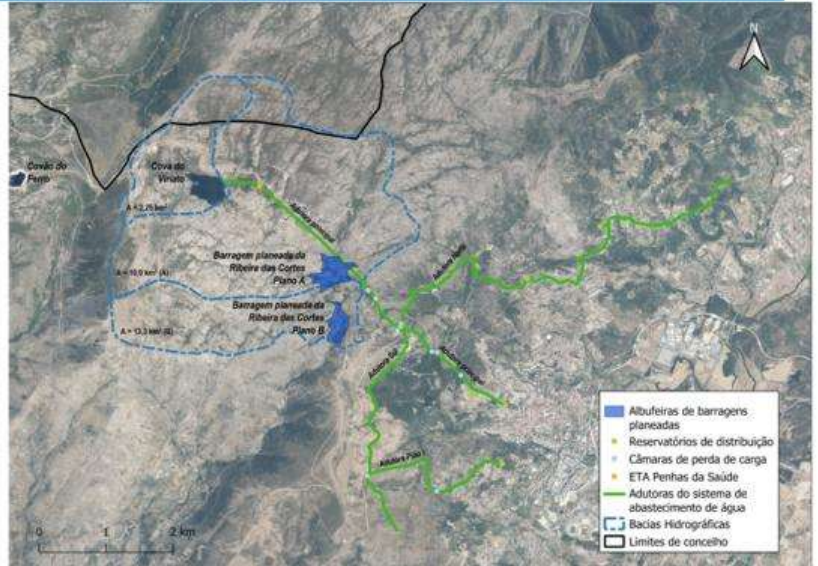
Capitações propostas (L/hab/dia)



Capitações (L/hab/dia) dos volumes entrado no sistema, perdas reais de água e água não faturada (perdas comerciais)

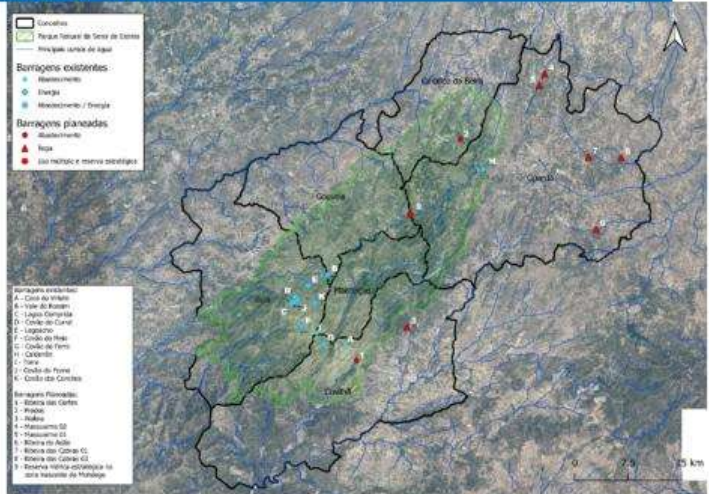
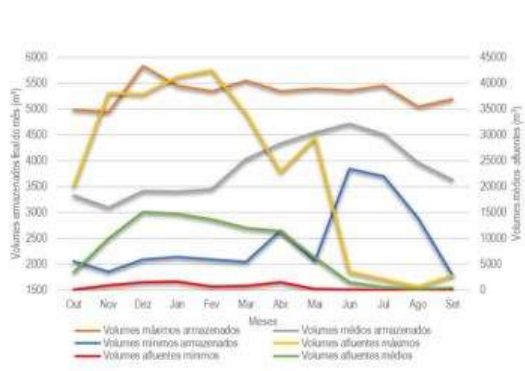
RECURSOS HÍDRICOS NA REGIÃO DO PNSE – ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Sistema de abastecimento de água do Município da Covilhã a partir das albufeiras das barragens de Cova do Viriato e da Ribeira de Cortes



RECURSOS HÍDRICOS NA REGIÃO DO PNSE – ABASTECIMENTO DE ÁGUA

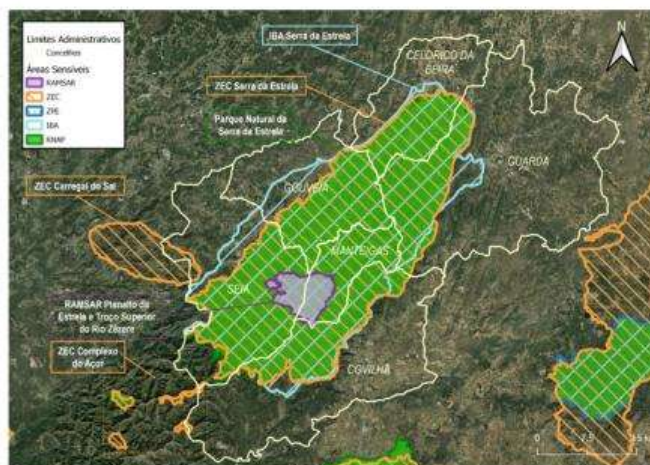
Albufeira do Caldeirão



RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO – Estudos Ambientais e Territoriais

Áreas Protegidas

- Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP):
 - Parque Natural da Serra da Estrela
- Rede Natura 2000:
 - ZEC¹ Serra da Estrela
 - ZEC Carregal do Sal
 - ZEC Complexo do Açor
- Sítios RAMSAR²:
 - Planalto da Serra da Estrela e troço superior do Rio Zêzere
- IBA – *Important Bird Areas*:
 - Serra da Estrela



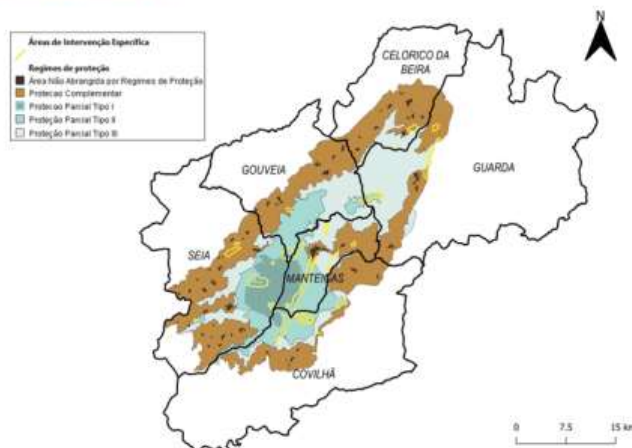
¹Zona Especial de Conservação

²Ao abrigo da convenção sobre as Zonas Húmidas de Importância Internacional

RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO – Estudos Ambientais e Territoriais

Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela

- Regimes de Proteção
 - Interdições a diferentes tipos de atividade humana consoante o regime de proteção da área onde se realizam as atividades
 - Áreas de Proteção Parcial Tipo I são as áreas mais restritas
 - Áreas de Intervenção Específica requerem planos e ações específicas que, pela sua particularidade, não são totalmente asseguradas pelos níveis de proteção anteriores



RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO – Estudos Ambientais e Territoriais

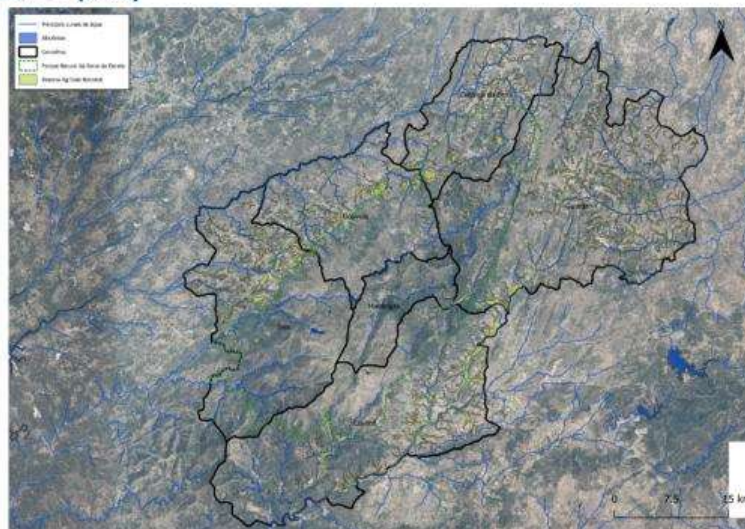
Bens imóveis classificados ou em vias de classificação e Geossítios

- Bens imóveis classificados ou em vias de classificação**
 - 98 bens imóveis na área de estudo
 - Beneficiam de Zona Geral de Proteção (ZGP), Zona Especial de Proteção (ZEP) e/ou Zona Especial de Proteção Provisória (ZEPP)
- Geossítios**
 - 12 Geossítios na área de estudo
 - Ocorrências geológicas de elevado valor científico



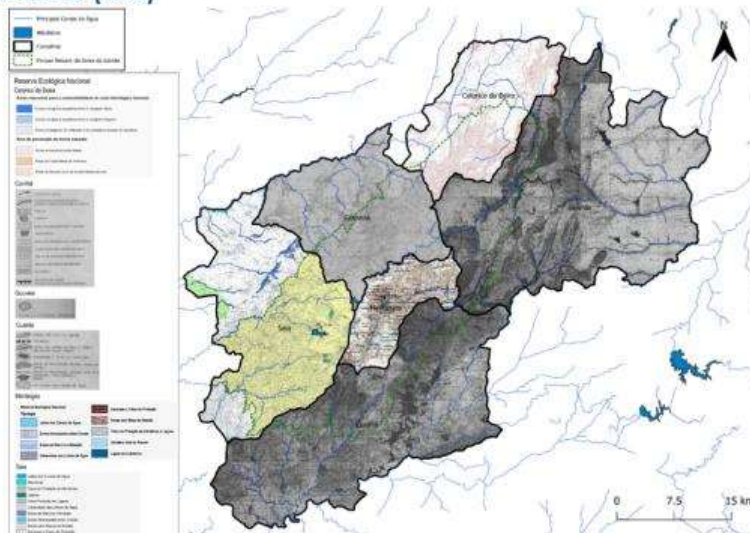
RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO – Estudos Ambientais e Territoriais

Reserva Agrícola Nacional (RAN)



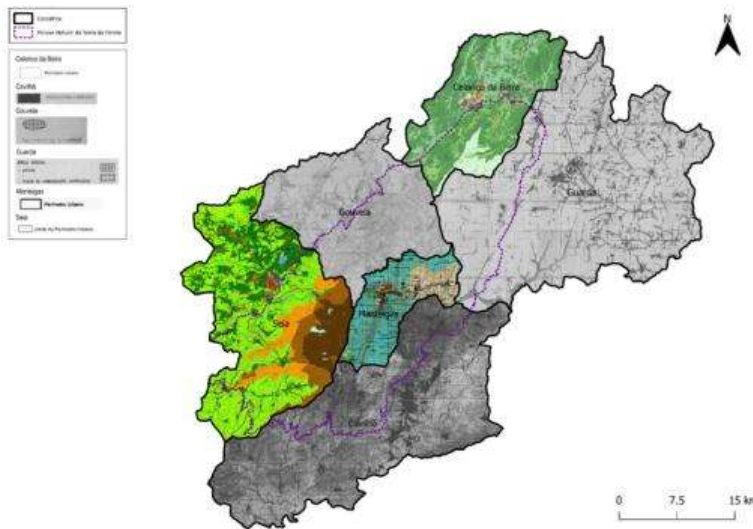
RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO – Estudos Ambientais e Territoriais

Reserva Ecológica Nacional (REN)



RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO – Estudos Ambientais e Territoriais

Perímetros Urbanos





RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO – Estudos Ambientais e Territoriais

Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental (RJAIA)

No âmbito do presente Plano de Avaliação serão indicados/propostos projetos que poderão estar sujeitos a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) obrigatória, caso se enquadrem nas tipologias de projeto fixadas nos Anexos I e II do RJAIA, tais como:

- Projetos de **emparelamento rural** com ou sem infraestruturação para **regadio**
- Projetos de desenvolvimento agrícola que incluam **infraestruturação de rega e drenagem**
- Instalação de indústrias destinadas à **produção de energia elétrica, de vapor e de água quente**
- Instalações industriais destinadas ao transporte de gás, vapor e água quente e **transporte de energia elétrica por cabos aéreos**
- Instalações para a **produção de energia hidroelétrica**
- Operações de **loteamento urbano**, incluindo a construção de estabelecimento de comércio ou conjunto comercial e de parques de estacionamento
- Barragens** e outras instalações destinadas a reter a água ou armazená-la de forma permanente
- Construção de **aquedutos e adutoras**
- Marinas, portos de recreio e docas**
- Estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos turísticos, apartamentos turísticos, conjuntos turísticos e hotéis rurais**, quando localizados fora de zonas urbanas, e projetos associados
- Parques de **campismo** e de caravanismo permanentes

A obrigatoriedade de AIA é dependente das dimensões do projeto, de acordo com as condições estabelecidas no Anexo II do RJAIA, assim como da localização do projeto (total ou parcialmente) dentro ou fora de **Áreas Sensíveis**.



RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO – Estudos Ambientais e Territoriais

Estratégias, Planos e Programas de Utilização de Recursos Hídricos

<p>*Estratégia Portugal 2030</p> <ul style="list-style-type: none"> • Enquadra e estrutura a execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC).
<p>*Programa Nacional de Investimentos (PNI 2030)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Planeamento do próximo ciclo de investimentos estratégicos e estruturantes de âmbito nacional, incluindo nas áreas de Ambiente, Energia e Regadio.
<p>*Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2022</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estratégia nacional para a agricultura e o desenvolvimento rural, aprovado pela Comissão Europeia.
<p>Plano Nacional da Água</p> <ul style="list-style-type: none"> • Políticas de gestão de recursos hídricos nacionais.
<p>Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promoção do uso eficiente da água nos setores urbano, agrícola e industrial, contribuindo para minimizar os riscos de escassez hídrica.
<p>Programa Nacional de Regadios</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estratégia de financiamento do regadio no território nacional que visa a expansão e requalificação dos regadios existentes e a criação de novas áreas regadas.
<p>Regadio 2030</p> <ul style="list-style-type: none"> • Levantamento para identificação e caracterização dos investimentos a realizar no âmbito do regadio público em Portugal Continental.
<p>Planos de Gestão de Região Hidrográfica</p> <ul style="list-style-type: none"> • Planeamento de gestão dos recursos hídricos. • 3 Regiões Hidrográficas na área de estudo: Região Hidrográfica do Douro (RH3), Vouga, Mondego e Lis (RH4A) e Tejo e Ribeiros do Oeste (RH5A).

RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO – Estudos Ambientais e Territoriais

Sector do Turismo

Estratégia Turismo 2027

- Referencial estratégico para o turismo em Portugal no período 2017-2027

Plano Regional de Desenvolvimento Turístico 2020-2030 – Região Centro

- Estratégia da Região Centro no setor do Turismo para o período 2020-2030



- A Serra da Estrela é um dos destinos turísticos de maior relevância em Portugal
- Elevado número de hóspedes por habitante
- Único sítio em Portugal onde são praticáveis desportos de inverno
- Elevado valor histórico, cultural, natural, paisagístico e gastronómico



- Potencial pressão acrescida sobre os recursos hídricos e ecossistemas

RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO – DINÂMICAS TRANSVERSAIS NA REGIÃO DO PNSE

Medidas para promover o desenvolvimento agrícola

Regadio

1. Avaliação do potencial hidroagrícola do Parque Natural da Serra da Estrela incluindo os regadios tradicionais
2. Desenvolvimento dos Estudos, Projetos de Execução dos Aproveitamentos e respetivos Estudos de Impacte Ambiental
3. Reabilitação dos regadios tradicionais
4. Implementação dos aproveitamentos hidroagrícola coletivos de interesse regional
5. Promoção das técnicas de conservação da água e do solo
6. Desenvolvimento das fileiras de produção de frutos frescos
7. Apoio às fileiras de produção de forrageiras

Pecuária

1. Incentivos à produção de ovinos Serra da Estrela e caprinos
2. Programas para melhoramento genético nos ovinos e caprinos
3. Preservação e melhoramento das pastagens de montanha (lameiros, cervunais e outras pastagens permanentes, de grande valor ecológico, económico, cultural e paisagístico)
4. Promoção das fileiras do leite e da lã
5. Desenvolvimento de sinergias entre as várias fileiras associadas à produção de ovinos e o turismo



RECURSOS HÍDRICOS NA REGIÃO DO PNSE – RECURSOS HÍDRICOS E ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Medidas a promover nos Recursos Hídricos

1. Criação da reserva hídrica estratégica na zona nascente do Mondego para o caudal máximo regularizável

Medidas a promover no Abastecimento de Água

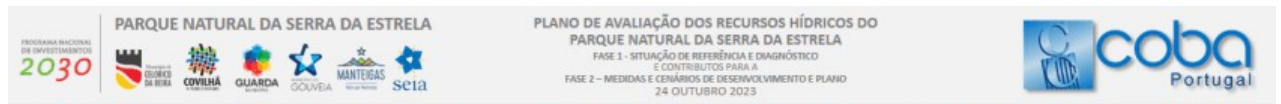
1. Implementar a barragem da Ribeira de Cortes
2. Implementar os adutores / Estação de tratamento de água da Covilhã?
3. Implementar Programa para Controle Ativo das Perdas de Água em todos os municípios do PNSE
4. Reabilitação / substituição de ativos que ultrapassaram a sua vida útil e introduzir materiais de qualidade nas redes de distribuição de água (apenas foram disponibilizados dados de Manteigas, mas pode acontecer que seja necessário a reabilitação de ativos (condutas e reservatórios) em outros municípios)
5. Ligação ao sistema em Alta das localidades de Avelãs de Ambom, Rocamondo e Vila Franca do Deão a ser realizada pela AdVT
6. Ligação ao sistema em Alta de Balsemão e Benavente a ser realizada pela CM da Guarda
7. Reabilitação das nascentes de fontanários de Celorico da Beira
8. Recuperação ambiental do local das Minas da Panasqueira
9. Promoção da energia hidroelétrica associada ao regadio e aos adutores do abastecimento de água da Covilhã



RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO - DINÂMICAS TRANSVERSAIS NA REGIÃO DO PNSE

Medidas para promover o desenvolvimento turístico na região do Parque Natural da Serra da Estrela

1. **Promoção dos locais mais interessantes, infraestrutura básica e gestão dos resíduos sólidos:**
 - Identificação e promoção dos pontos de interesse naturais, como locais aprazíveis junto dos Rios Mondego e Zêzere, formações rochosas de interesse, áreas de observação da paisagem e da vida selvagem, lagoas, trilhas para caminhadas, miradouros, etc. e fornecimento de informações detalhadas, mapas e guias para os turistas, tanto online como nos Pontos de informação turística.
 - Nas áreas de lazer onde se proporcione a realização de piqueniques equipar com a infraestrutura básica – água saneamento, instalações sanitárias, mesas, bancos e se justificar ter pontos de apoio do tipo café durante o verão.
 - Implementar um sistema eficaz de gestão de resíduos sólidos em todos os locais da Serra da Estrela visitados pelos turistas, incluindo a instalação de recipientes para que os turistas descartem os resíduos e assegurar a coleta diária/frequente dos resíduos e seu encaminhamento para um local apropriado.
2. **Atividades ligadas à gastronomia e produtos regionais a promover**
 - Incentivar a requalificação dos restaurantes existentes e/ou a abertura de novos restaurantes para promover a culinária regional, enriquecendo-a com uma abordagem contemporânea, que preserva as raízes culturais enquanto atende aos paladares e expectativas atuais
 - Incentivar a criação de espaços de qualidade com atmosfera acolhedora para comercialização de produtos regionais, como bolinhos locais, compotas tradicionais, queijos típicos da região, e onde os turistas possam desfrutar de uma experiência gastronómica e cultural, como por exemplo conhecer a história da produção desses produtos.



RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO - DINÂMICAS TRANSVERSAIS NA REGIÃO DO PNSE

Medidas para promover o desenvolvimento turístico na região do Parque Natural da Serra da Estrela

3. Eventos Culturais

- Promover a organização de festivais de música, grupos de rancho, bandas locais e eventos culturais que celebrem a herança cultural da região do Parque Natural da Serra da Estrela, reativar os cine-teatros para este efeito.

4. Apoio Financeiro e Incentivos Públicos

- Disponibilizar subsídios, incentivos fiscais ou empréstimos a taxas reduzidas para empresas privadas que desejam investir no desenvolvimento turístico da região.
- Estabelecer parcerias público-privadas para implementar projetos conjuntos de infraestrutura e promoção turística.

5. Marketing e promoção:

Promover a Serra da Estrela como um destino de Turismo de Natureza por meio de campanhas de marketing direcionadas a públicos interessados em natureza, aventura e cultura local.

-- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** apresentou e agradeceu a presença do Senhor **Dr. Francisco Manuel Peraboa Mendes - Comandante Regional do Comando Regional do Centro da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil** que, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo ser “uma honra enorme poder estar aqui hoje nesta Assembleia Municipal. Alguns sabem que é assim porque também sou um Covilhanense e também tenho, obviamente, muito orgulho de vir falar da Serra da Estrela, de proteger a Serra da Estrela e que estes assuntos, principalmente aqueles que estão ligados à Proteção Civil e dos quais me vou debruçar, são para mim muito gratos e têm constituído os últimos anos da minha vida, pelo menos os últimos 22 anos da minha vida, em que tenho desenvolvido atividade nesta área.” -----

Fez uma breve apresentação com cinco slides. **(Doc.04)** -----

“Trago-vos aqui um tema que me pareceu que se adapta muito bem àquilo que é esta perspetiva de o Plano de Revitalização da Serra da Estrela ser uma oportunidade. Temos que olhar para isto como uma oportunidade e eu penso que é a oportunidade de darmos aqui o mote para uma Proteção Civil eminentemente reativa para uma Proteção Civil preventiva. -----

Muitas vezes falamos nesta questão, não aprofundamos bem o problema e não vamos ao cerne da questão. -----



- **Art.º1º** Lei de bases da Proteção Civil - **Lei n.º 27/2006, de 03 de Julho**

Proteção civil

1 - **A proteção civil é a atividade** desenvolvida pelo Estado, regiões autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas **com a finalidade de prevenir** riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, **de atenuar** os seus efeitos e **proteger e socorrer** as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram.

2 - A atividade de proteção civil tem **caráter permanente, multidisciplinar e plurisectorial**, cabendo a todos os órgãos e departamentos da Administração Pública **promover as condições indispensáveis à sua execução, de forma descentralizada**, sem prejuízo do apoio mútuo entre organismos e entidades do mesmo nível ou proveniente de níveis superiores.

2

Nas minhas apresentações, trago sempre no primeiro diapositivo a questão daquilo que é a Lei de Bases de Proteção Civil, o seu primeiro artigo que teimosamente, enquanto portugueses, costumamos saltar e não ler convenientemente. Já não digo estudá-lo, mas não ler convenientemente. -----

E este artigo é muito claro. Diz-nos que a Proteção Civil é uma atividade e é uma atividade feita por quem? Desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas, Autarquias locais, ... e diz lá também pelos cidadãos. Ou seja, é importante envolver os cidadãos, os cidadãos quererem ser envolvidos, estarem envolvidos naquilo que são as atividades de Proteção Civil. -----

Não são apenas as entidades que têm a responsabilidade na área da Proteção Civil. Somos todos nós, enquanto cidadãos, cada um com a sua responsabilidade específica, cada um com o seu grãozinho de areia que pode transportar para depois criar um sistema de proteção civil mais coeso, mais dinâmico, com mais capacidade e obviamente que responde àquilo que são os desafios que é o de, obviamente, prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave, catástrofes, de atenuar os seus efeitos, proteger e socorrer as pessoas quando eles acontecem. -----

Parece uma coisa muito simples, mas não é, e é o objetivo magno da Proteção Civil. -----

Depois, dizer que é importante olhar para a Proteção Civil como uma atividade que é desenvolvida de forma descentralizada. Esqueçam a importância das grandes entidades que têm o nome de Proteção Civil que apenas orientam e que apenas estão presentes para mostrar o caminho. O

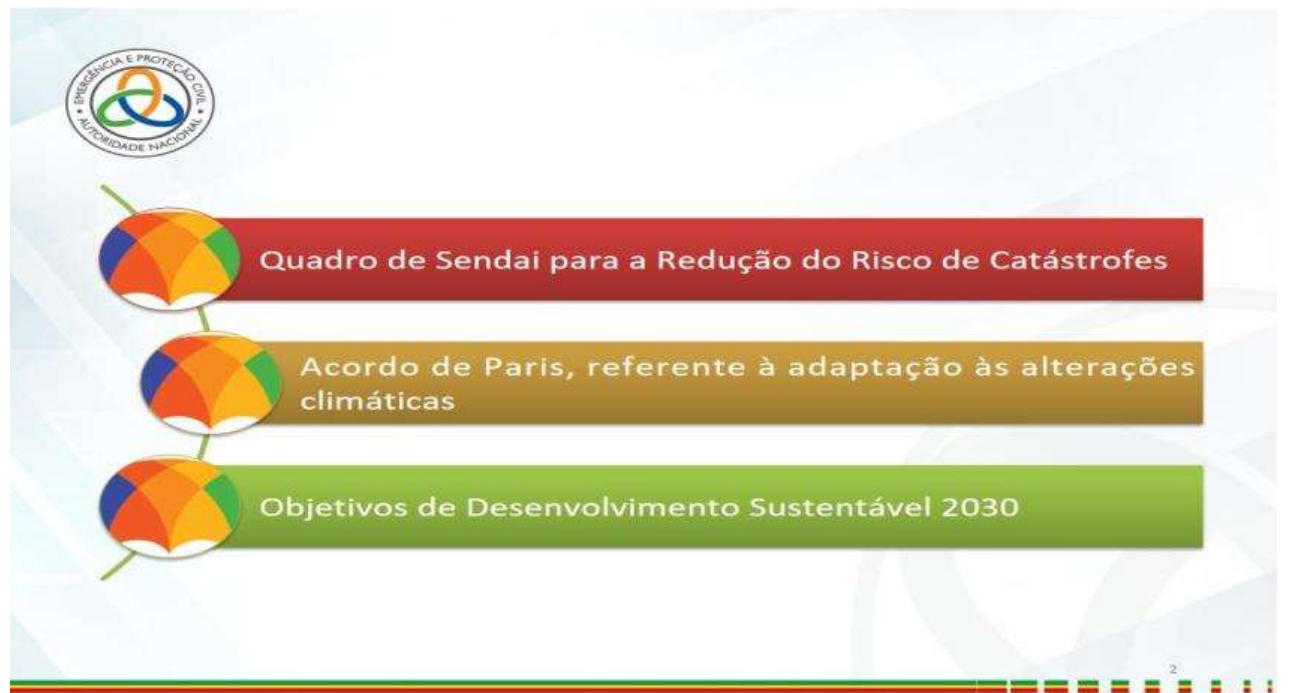
trabalho de Proteção Civil é feito nos locais, nos serviços municipais de Proteção Civil e feito com as pessoas, próximo das pessoas porque se não for assim não tem qualquer efeito. Não é o Comandante Peraboa que está em Viseu que tem influência naquilo que bem se faz na Covilhã, em Manteigas, em Seia, em Gouveia ou onde quer que seja. É importante ter esta noção porque é ao nível local que as coisas funcionam. -----

Trazer-vos aqui também ideias simples. A questão dos riscos que assolam o território não é coisa nova sejam eles de origem natural, tecnológica, mista, ... A sua probabilidade é cada vez maior, a sua ocorrência acontece cada vez mais frequentemente e os seus efeitos são cada vez mais catastróficos. Este grande incêndio é prova disso. Muitos outros incêndios são prova disso. Muitas outras catástrofes são prova disso. Podemos estar a falar de incêndios, de cheias, de acidentes e riscos antrópicos, ... o que interessa é perceber que o impacto que isto tem nas populações é cada vez mais nefasto e provoca cada vez mais danos. -----

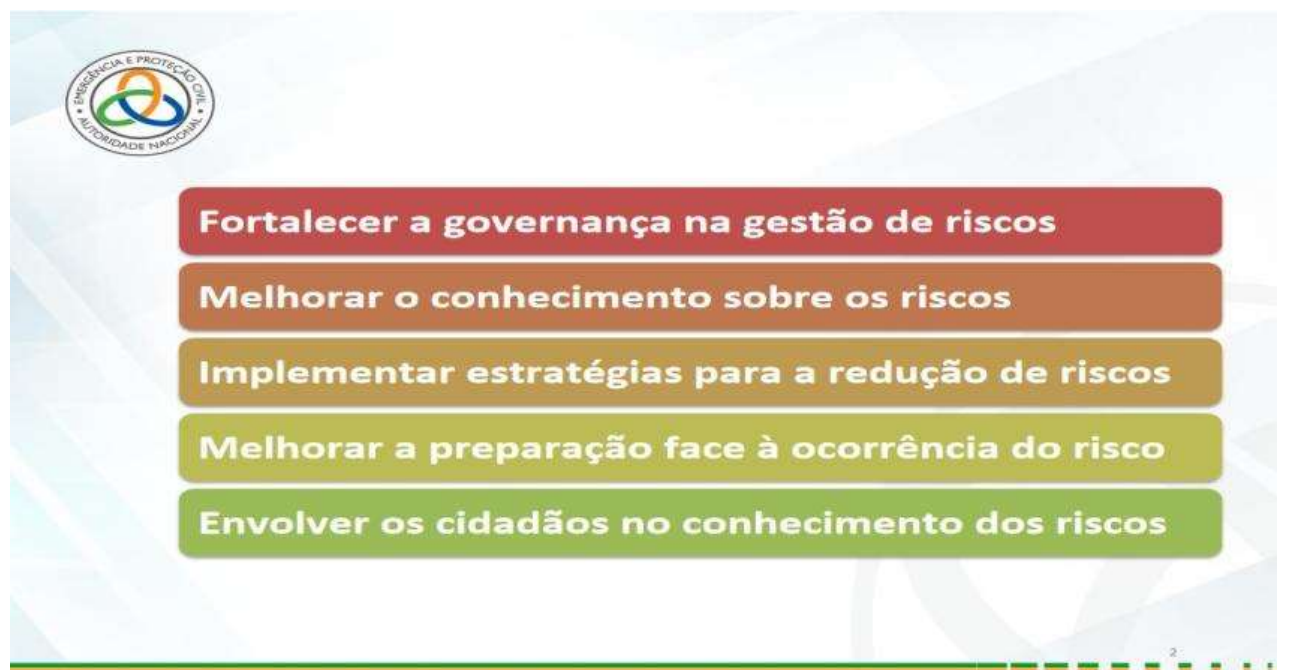
Esta é a ideia de uma Proteção Civil Preventiva, ou seja, passar de um ponto em que a resposta é o ponto fulcral em termos de Proteção Civil e a prevenção é o parente pobre para o contrário. Não é substituir uma pela outra. Temos de perceber isto. Temos que manter as duas, mas a prevenção tem de estar no topo. -----

Quando falo na prevenção, não estou a falar de criar faixas de gestão de combustível. Não estou a falar apenas e só desse tipo de prevenção. Estou a falar de coisas muito mais à frente que já vamos também perceber. -----





Esta questão da Proteção Civil Preventiva nasce num quadro mais macro, mais internacional, com uma visão mais alargada que tem a ver com o quadro de *Sendai* para a redução das catástrofes, com o Acordo de Paris referente à adaptação às alterações climáticas e tem a ver com os objetivos de desenvolvimento sustentáveis 2030. Ou seja, não podemos estar fora disto e todo e qualquer plano que possamos desenvolver tem que ter isto em conta também no âmbito da Proteção Civil.



E, nesse sentido, a Proteção Civil Preventiva prevê a existência de cinco grandes objetivos. São cinco grandes chavões: fortalecer a governança na gestão dos riscos; melhorar o conhecimento sobre os riscos; implementar estratégias para a redução dos riscos; melhorar a preparação face à ocorrência do risco; e envolver os cidadãos no conhecimento dos riscos. -----

Cinco objetivos macro bastante complexos do ponto de vista talvez da sua implementação no terreno, mas, no entanto, não é impossível de levar a bom porto toda esta execução. -----

Se olharmos para cada um deles, a questão do fortalecimento da governança na gestão dos riscos é fácil percebermos que a governança assume uma importância extrema e estratégica para a gestão do risco para, obviamente, obtermos uma visão robusta, coordenada, plurisectorial que envolva todas as partes interessadas. Já foi aqui também abordada esta questão. É importante envolver todos, todos aqueles que têm envolvimento direto e indireto naquilo que é a Serra da Estrela, ou seja, todos no mesmo patamar, todos a contribuir, todos a dar o seu melhor para uma entidade única que se chama Serra da Estrela. Já foi hoje aqui aflorado isto sem fronteiras, sem limites, uma entidade única, todos os municípios a falar a uma só voz, todos os corpos de bombeiros a atuar da mesma forma, em consonância, todos equipados ao mesmo nível, todos os serviços municipais de Proteção Civil com a mesma estratégia. -----

Ou seja, não é uns a fazer muito bem, a ter meios, recursos técnicos, etc. e depois outros a fazer assim assim. Ou seja, temos que ter aqui uma estratégia em que todos estejam ao mesmo nível para que a resposta depois, para a ocorrência destas situações, seja toda ao mesmo nível. -----

Portanto, importa continuar a fomentar os mecanismos de articulação e cooperação entre as entidades com competências na redução do risco. Aqui, obviamente, reforço a ideia da importância dos serviços municipais de Proteção Civil pela proximidade ao cidadão, ou seja, são aqueles que estão mais capazes de chegar ao cidadão, de levar a informação, mas de trazer também informação do cidadão e de, obviamente, lhes dar as respostas que ele necessita. -----



Dentro deste objetivo, existem duas grandes estratégias dos grandes eixos estratégicos, digamos assim: um de articulação e outro de cooperação e de capacitação para a gestão do risco. -----

Ao nível da articulação e da cooperação, significa incrementar um conjunto de plataformas, por exemplo, onde os diferentes municípios possam partilhar aquilo que é a informação sobre os riscos e sobre as estratégias a implementar a nível local e que possam ser partilhadas entre todos. -----

Apoiar, obviamente, aqui também o braço local da Proteção Civil, da criação e implementação de unidades locais de Proteção Civil. São fantásticas porque são feitas por cidadãos, como qualquer um de nós, muitas vezes sem componente técnica, como é o meu caso, mas que estão próximos da realidade e que envolvem os restantes cidadãos. Portanto, a criação de unidades locais de Proteção civil é, ao nível da freguesia, uma excelente estratégia para chegar a este objetivo. -----

Promover a cooperação entre os municípios através da partilha e divulgação de boas práticas em matéria de redução de riscos à escala da Comunidade Intermunicipal. Temos bons exemplos acerca dessa matéria e, obviamente, a partilha entre os restantes municípios é fundamental. -----

Ao nível da capacitação e da gestão do risco, obviamente que é preciso capacitar todos os atores envolvidos: os autarcas, os técnicos, os funcionários, os voluntários das organizações de Proteção Civil e as associações envolvidas na prevenção e redução do risco. Só percebendo daquilo que falo, só percebendo o que significa isto da Proteção Civil, o que significa ser agente de Proteção Civil e aí temos o cidadão como o principal agente de Proteção Civil, é que eu, enquanto cidadão, consigo fazer algo pela salvaguarda de pessoas e bens. Só percebendo que sou também eu, enquanto cidadão responsável, posso evoluir este conceito. -----

O segundo objetivo “melhorar o conhecimento sobre os riscos” já aqui foi falado e bem. É importante conhecermos o território. É importante conhecermos as suas vulnerabilidades. É preciso estudar o território como um todo. A Serra da Estrela tem características muito próprias e então é preciso aprofundar esse conhecimento de forma mais sistematizada. -----

Tem dois eixos importantes: a avaliação dos riscos e a avaliação dos danos. Portanto, é preciso perceber e desenvolver cartografia e uma avaliação sistemática daquilo que é o risco de nível municipal para permitir identificar situações e elementos dispostos associados. -----

Ao nível da avaliação dos danos, é importante (e isto é um dos papéis dos serviços municipais de Proteção Civil) preparar e treinar as equipas de especialistas para a avaliação rápida dos danos nos edifícios, nas infraestruturas, etc., após a ocorrência de acidentes graves e catástrofes, mas também desenvolver bases de dados que permitam algo que é muito importante, que é o registo dos danos associados a estes acidentes graves e catástrofes. Só conhecendo os problemas na sua raiz é que podemos criar ferramentas para no futuro os evitar. Portanto, é importante desenvolvermos esta estratégia de registo sistematizado daquilo que são as ocorrências que vão acontecer. -----

Ao nível da implementação das estratégias para a redução de riscos, que é o terceiro grande objetivo, importa aqui desenvolver esforços preventivos na redução dos riscos na natureza imaterial e estrutural e aumentar, obviamente, a resiliência dos cidadãos e das comunidades. -----

Estas áreas de intervenção, estes investimentos têm um potencial direto para contribuir para a salvaguarda de vidas e atenuação das perdas, quer pela redução da probabilidade de ocorrência, quer pela diminuição da exposição. -----

Tem dois eixos importantes: uma prevenção imaterial e uma prevenção estrutural. Muitas vezes olhamos só para a prevenção estrutural, mas na prevenção imaterial importa aqui dar ênfase às iniciativas e parcerias locais de base voluntária para as atividades da Proteção Civil no âmbito do planeamento e da prevenção. -----

Ao nível da prevenção estrutural, executar intervenções estruturais para reduzir os riscos. Podemos estar a falar na estabilização de vertentes, nas áreas suscetíveis a movimentos de massas, etc. ou nas zonas suscetíveis a inundações, etc. Podemos estar a falar na implementação de medidas de proteção do edificado nos incêndios rurais, de gestão de combustíveis à volta das áreas edificadas, etc. -----

Objetivo quatro – Importa melhorar a preparação face à ocorrência do risco. Esta geralmente é aquela que é a mais visível, é a resposta, mas, como já vimos, é uma das áreas de intervenção e não a mais importante, mas é preciso trabalhar nela. Esta área já tem vindo a ser trabalhada nos últimos anos. É preciso aprofundar a questão da monitorização do alerta e do aviso às populações e isso só se consegue chegando às pessoas e, obviamente, dotar os serviços municipais de Proteção Civil de ferramentas atualizadas de apoio à decisão. -----

Para ter ferramentas atualizadas de apoio à decisão, temos que ter serviços de Proteção Civil apetrechados com técnicos capazes de as poder utilizar e de as transformar, obviamente, em ferramentas que ajudem depois na resposta final.

A questão do planeamento de emergência – Aqui entram muitas matérias, mas obviamente a questão do exercício dos planos de emergência ao nível local, dos trabalhos que se fazem até com os programas da Aldeia Segura e Pessoas Seguras que envolvem as populações, mais para o objetivo seguinte, mas são importantíssimos na captação da atenção dos nossos concidadãos e que são importantíssimos para podermos desenvolver estas atividades. -----

Aqui também preparar a instalação de zonas de concentração e apoio à população e necrotérios provisórios. A este tipo de situações nunca pensámos nele. Raramente pensamos nisto. Apenas quando a catástrofe acontece, mas é preciso estar preparado, é preciso pensar em todas as situações e nas piores situações. Não há nada pior do que sermos apanhados de surpresa numa grande ocorrência e depois não saber o que fazer às pessoas, para onde transportar, não saber o que fazer aos cadáveres e temos de falar claro nestas coisas porque a capacidade de resposta do hospital A, B ou C se esgotou, etc. -----

Temos que pensar na Proteção Civil de uma forma mais alargada e friamente pensar naquilo que pode ser a ocorrência de um grande acidente e catástrofes. -----

Obviamente, pensar nos problemas e exercitarmos os problemas como se eles acontecessem em cascata. Uma coisa é termos um problema, outra coisa é termos uma cascata de problemas que nunca mais acaba. O que fazer? Como fazer? Pensar nisto e executar, treinar, serviços municipais de Proteção Civil aqui na linha da frente também a trabalhar. -----

A questão logística das operações também é sempre algo muito preocupante. Importa criar mecanismos automáticos de resolução deste problema, nomeadamente quando temos muitos intervenientes num teatro de operações. -----

E, obviamente, o último objetivo: envolver os cidadãos no conhecimento dos riscos. Este é aquele que mais me diz pessoalmente até por defeito profissional, mas obviamente, é aquele menos desenvolvido, penso eu, e estará a um nível nacional. -----

Há aqui uma oportunidade de sermos aqui, com este Plano de Revitalização, inovadores também nesta matéria e colocarmos aqui o cidadão na linha da frente, enquanto contribuinte para as soluções, mas também enquanto agente e guardião daquilo que é um património natural único que só existe este em Portugal Continental e que possa, obviamente, servir a todos e acolher a todos. -----

Aqui na questão da educação para o risco, é importante implementar programas piloto de proximidade. Lá está a questão da proximidade. Se o nível mais próximo dos cidadãos não funcionar, nada do resto funciona e não conseguimos chegar às pessoas. É importante incentivar a prática de exercícios e simulacros, rotiná-los e entendê-los como algo que é necessário e que é importantíssimo para a salvaguarda da nossa vida e daqueles que nos são mais próximos. -----

A questão da comunicação para os riscos – Já aqui foi falado muitas vezes, quando temos um problema, um acidente grave ou catástrofe, a tendência que temos é encontrar a causa do problema e chutar o problema para outros. Não. O problema é nosso que o temos entre mãos, nosso, de todos que temos que o resolver. E não pode haver nada pior do que numa ocorrência de grande magnitude, é que os operacionais, as entidades que têm a responsabilidade de a resolver, de estarem a desenvolver todos os esforços para a resolver e haver um conjunto de entidades ou outras entidades que não têm diretamente a ver com a ocorrência ou com a gestão da ocorrência a contradizer aquilo que se está a fazer. -----

O que é que isto causa na população? Descredibilização do sistema. -----

Quando o sistema até está a responder, quando o sistema até faz um esforço adicional e faz tudo o que tem que fazer para resolver o problema, há sempre alguém que está do outro lado a contradizer tudo isso. Ora, isto tem um efeito cascata brutal negativo, até porque quem está a tentar resolver o problema nunca vai responder a esse tipo de afirmações, comentários ou que quer que seja. -----

O que é que eu quero dizer com isto? Chegar àquilo que também já foi dito aqui, que é importante. Tem que haver aqui algo que crie um pacto importantíssimo, que proteja aquilo que é a resposta à salvaguarda de pessoas e bens. Não podemos abdicar do tempo necessário para a resolução do problema. Se alguma coisa correr mal, vai-se tratar e não é no momento em que ainda não se resolveu o problema. Se algo correr mal, não tenham dúvidas que alguém será chamado à responsabilidade, mas não naquele momento. Naquele momento devemos estar todos concentrados em resolver aquela questão porque coloca em risco pessoas, bens e património ambiental. E quando andamos todos à procura de uma resposta para contradizer aquilo que se está a dizer andamos a perder tempo. Nem resolvemos uma coisa, nem resolvemos a outra. -----

Tem que haver aqui um pacto de confiança entre as diferentes entidades, desde o cidadão até aos órgãos de comunicação social, desde os municípios, as Câmaras Municipais, os seus presidentes, os seus presidentes de Junta, os serviços municipais de Proteção Civil. Todos. Porque aquilo que está em causa é a proteção de pessoas e bens, que é um bem maior.” -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Presidente da Junta de Freguesia de Cortes do Meio):** “Estamos hoje aqui a discutir o Plano de Revitalização do Parque Natural de Serra da Estrela. A Freguesia de Cortes do Meio insere-se praticamente em toda a sua área no Parque Natural. -----

Já foi fustigada pelos incêndios, que eu me lembro, de 2001. Depois em 2017 e uma área de cerca de 80%. E agora em 2022, parcialmente afetada na área das Penhas da Saúde. Digo-vos com sinceridade, os incêndios ocorrem neste momento por três motivos essenciais: uma que disse o Professor Carlos Lobo e muito bem, uma gestão desastrosa do ICNF do Parque Natural; pelo abandono do mundo rural; e, acima de tudo, também por alguma falta de investimento que tem havido nestas áreas e neste território do interior. -----

Dizer-vos que a Freguesia de Cortes é uma entidade gestora também do Baldio e o Baldio ocupa aqui cerca de 2/3 da área da freguesia, portanto são 2900 hectares. É uma área considerável e, sob a gestão do ICNF, a intervenção desde o incêndio de 2001 para a frente foi nula. -----

O baldio pediu a desafetação em 2015. Desde 2015, mas essencialmente de 2019-2020 para a frente, e pegando outra vez nas palavras do Professor Carlos Lobo, dizer que a comunidade, quando gere as coisas na proximidade, gere-as muito bem e o Baldio, nestes últimos 3-4 anos, intervencionou 500 hectares de vegetação espontânea e regeneração natural, através do projeto REACT-EU do Compete 2020 e por meios próprios, 600 hectares de plantações de mosaicos de árvores autóctones, através do projeto de Renature com o GEOTA e também por meios próprios, 150 hectares de intervenção de pinhal jovem e adulto e também projetos dentro da área agrícola, olival, comunitário, entre outros. -----

Portanto, certificação florestal que nunca tinha acontecido, certificação das áreas como produção biológica. Quando agimos localmente, as coisas são geridas de outra forma e acho que é também isto que temos que levar daqui. -----

Tem que haver uma maior intervenção e um maior investimento nas freguesias. Foi com muito agrado que ouvi falar na estrada de ligação das Cortes às Penhas da Saúde e também no IC6, mas especificamente na estrada Cortes do Meio/Penhas da Saúde. Julgo que é uma via essencial para o desenvolvimento do Sul do Concelho. -----

Já o disse aqui de forma reiterada. Reitero hoje aqui também essa importância, do ponto de vista até de proteção civil, que o Comandante Peraboa aqui trouxe hoje, mas essencialmente do ponto de vista da fixação das pessoas, de atração das pessoas porque os incêndios acontecem por abandono do mundo rural. A humanização da Serra, como a conhecíamos há uns anos atrás, era o que permitia que não houvesse este tipo de catástrofe porque não foram feitas grandes alterações em termos de floresta. Havia sim a intervenção humana em que a floresta era gerida de outra

forma e é este abandono que nós temos que combater. E este plano, na minha perspetiva, tem que ir de encontro a esta necessidade. -----

Há uma necessidade de investimento nos territórios de baixa densidade, especialmente no mundo rural, nas freguesias de baixa densidade como a minha, e julgo que esta ligação, que eu defendo e que continuarei sempre a defender, vai trazer um potencial muito grande a nível turístico, de investimento económico, não só para a freguesia das Cortes, mas para o Concelho, para o Sul do Concelho da Covilhã, e será uma enorme mais-valia para a capitalização de investimento, mas acima de tudo para a fixação de pessoas. E, se olharmos ao Censos de 2021, é assustadora a forma como perdemos pessoas dentro das áreas que estão fora do núcleo urbano. -----

Portanto, acho que merecemos esta oportunidade. Acho que a Freguesia e o Sul do Concelho merecem este investimento por parte da Câmara Municipal e é com muito agrado, volto a repeti-lo, que ouvi aqui hoje, pela bancada do Partido Socialista, que este investimento está previsto, ou pelo menos, que possa constar neste plano.”

- **António Manuel Pais Carriço (Presidente da União das Freguesias de Teixoso e Sarzedo):** “Vim aqui falar no projeto da Barragem da Atalaia que, em princípio, será instalado na zona geográfica da União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo. -----

Não posso deixar de dizer que este projeto já tinha sido prometido há 25 anos, o qual desapareceu do mapa. Entretanto, já tinha tido oportunamente conhecimento deste mesmo projeto que iria ser lançado pelo Senhor Presidente da Câmara, Dr. Vítor Pereira, o que me deixou, como Presidente da União de Freguesias Teixoso e Sarzedo, bastante satisfeito e agora confirmado pela senhora Engenheira Coordenadora da COBA. -----

Este projeto insere-se, de facto, num sonho não só para a União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo, como também para a zona Norte do Concelho da Covilhã, assim como também para a região da Beira Interior Norte. -----

Apenas deixo um apelo à Senhora Coordenadora da COBA e às outras entidades (Câmara Municipal e entidades envolvidas), que não deixem, por favor, cair este projeto como alguém deixou cair. Por favor, trabalhem este projeto com afinco e com seriedade para não alimentarmos expectativas aos nossos fregueses e a todos os cidadãos da Covilhã. Força! -----

É um investimento muito necessário para o desenvolvimento não só do Concelho e da região, como de toda a Beira Interior.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Começava por questionar: onde é que está o Plano? Alguém tem o Plano? Ninguém tem o Plano! Mas estamos a debater um Plano! Somos convocados para debater um Plano, mas não há Plano! O Plano que já está concluído, o plano que já foi entregue ao Governo, estamos a discuti-lo hoje. Para debater o quê? O Representante do Partido Socialista diz: “algumas propostas”. Para quê acrescentar no plano? O Plano já foi entregue! -----

O Plano de Revitalização do Parque Natural foi apresentado em 28 de julho em Celorico da Beira. Possivelmente poderíamos ter feito o debate logo a seguir a esta data. -----

Em 27 de novembro, a Senhora Ministra da Coesão Territorial afirma que quer que o Plano, que já foi entregue, seja aprovado ainda por este Governo. Portanto, o plano já lá está! -----

Estamos a discutir o quê? -----

Já sabemos agora que o tal Plano foi elaborado por uma equipa técnica contratada pela CIMBSE. E quem é que foi interveniente? -----

Diz a Ministra que é um plano que vem do território. Então quem é o território? A CIMBSE? As Câmaras Municipais? As Juntas de Freguesia com vasto território no Parque Natural da Serra da Estrela foram envolvidas ou foram chamadas a dar o contributo? As populações participaram? ----

Foi aqui dito pelo Senhor Comandante que se não envolvemos as pessoas, qualquer plano ou qualquer estratégia dificilmente irá resultar. Como é que envolvemos as populações se o Plano não foi apresentado às populações, se não foi recolhida a opinião das populações? -----

O PS convida-nos a debater o Plano de Revitalização, mas não nos fornece o Plano que já existe e que foi entregue. -----

Então estamos a debater o quê? Avançar com propostas para quê? O plano não está concluído? O diagnóstico não foi feito? Como a questão do ICNF. Que diagnóstico foi feito? Que modelo de gestão para o Parque? -----

Finalmente alguém nos dá um cheirinho do Plano. O Professor Carlos Lobo vem e informa-nos que é necessário um novo modelo de gestão. Muito bem, concordamos. Já em 2005 o dissemos, no âmbito de uma campanha eleitoral para a Assembleia da República. Indicámos que era necessária uma outra gestão para o Parque Natural da Serra da Estrela. Também o dissemos em 2007 num encontro em Manteigas e também o dissemos em 2022 quando, na Assembleia da República, o nosso Grupo Parlamentar apresentou o Plano de Emergência para a Serra da Estrela.” -----

- **Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP):** “Começo por concordar com as palavras do colega da bancada do PCP com a falta de informação, com a falta de formação e informação para prepararmos este ponto, sobretudo tendo em conta a presença de três pessoas que representam diversos organismos com informação muito detalhada sobre um Plano que a todos diz respeito. --

Acho, à partida, que deveríamos ter recebido toda esta informação que está aqui a ser hoje dada para termos um debate - esse sim - mais sério, mais consentâneo, mais realista até com as próprias medidas porque, caso contrário, não passaremos desta discussão que não nos leva a lado nenhum, que é uma discussão de tirada de cartola, onde cada um vem aqui e diz o que lhe apetece, porque todos nós, certamente, como o Deputado João Casteleiro dizia, todos nós sentimos aquele incêndio na pele e, portanto, independentemente de sermos de Verdelhos, sermos da Vila do Carvalho, de Cantar-Galo ou de qualquer outra freguesia da cidade, sentimo-lo. -----

Portanto, o mais importante era termos a informação toda que aqui hoje foi partilhada ao de leve, a curto prazo e muito breve para depois podermos falar detalhadamente. -----

Tinha três questões, uma dirigida ao Professor Doutor Carlos Lobo, que se prende sobretudo com esta questão da nova entidade de gestão do próprio projeto. -----

É verdade que acho que está mal gerido e nisso concordamos. Tenho sempre é muito receio que as entidades resolvam o que quer que seja porque normalmente as entidades no estado em que vivemos são detentoras de lugares públicos, lugares políticos e, portanto, muito pouco acrescentam àquilo que a sociedade pensa, mas sim aquilo que é a força política dominante. Portanto, preocupa-me e queria-lhe fazer, Senhor Professor, esta pergunta muito diretamente, que era: o que é que está previsto aqui? Quem é que vai coordenar esta entidade? E a Comunidade Intermunicipal? E o Estado? Com que Secretaria de Estado? -----

Pedia que nos classificasse qual é que é a relação desta comissão ou entidade de gestão, como lhe queira chamar, com as outras entidades que estão na esfera da Serra da Estrela e, portanto, desde logo a questão do Parque Natural, a questão da associação e de compartes e baldios. Ouvimos aqui hoje que tem uma presença muito significativa e também ela desorganizada naquilo que é a resposta, em muitos casos (não é o caso das Cortes do Meio que aí sou testemunha). -----

E também, Senhor Professor, se teve a oportunidade de analisar a questão relativa à Turistrela e qual é o impacto desta comissão ou desta entidade com esta empresa que faz essa gestão deste património. -----

Senhora Engenheira, em primeiro lugar, dar-lhe nota que lhe agradeço e lhe agradecemos esta informação porque, sobretudo, pela primeira vez neste município, nesta Câmara, temos informação detalhada para lhe pedir e para exigir a construção de determinadas infraestruturas fundamentais. -----

Se me tivesse ouvido aqui nas outras Assembleias Municipais, em todos os momentos da minha intervenção e da intervenção do CDS, temos exigido à Câmara Municipal debate e discussão sobre regadio e o alargamento do regadio, outras infraestruturas de abastecimento de água, sobretudo para os agricultores. E, como tal, parece-me, com a informação que aqui nos trouxe, que podemos ter matéria, de facto, para exigir outras coisas que não aquelas que pedíamos até à data. -----

A pergunta que eu lhe fazia era sobre a Barragem das Cortes e, efetivamente, sobre a análise da Barragem das Cortes: como sabe, houve dezenas de projetos. Este município investiu, eu não me arriscaria a dizer 1 milhão, mas algumas centenas de milhares de euros certamente investiu em projetos para a Barragem das Cortes e gostaria que nos clarificasse se é efetivamente ou não uma infraestrutura de extrema relevância e importância para aquilo que é a sua análise e, sobretudo, para as necessidades desta região.” -----

- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD):** “Deixo um cumprimento e um agradecimento aos nossos convidados pela forma esclarecedora como fizeram a vossa exposição e penso que estamos todos de acordo que é necessário um plano integrado de desenvolvimento para a Serra da Estrela.

Não adianta termos uma aldeia bonita se depois não temos infraestruturas que levem as pessoas para lá, infraestruturas e condições acessórias que permitam que as pessoas vivam lá condignamente. E, portanto, penso que estou plenamente de acordo e adoto como nossas as

palavras do Senhor Professor Carlos Lobo quando diz que não podemos tirar as pessoas deste contexto. É óbvio que as pessoas fazem parte da equação e aí devem permanecer. -----

Permitam-me partilhar um pouco também do facto de não termos tido acesso ao relatório que foi entregue ou pelo menos a comparticipação que o Município da Covilhã fez e o Senhor Presidente sabe que tínhamos achado importante que esse documento nos tivesse chegado porque, quando começamos a olhar para as medidas que podem ser concretas numa implementação de um plano de reestruturação, chegamos facilmente a oito pontos que é: avaliar a área que foi afetada; preparar o terreno; seleccionar as espécies adequadas; fazer uma reflorestação e uma plantação; fazer a manutenção; monitorização; e aquilo que o senhor Comandante disse, e muito bem, educação e envolvimento da comunidade que decorre inclusivamente daquela Lei 27 de 2006 e depois ter práticas de prevenção de incêndios com as faixas corta-fogo com outras boas práticas, vigilância permanente, etc. -----

Portanto, percebemos tudo isto. Não sabemos é de que forma é que isto está no Plano que foi apresentado e essa é a questão que colocamos. -----

Deixaria no essencial três perguntas, uma para cada um dos convidados. -----

Vou começar pelo Professor Carlos Lobo que coloca o dedo na ferida e diz que todos querem mandar, mas a responsabilidade morre solteira, principalmente no que diz respeito à Serra da Estrela e, portanto, esta entidade nova que fala substitui todas as outras? É necessária uma entidade nova? Será que a CIM não pode acumular essa função, essa tarefa de coordenação e de gestão do Parque Natural, até porque a nossa CIM é Beiras e Serra da Estrela? -----

Senhora Engenheira, é conhecida a história da Barragem das Cortes, de alguns anos a esta parte. Alguma parte do estudo que fizeram analisou a quantidade de recursos hídricos que se perdem por falta de mecanismos de retenção? -----

Senhor Comandante, estamos de acordo que é necessário educar e envolver a comunidade. Alguma parte do Plano inclui formação para as populações, de que forma é que esse plano de formação é implementado nas freguesias, se são criadas brigadas de primeira intervenção, que meios é que são dados a essas populações para que possam fazer a primeira intervenção? -----

E já agora, se houve alguma proposta no sentido de a floresta ser novamente trabalhada, como já foi, envolvendo, por exemplo, a Universidade no sentido de saber se os recursos florestais podem ser aproveitados em investigação e desenvolvimento e recorde, por exemplo, a utilização da resina.” -----

- **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS):** “Agradecer a disponibilidade de todos os convidados que aqui se deslocaram para nos prestarem o seu contributo, a sua colaboração, a sua apresentação sobre um tema que para nós é muito importante. -----

Permitam-me começar por discordar, que eu considero que este momento é bastante pertinente e que esta é uma discussão importante, até porque ainda não se trata de um documento aprovado e as recomendações poderão ser sempre endereçadas para a inclusão no mesmo. No fundo, é isso que se pretende: que nós participemos. -----

O Senhor Comandante Francisco Pereira assinalou aqui a importância de se envolverem as pessoas na elaboração deste documento e tenho memória de que foi desenvolvida uma metodologia participativa que consistiu na organização de workshops, grupos de foco, questionários e na criação de projetos que evidenciam a importância do saber fazer e da valorização do património. Portanto, no meu entender, essa componente foi tida em conta. -----

Dizer também que, relativamente às apresentações em si, retirei aqui uma ideia, uma conclusão chave que retrata a importância de uma distribuição de responsabilidades efetivas de forma uniforme pelo território, comprometendo as autarquias e as entidades na gestão do território e também promovendo a circulação de pessoas, assim como um envolvimento mais fluído. Sabemos que, com mais e melhor circulação de pessoas, com mais envolvimento de pessoas no seu território, é muito mais provável que o mesmo se desenvolva e que consigamos evitar estas catástrofes naturais. -----

Quero fazer aqui também duas questões. -----

A primeira ao Professor Carlos Lobo que vai no seguimento daquilo que disse sobre a Torre. A Torre é um território neste momento partilhado por três municípios que representam dois distritos diferentes e com uma gestão comercial a cargo de uma entidade privada. Qual é o modelo de governança específico que o relatório aponta para aquela zona e para a Serra da Estrela também, por assim dizer, de uma forma mais geral? -----

A minha segunda questão está mais relacionada com a questão dos recursos hídricos e tendo em conta a apresentação que aqui nos foi explanada, saltou-me a necessidade da criação de mais reservas hídricas porque, se está previsto que chova mais no Inverno, mas menos durante o ano, isso aumenta a necessidade de conseguirmos reter mais recursos para que depois consigamos fazer face a essas épocas de seca. Nesse sentido, de forma muito concreta, quero questionar se está prevista ou identificada a necessidade da construção da Barragem da Ribeira das Cortes, que é um ponto já assinalado, isto para consumo humano.” -----

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS):** “Não poderia deixar de dizer que para mim, enquanto covilhanense, este é um dia feliz, este que aqui temos, porque hoje a democracia alia não só aquilo que é o seu bem mais essencial, aquilo que é o conhecimento técnico. Independentemente de podermos querer escamotear essa importância, é de facto uma grande vitória para a Covilhã e para a democracia da Covilhã aquilo que hoje estamos todos aqui a fazer, independentemente das visões políticas que temos. -----

Como este é um debate sobre um tema muito específico e vem como resultado de uma catástrofe que se abateu, o Plano de Revitalização da Serra da Estrela incide em quatro áreas muito amplas em domínios temáticos, como é assim referido na Resolução do Conselho de Ministros. Não vou descrevê-las todas, mas sintetizo em Pessoas e Inovação, Economia e Competitividade, Ambiente e Proteção Civil e Cultura e Turismo. -----

As minhas questões vão ser bastante objetivas sobre três áreas que, para mim, são de importância elevada, nomeadamente na área do ambiente e proteção civil, economia e competitividade e pessoas. -----

Na área do ambiente e proteção civil, foi aqui referido, penso eu, pelo Comandante Peraboa e também pela Engenheira Estrela que, de facto, o fenómeno dos incêndios é algo que vai acontecer e que vai acontecer no futuro. Por alguns documentos de apoio, nomeadamente o relatório final do Grupo de Peritos de Incêndios Rurais, instrumento que é público desde janeiro, entendi por bem trazer aqui um bocadinho e reavivar aqui alguns aconselhamentos que o mesmo dá. -----

Uma das medidas apontadas para uma Serra da Estrela mais resiliente é a existência de um plano de gestão florestal que preveja também áreas em mosaicos para uma gestão de combustíveis mais eficientes, com o objetivo de criar uma Serra da Estrela mais resiliente. -----

A minha pergunta é objetiva e vai ao encontro de perceber quais é que são os mecanismos que o programa de que o PR PNS prevê para a compensação financeira de investimento em áreas florestal, autóctone ou outras de rentabilidade de longo prazo, por forma a reduzir a área de floresta de produção, normalmente resinosa, com rentabilidade mais rápida. Ou seja, como é que incentivamos a que se abandone uma floresta de produção que tem efeitos catastróficos depois quando há incêndios para também se incentivar aqui a parte de reflorestação na área das autóctones. -----

Outro ponto que também foi abordado sobre uma Serra da Estrela mais resiliente e aqui há um aspeto um pouco mais técnico, mais em termos de combate a incêndios: tivemos aqui o Comandante dos Bombeiros Voluntários da Covilhã e Responsável da Proteção Civil do Município, o Comandante Luís Marques, a defender e a falar sobre a dificuldade e o tempo necessário para o abastecimento de meios aéreos no combate a incêndios. -----

Dentro daquilo que é o programa, qual é que é a previsão que o mesmo tem para a criação de uma rede de pontos de água em altitude para abastecimento de meios aéreos de asa rotativa? -----

Ainda sobre aquilo que foi o fenómeno que nos atingiu, temática que me parece ser relevante: no incêndio de 2022 cerca de 20% da área ardida era de responsabilidade pública, sendo que os restantes 80% eram de responsabilidade privada e, portanto, destes 80% grande parte estava ao abandono. Isto já foi algo falado pelo Professor Carlos Lobo e também pelo Senhor Presidente da Câmara e é uma das grandes dificuldades que temos naquilo que é a gestão do território. São artigos de pequena escala, muitas vezes em que não se conhece o dono e que muitas das vezes até nós não conhecemos os limites dos mesmos. -----

Face a este facto e face às consequências que aporta na gestão do território, perceber quais é que são os instrumentos previstos que permitam reduzir esta realidade existente, nomeadamente perceber se existem mecanismos de incentivo à venda e compra destes artigos – se há um subsídio ou algum apoio à compra e venda destes artigos que não conseguem ter rentabilidade – e se está previsto algum programa de desenvolvimento para as áreas comunitárias, nomeadamente através dos baldios. -----

Um bocadinho mais virado para a área da agricultura, perceber também quais é que são os incentivos que existem para a preservação, estímulo e crescimento da prática agro-pastoril como mecanismo de desenvolvimento económico e também de preservação do Parque Natural da Serra da Estrela. -----

Terminando este domínio temático, fazer questões sobre a área da economia e competitividade. Falar sobre esta área e sermos competitivos, temos, de facto, que ter capacidade e de ter infraestrutura para sermos competitivos a todos os níveis. O Professor Carlos Lobo apresentou aqui uma ideia que me parece ser positiva, nomeadamente a rede de entrepostos satélite dentro dos diferentes concelhos que rodeiam o Parque Natural Serra da Estrela. Parece-me uma ideia interessante, mas a verdade é que, quando temos um parque natural em que duas das suas vertentes têm vias estruturais de acesso, nomeadamente a A23 e a A25, permitindo acessos pelo Norte, Este e Sul, na sua terceira vertente, a Oeste do Parque Natural da Serra da Estrela, está desprovido de uma via que potencialize toda esta área e, por consequência, as suas populações e a economia. -----

Esta via já foi aqui falada, não é novidade para ninguém e muito menos a sua importância estratégica que tem o nome de IC6. Dentro do mapa que foi apresentado, facilmente é perceptível como é que fazemos uma ligação da Covilhã a Oliveira do Hospital sem termos que atravessar e irmos ao planalto e descer ou contornar todo o Parque Natural da Serra da Estrela. De que forma é que este programa enquadra a execução de um projeto há muito reclamado por populações e de reconhecida importância para o Parque Natural da Serra da Estrela, como é o IC6. -----

Depois desta principal, existem as artérias que depois ligam de certa forma ao centro do Parque Natural Serra da Estrela. Também já aqui foram faladas, mas é importante também percebermos de que forma este programa prevê financiar estas mesmas acessibilidades nomeadamente, no caso do concelho da Covilhã, a ligação Unhais-Piornos, a ligação Cortes do Meio-Penhas da Saúde e a ligação Verdelhos-Poço do Inferno. São três vias estruturais importantes.” -----

Concordou com um termo que havia sido utilizado, dizendo que “falarmos da Serra da Estrela e falarmos do território que estamos aqui a falar hoje é essencialmente respondermos ao desafio da necessidade de humanizarmos este território. São precisas pessoas. São precisos braços. É preciso gente jovem que, de facto, consiga dinamizar todo este território e, nomeadamente, e neste caso mais circunscrito ao Parque Natural da Serra da Estrela, as freguesias que estão integradas nos mesmos. -----

-

Mas hoje, para conseguirmos cativar pessoas para este território é preciso: -----

- 1.º Mobilidade – Percebermos de que forma é que este programa dá resposta à necessidade de mobilidade de uma pessoa que viva em Verdelhos e que tenha que se deslocar ao concelho da Covilhã ou à sede do concelho; -----
- 2.º Infraestruturas que necessitamos neste território. -----

É conhecido que, ao longo do tempo, foram perdidas escolas e uma série de serviços. Este também é um programa que dá oportunidade para retomarmos algum desses serviços nestes territórios que são certamente fundamentais para dar resposta à necessidade de termos pessoas que vivam e que façam desenvolver o Parque Natural da Serra da Estrela.” -----

--- Foi concedida a palavra aos ilustres convidados para responder às questões levantadas. -----

- **Prof. Carlos Lobo Carmona:** “Relativamente à questão da participação, estiveram envolvidas cerca de 68 entidades. Numa série de elementos houve um workshop participativo em Manteigas com 56 participantes e 36 entidades locais. Depois houve um inquérito/questionário online em que participaram 82. Houve ainda quatro workshops temáticos: um em Celorico, outro em Seia, outro em Gouveia e outro na Covilhã. Tivemos cerca de 100 participantes e 70 entidades. Ou seja, em termos de participação, até eu fiquei surpreendido pela adesão nesta matéria que foi profunda e interessada na ótica da responsabilidade social. Tivemos organizações não-governamentais, organizações de produtores florestais, as entidades,.....

Tivemos aqui, de facto, uma participação muito interessada e, aliás, 40 dos projetos vêm diretamente da comunidade, ou seja, foram os projetos que foram geridos pelo ForestWISE e pelo MORE. Não foram invenções, não foram *top-down*. Foram *bottom-up* ao nível da estrutura e, quando digo *bottom-up*, nem sequer foram dos municípios: os municípios, tratámo-los separadamente ao nível da estrutura.

Relativamente à questão da configuração do plano, o que foi feito e que foi entregue foi uma contribuição dos municípios, por via da CIMBSE, para o Governo. Ou seja, não é o plano. É uma contribuição para o plano. O plano é aprovado pelo Governo na sequência da Resolução do Conselho de Ministros, tomando em consideração aquilo que os municípios apresentaram com base nesta formulação por via da CIMBSE.

Relativamente à entidade gestora e configuração, a configuração da entidade gestora está em aberto, ou seja, na prática pretende-se que seja uma entidade participativa e que resulte da reforma do Plano de Ordenamento. Na prática, resultante daquilo que se conseguir obter ao nível da reforma do Plano de Ordenamento, a entidade gestora vai ter uma configuração. Aquilo que se propõe é que a responsabilidade pela gestão passe para os seis municípios da zona, ou seja, que os seis municípios tenham um papel de *pivot* dentro da estrutura. Pode ser uma entidade meramente municipal, uma associação de municípios especializada ou uma empresa municipal constituída pelos seis municípios ou uma fundação.

A ideia é também envolver as entidades privadas, as associações de baldios e outras associações locais também na gestão desta entidade, um pouco como as aldeias de Xisto, Xistur, etc. que, na prática, permitem essa gestão participada e agregada das diversas forças, mas isso será uma decorrência do Plano de Ordenamento em termos de gestão também com o ICNF. Obviamente, o ICNF tem aqui um papel importante para cogerir a parte responsável, a parte da proteção e da sustentabilidade, um dos principais ativos da Serra da Estrela.

Eu não disse que o ICNF tinha feito uma gestão destrutiva do Parque. O que eu disse é que o ICNF é vítima de ter de ser a única entidade que tem que fazer tudo e muitas coisas em que ele não tem vocação. Não há nenhuma entidade que seja regulamentadora, gestora e fiscalizadora, incluindo de áreas que não sejam a sua responsabilidade. O ICNF tem as áreas da sustentabilidade do Ambiente e da Biodiversidade e a Serra é isso, mas muito mais do que isso.

A ideia é, de facto, conseguirmos fazer aqui um casamento eficiente e daí o papel do Plano de Ordenamento da Serra da Estrela. O ICNF foi o primeiro também a reconhecer que era necessário,

de facto, fazer aqui uma revisitação daquilo que tinha sido decidido anteriormente, até para envolver agora os municípios de uma forma mais coesa. -----

Turistrela – A questão do aproveitamento turístico da Serra da Estrela é um elemento essencial para a autossustentabilidade da Serra da Estrela. Na prática, não podemos ignorar que, de facto, temos ali um ativo e a sustentabilidade disto tudo, em termos económicos, decorre em primeira linha da vertente turística. -----

Também sabemos e a Turistrela também sabe, penso eu, que o modelo atual também não é o modelo que satisfaz a Turistrela. Acho que é evidente que ninguém está satisfeito com a situação. Acho que a Turistrela também deve ser obviamente integrada dentro da solução no sentido de melhorarmos efetivamente todos. -----

A questão da concessão acho que tem que ser revisitada, ou seja, é um modelo que não é adequado ao modelo atual. Aliás, já há decisões em Tribunal em que já concluíram pela ilegalidade da própria concessão. Acho que não se deve antagonizar. Deve-se também chamar a entidade para a solução porque este modelo de confrontação não é adequado e, na prática, acho que todos querem é o desenvolvimento da Serra da Estrela de uma forma sustentável, com boa qualidade e com mais retorno. É isso que está no plano. É uma revisitação da questão, da questão da concessão no sentido de efetivamente também fazer com que a posição da Turistrela seja melhorada ao nível da estrutura. -----

Quando falei da Torre, foi só em termos de imagem. Não estou a dizer que a culpa é da Turistrela, de Seia, Manteigas ou da Covilhã, mas na prática é o que torna quase aquilo numa terra de ninguém. Acho que a falência do modelo de gestão tem a sua imagem máxima no ponto de convergência. Quer queiramos quer não, a Torre é um símbolo de Portugal. Acho que tínhamos a obrigação de fazer melhor e hoje entristece-me sinceramente ver aquilo como está. -----

O ICNF está, com os três municípios, a definir o Plano de Pormenor, mas já anda há uma série de tempo: ou seja, temos que ser um pouco mais rápidos e a questão também não está no Plano de Pormenor, na delimitação da capacidade construtiva e da definição é também do modelo de gestão integral e da forma. -----

Também não estou satisfeito com o facto de haver congestionamentos na Torre. A zona que devia ser a zona mais sustentável dentro de um parque natural, tem um problema de poluição. Quando passei a ideia da Torre, foi só como a imagem da falência do modelo atual e não atacar ninguém em conformidade. -----

Se o modelo devia de assentar nos municípios ou na CIMBSE – O Parque Natural é um ativo da CIMBSE, mas em termos de responsabilidade temos que respeitar a parte das jurisdições naturais dos municípios e aqui temos Covilhã, Manteigas, Guarda, Celorico, Seia e Gouveia. São basicamente os seis que têm as áreas de intervenção e que são aqueles que têm, de facto, uma necessidade de responsabilização, sendo que a CIMBSE obviamente será sempre, no modelo que estava proposto, também um parceiro conjuntamente com os seis municípios na gestão desta nova entidade. -----

Relativamente à questão da floresta, a gestão da floresta de produção e da floresta de conservação é, de facto, o desafio essencial em termos de reestruturação. O que nós temos hoje é uma

inexistência de política, tirando os baldios que fazem a sua gestão. O problema aqui é uma questão de apropriação no sentido jurídico da questão. Tem que haver uma apropriação ou um sentimento de pertença relativamente a uma determinada terra, uma responsabilização, um responsável pela gestão da mesma. -----

O ICNF tem que ter a floresta de conservação e a floresta de conservação tem que ser remunerada pelos serviços de ecossistema que presta. É esta a base da sua sustentabilidade, quer ambiental, quer económica. -----

A floresta de produção tem uma lógica de produção. É diferente da floresta de conservação. Aliás, uma floresta de produção nem sequer é floresta - é uma atividade económica geradora de rendimento. E, para isso, temos as AIGP's. Temos todo o Regime das Áreas Integradas de Gestão da Paisagem que estão a ser organizadas e que a Ministra Ana Abrunhosa pediu para, efetivamente, se fazer um esforço na Serra da Estrela para cobrir toda a Serra da Estrela com áreas integradas de gestão da paisagem precisamente para se aceder aos fundos do PRR para essas zonas, agregando também os baldios que numa primeira fase estavam fora e agora já estão dentro do modelo de gestão. Mas isso era um desafio que compete às entidades, às forças vivas da floresta das áreas do Parque. Existem instrumentos e, pela primeira vez, existe dinheiro. Aliás, há dinheiro para a floresta que está em risco de ser perdido por não execução. Obviamente que existe sempre o problema burocrático e aqui, nas AIGP's, que era para ser uma coisa simples, já está em física quântica, mas temos que fazer esse esforço de descomplicação do próprio modelo. -----

Relativamente aos eixos que demonstrei, é um facto que há um problema que é: como é que passamos da Zona Este para a Zona Oeste. Mas eu acho que, para que essa questão seja resolvida e tem que ser resolvida nem que seja por uma questão de humanidade relativamente a quem vive precisamente no eixo Sul da Serra, temos que criar um *business case*. Temos que trabalhar aquilo que existe e que é fácil. O que é que é fácil? É termos um eixo de pessoas entre o Fundão, Covilhã, Belmonte, Manteigas e a Guarda. Já temos a linha de ferroviária. -----

Temos que otimizar, temos que criar um sistema de bilhética centralizado, temos que criar efetivamente fluidez dentro dessas estruturas e também sabemos que temos toda uma orla, uma periurbana, perinatural do Parque que tem uma tradição industrial e que tem que ser otimizada, daí a questão da criação também do eixo das mercadorias com base no hidrogénio, com base em sistemas de descarbonização, etc. que dê fundamento para que as estradas que estamos a falar não sejam estradas no sentido clássico do termo, mas sejam vias verdes de descarbonização. A ideia é criar todo um ecossistema económico de criação de valor, de circulação das pessoas que me permita depois dizer que a infraestrutura rodoviária não é a infraestrutura rodoviária que conhecemos do século XX para carros passarem, mas que é o suporte essencial para esta descarbonização de toda a zona. -----

E usar os ativos ambientais da Serra, a água, a retenção do CO2 e a questão da biodiversidade como sendo o elemento necessário para a equação nacional em que o país, por estes ativos que a Serra da Estrela tem e que são também ativos que devem ser valorizados numa ótima perspetiva ambiental, suportem este investimento, ou seja, não é ir lá de mão estendida e "dêem-nos lá porque precisamos". É dizer "a Serra da Estrela presta isto, tem esta quantificação, tem estas reservas de água, tem esta capacidade de retenção de CO2, tem estas limitações de biodiversidade

da própria Serra, tem de ser compensada” e nós vamos compensá-la também em infraestruturas de suporte à descarbonização, onde estas infraestruturas verdes, estas estradas verdes que já não são estradas normais. São infraestruturas de suporte a esta estratégia de descarbonização e de criação de valor dentro da parte que não é pedida por esmola pela Serra da Estrela, mas antes é devida pela estratégia e por aquilo que eles oferecem. -----

Este é *business case* que tentamos pôr no plano. É a criação de valor, a demonstração do valor daquilo que a Serra da Estrela presta ao país e aquilo que é devido pelo país à Serra da Estrela, ainda mais após a catástrofe. O Plano é muito mais do que uma mera recomposição ambiental ou florestal daquilo que ardeu. É uma tentativa de pôr no Plano a Serra da Estrela na sua posição natural no nosso país.” -----

- **Eng.ª Estrela Maria Capelo do Rosário:** Relativamente à relevância da construção da Barragem da Ribeira de Cortes, referiu achar ser “muito relevante. O atual sistema da Covilhã está pendurado ou centrado na albufeira da Barragem da Cova do Viriato. A capacidade total é de 1500 metros cúbicos. O consumo da Covilhã mensal, nos meses de Inverno, é da ordem dos 250.000 metros cúbicos por mês, mas chega ao Verão e o consumo é de 300.000 metros cúbicos. Se houver 5 meses de seca e para o futuro dizem que vai decrescer naquele mês seco, que vai de abril a setembro, menos 20%, ou seja, deixa de chover, em cinco meses de seca esgota a água que tem na Cova de Viriato. -----

Portanto, realmente é muito relevante construir uma barragem adicional até porque a própria barragem tem problemas que podem evitar a sua exploração normal. -----

Em termos de recursos hídricos, o que é que se tem perdido? A Covilhã tem vivido da Albufeira da Cova de Viriato e o sistema da Covilhã é muito bem gerido. As perdas estão abaixo daquilo que é recomendado, que é de 20%. Portanto, é um sistema muito bem gerido e foi possivelmente difícil controlar porque há muitas povoações e a própria cidade. -----

Os recursos da bacia total são de 12 milhões com Cova de Viriato. Se tirarmos a bacia denominada por Cova de Viriato, ficamos com 10 milhões de metros cúbicos. Portanto, é suficiente para aquilo que está previsto construir. -----

A Barragem da Ribeira de Costa é realmente para consumo humano. Pensa-se que poderá ser necessário reforçar as nascentes de outras povoações e isso já está a ser considerado. É para consumo humano e não está prevista outra utilização. -----

Em termos ambientais, há um requisito que é: que a área ocupada pela albufeira não seja muito reduzida no verão, ou seja, a área mínima será metade da área total prevista para a albufeira quando ela está cheia. -----

Relativamente ao Plano, entregámos a parte da avaliação dos recursos hídricos. Já estamos na parte dos eixos de desenvolvimento estratégico e estamos a consultar todas as câmaras, não só o Município da Covilhã, como também todos os outros. Ainda não consultámos todos porque tem havido impedimentos para isso, mas temos já o programa de consultas e, portanto, vamos consultar todos os municípios sobre as iniciativas, algumas já identificadas nesta fase do trabalho,

e sobre iniciativas que, todos os anos, as entidades e todas as pessoas interessadas pretendem que sejam analisadas. -----

Relativamente aos pontos de água para a cobertura ao incêndio, acabei de ter um contacto com o Dr. Francisco Peraboa e vamos propor também neste Plano os pontos de água. Vamos ver como é que vamos alimentar esses pontos de água de acordo com o que a Proteção Civil aconselha.” -----

- **Dr. Francisco Manuel Peraboa Mendes:** Alertou para o facto de ter sido convidado para falar sobre Proteção Civil Preventiva. “Não conheço as propostas que estão no Plano e falei de uma forma genérica sobre aquilo que é uma visão para a Proteção Civil, uma visão de futuro. Se lá estão algumas propostas destas ou não, não sei porque eu não conheço essas propostas. Não faço parte da construção do Plano, mas certamente que algumas das coisas que falei aqui poderão estar no mesmo. -----

Trouxe uma visão daquilo que é a uma proteção civil que garanta uma resposta a acidentes graves e catástrofes de futuro e é disso que posso falar e que posso fundamentar a minha resposta. -----

Relativamente à questão dos pontos de água para aeronaves de asa rotativa, obviamente que é uma rede fundamental. Não podemos estar a meter meios e recursos em determinado teatro de operações se depois não temos capacidade de o operacionalizar. É importante existir uma rede bem estruturada. -----

Mas não esquecer que essa rede tem que ter características muito próprias que têm a ver com o combate em altitude, com a capacidade dos meios aéreos de realizarem esse combate, com as distâncias, com as fontes de abastecimento desses pontos de água, com o tipo de ponto de água, com o impacto que esse ponto de água tem na paisagem. Ao fim ao cabo, é preciso compatibilizar todas estas questões para que, obviamente, se consiga ter um território mais resiliente, mais capaz e, obviamente, com outra capacidade de intervenção no momento do acidente grave ou da catástrofe, ou preferivelmente antes de ele acontecer.” -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Começar por saudar o modelo do debate. É uma novidade na nossa Assembleia que deriva da alteração regimental a que procedemos recentemente e que me parece que é muito interessante e útil para aquilo que é a função e o papel da Assembleia Municipal em cada concelho. -----

Aproveitar a oportunidade para, enquanto líder da bancada do Partido Socialista, enfatizar a oportunidade do tema escolhido. O tema escolhido é um tema que é caro a todos que esta Assembleia já debateu, já constituiu uma Comissão de Acompanhamento para a implementação do Plano que, pelas notícias recentes, está na ordem do dia daquilo que é a atualidade política de decisão do Governo. -----

Como já aqui foi explicado, o Plano de Revitalização é ainda um documento inacabado na medida em que o Governo, através da sua aprovação no Conselho de Ministros, ainda não o concluiu e

aquilo que aqui fizemos até hoje e o que ouvimos dos nossos convidados foi um conjunto de contributos, ideias e perspetivas sobre aquilo que foi também o trabalho realizado pelos municípios e pela Comunidade Intermunicipal, em conjunto com o território, com os agentes do território, com as freguesias, com as associações ambientais, com as associações empresariais, com as empresas, ... O Senhor Professor Carlos Lobo teve a oportunidade de nos dizer, até com números, qual foi o índice e o nível de participação na discussão deste Plano. -----

E aproveito também, antes de mais, para saudar e agradecer a disponibilidade dos nossos convidados: o Senhor Professor Carlos Lobo, o Senhor Comandante Francisco Peraboa e a Senhora Engenheira Estrela do Rosário. Agradecer-lhes muito a disponibilidade para virem a esta Assembleia partilhar connosco os seus conhecimentos, as suas informações, as suas perspetivas em cada um dos temas e disponibilizarem uma parte do seu tempo, nomeadamente nesta tarde de quinta-feira, para virem à Covilhã. -----

O plano é, porventura, o resultado daquilo que foi a resposta de um Governo a uma catástrofe natural e de uma emergência que aconteceu no nosso território (incêndio de 2022) e que, infelizmente, ciclicamente acontece no nosso território. O Plano de Revitalização da Serra da Estrela só está aqui hoje a acontecer, e estamos aqui hoje a debater esse assunto, porque, ainda no mês de agosto de 2022, o Governo da República produziu legislação que permitisse, por um lado, declarar emergência e calamidade nos territórios e, por outro, criar instrumentos legislativos que permitissem perspetivar não só a recuperação imediata da área ardida, mas sobretudo a alteração do paradigma de desenvolvimento da área territorial da Serra da Estrela no longo prazo, procurando evitar que esta catástrofe regularmente, como acontece há muitas décadas, ocorra no nosso território. E é, em primeiro lugar, aquela que me parece ser a grande vantagem desta discussão. -----

Já não é a primeira vez que discutimos nesta Assembleia. Cada um de nós, individualmente, nesta e fora desta Assembleia, já falou sobre o assunto. Já tivemos a oportunidade de dar contributos, de trocar opiniões e é mais uma vez importante, sobretudo pela oportunidade do momento político que vivemos, que esta Assembleia esteja aqui a debater este tema e que sobretudo, consigamos dizer para fora que este é um Plano fundamental, especialmente no momento que vivemos, em que o Governo está demissionário e em que a Assembleia vai ser dissolvida. -----

É fundamental que, independentemente de qual seja o Governo que esteja em funções, digamos nesta Assembleia que este é um Plano de Revitalização que sabíamos que ia acontecer e que vamos exigir ao Governo futuro, seja ele qual for, que continue a acontecer. Esse deve ser uma prioridade e um motivo que deve unir todas as bancadas. Depois, naturalmente, prever e exigir que este seja um Plano de Revitalização dotado orçamentalmente e capaz de fazer diferente daquilo que tem sido feito e daquilo que foi feito até agora. -----

Já ouvimos aqui as várias linhas e as várias ideias sobre aquilo que é o futuro. Parecem-me todas excelentes. O essencial é percebermos que estamos num território que tem porventura aquilo que é o petróleo do século XXI. No século XX, os países enriqueciam com o petróleo que se retirava do subsolo. No século XXI, o grande desafio são as alterações climáticas. Já aqui foi dito o que temos com este diamante, a Serra da Estrela. Temos todas as condições para capacitar, valorizar, beneficiar da água, da floresta, da paisagem, dos produtos endógenos, das povoações, das culturas

e temos todas as condições para o fazer, pondo-o ao serviço das pessoas. Isto só faz sentido se estiver ao serviço das nossas populações. Acho que é essa a mensagem essencial que aqui deve passar e que o Partido Socialista quer aqui deixar. -----

Achamos fundamental as questões da mobilidade, da acessibilidade verde à Serra, das várias acessibilidades locais das freguesias do Concelho à Serra, mas também inter-regionais, nomeadamente a perspetiva de uma estrada de um Green Road do IC6, isto é, uma nova perspetiva de construção de uma infraestrutura rodoviária que é determinante para nos ligar a Coimbra e que já está feita até uma parte substancial, mas que esta parte que atravessa o Parque Natural da Serra da Estrela seja construída com uma perspetiva muito diferente daquilo que é o tradicional e que isso contribua naturalmente para que a Serra da Estrela e o nosso território se afirme como uma referência naquilo que são as alterações climáticas, naquilo que é o desenvolvimento sustentável das comunidades e, sobretudo, naquilo que é a preservação das nossas culturas, das nossas tradições e das nossas aldeias.” -----

- **Lino Fernandes Torgal (PPD-PSD):** Referiu ter ficado preocupado com o facto de não se saber se as preocupações do Senhor Comandante Francisco Peraboa “estão no Plano ou não. Não teria sido mais útil ouvi-lo antes de o Plano ter sido entregue à Senhora Ministra, como ela anunciou na segunda-feira ou agora, no final, quando o plano já está entregue?” -----

Proseguiu dizendo que, “em 6 de agosto de 2022, começa no Concelho da Covilhã um incêndio que viria a devastar mais de 27.000 hectares do Parque Natural da Serra da Estrela. -----

Passaram mais de 15 meses sobre esta tragédia, afetando severamente a sua fauna, a flora, as populações que dela e nela vivem e para todos aqueles que trabalham na extensa economia que depende da Serra da Estrela como um todo. -----

Em 26 de setembro de 2022, aqui o relembámos com factos sobre o que ocorreu, quando e como ocorreu. -----

Na Assembleia de 22 dezembro de 2022, aqui demonstrámos a total disponibilidade para participar ativamente naquilo que viria a ser o Plano de Revitalização. Assim o fizemos em todas as Assembleias Municipais desde então, solicitando informação, relatórios dos programas entretanto aprovados e respetivas execuções. -----

Em 12 de julho de 2023, mais de 11 meses após o incêndio, reúne pela primeira vez a Comissão de Acompanhamento dos Trabalhos do Município da aplicação do Plano de Revitalização da Serra da Estrela, à qual pertença. Tivemos, a partir dessa data, acesso a vários relatórios da Câmara Municipal, do ICNF, da Associação Guardiões da Serra da Estrela e das várias Juntas de freguesia afetadas pelo incêndio. Sobre isso, apresentámos a nossa análise com base nos dados que temos e que nos foram apresentados um ano após o incêndio. -----

O relatório do ICNF, recebido a 27 de junho, faz uma análise técnica da área ardida e dos riscos de erosão e impacto na rede hidrográfica, no uso do solo, na rede viária, nos habitats protegidos e classifica este impacto como muito significativo e em locais de sensibilidade ecológica elevada, tendo ainda tido uma estimativa da perda, só no valor florestal, de cerca de 9,2 milhões de euros. Vem propor um conjunto de medidas de curto prazo de recuperação das infraestruturas, de

controlo da erosão, de prevenção da contaminação e da diminuição da perda de biodiversidade. Finaliza com a enumeração dos contratos-programa celebrados em 14 de outubro de 2022, no valor global de 4.684.000 euros, sendo o contrato com a Câmara Municipal da Covilhã o de valor mais elevado 1.137.000 euros. -----

O relatório dos Guardiões da Serra da Estrela, recebido em 26 de julho deste ano, relata as ações concretizadas no Concelho da Covilhã, centradas no envolvimento das populações com a realização de assembleias comunitárias e implementação dos planos de recuperação centrados nas comunidades locais. Este relatório apresenta dezenas de testemunhos de cidadãos das freguesias afetadas, sendo na sua larga maioria unânime na apresentação de críticas ao poder local e central, na falta de informação e inexistência de meios para a articulação com as populações residentes nestes locais, com as Juntas de Freguesia a terem um papel secundário na execução dos planos estabelecidos, tornando-se muitas vezes incapazes de atuar. -----

O relatório da Câmara Municipal da Covilhã, sem data, também recebido em julho de 2023, apresenta dez páginas de informação insuficiente. As taxas de execução são referidas em poucas das medidas contratualizadas, baseando se na enumeração de valores aprovados para cada uma das medidas. Apresenta um rol de medidas futuras a implementar, sem qualquer prazo previsto para a sua execução. -----

Em conclusão, temos hoje um leque de relatórios sobre o que ocorreu, como ocorreu, o alcance do que foi devastado pelo fogo, o que deve ou devia ser feito e como deveria ser feito. -----

Temos ainda a certeza de que esta informação não está a chegar às populações locais, tendo sido estes os principais afetados. -----

Mais de 15 meses depois e hoje várias vezes aqui foi falado, sabemos, através de uma notícia de jornal, que a Câmara Municipal da Covilhã entregou o seu plano à Ministra da tutela. Não teríamos direito a conhecer esse plano? É desnecessário que a Assembleia Municipal o conheça? Havendo uma Comissão de Acompanhamento, não seria pelo menos pertinente que essa Comissão tivesse conhecimento desse plano? Soubemo-lo pelo jornal! -----

Resta-nos a esperança que todos estes planos venham a ser concretizados, pois a própria Ministra diz que não sabe se todo o Programa de Revitalização da Serra da Estrela será aprovado, estando o Governo como sabemos e a situação política do momento. -----

Se a Câmara tem mais informação, tal como o plano, por favor que o faça chegar a esta Assembleia e principalmente à população da Covilhã, que acho que o merece.” -----

- **Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP):** “Agradecendo as respostas dos nossos convidados, gostaria em primeiro lugar de referir-me relativamente à questão da Comissão e do porquê de eu fazer parte da Comissão e não me referir a ela em nenhum momento. -----

Achámos, dentro da Comissão, que não faria sentido estar neste momento a fazer qualquer conclusão sobre o relatório ou um relatório preliminar dessas mesmas investigações ou dessa mesma avaliação que temos estado a fazer e que ficaria para conclusões futuras e em apresentação a esta Assembleia num ponto próprio destinado àquele que foi o da sua criação.

Portanto, a partir do momento em que a Assembleia vota a sua criação, tem que também ouvir da própria Comissão aquilo que são os dados recolhidos e, portanto, não irei referir-me a nenhum ponto da Comissão. -----

De qualquer forma, uma nota só que me parece relevante que tem a ver com a questão daquilo que é público e que se trata da documentação que a Comunidade Intermunicipal publicou para a próxima reunião da Assembleia da Comunidade Intermunicipal que está muito em linha com aquilo que foi a informação prestada hoje aqui pelo Dr. Carlos Lobo e que vem também, em alguma medida, reforçar aquilo que eu disse inicialmente que é: o senhor Presidente, há bocadinho, voltou-se para mim no sentido de dizer que não teria dito que não tinha acesso à informação ou ao debate. Não foi isso que eu me queixei. Queixei-me foi que o resultado dessa informação e desse debate não nos foi chegado. Portanto, é esse o ponto que eu acho que faltou aqui. -----

Dar-vos nota de que, ao contrário do que as primeiras notícias vinculavam que davam nota de cerca de 38 milhões de euros para fazer face, numas primeiras necessidades, àquilo que tinha sido o Plano de Revitalização, neste momento a Comunidade Intermunicipal está a propor no seu orçamento qualquer coisa como 600 milhões de euros para todo o Plano e para grande parte das medidas que estão aqui a ser apresentadas. Portanto, julgo que convinha também a própria Assembleia Municipal da Covilhã tomar nota deste enunciado de medidas antes mesmo da sua aprovação, na próxima semana, pelos diversos membros que compõem a Comunidade Intermunicipal, a Assembleia da Comunidade Intermunicipal e que aqui foram eleitos. -----

O por quê pegar neste ponto? É que, efetivamente, se olharmos à quantia que está orçamentada ou a estimativa que aqui está orçamentada, independentemente da sua cabimentação num próximo Governo ou naquilo que ainda seja a réstia do Governo do Partido Socialista em março ou abril do próximo ano, o que me importa referir é que estamos a falar talvez da maior quantia de investimento para a zona da Serra da Estrela. Portanto, acho muito honestamente que temos que ter um debate muito sério sobre este montante e sobre a sua importância naquilo que é a implementação no dia-a-dia das nossas pessoas e das nossas cidades. -----

Estamos a falar, de grosso modo, de: 83 milhões de euros para aquilo que é a rubrica Pessoas, Inovação Social, Demografia e Habitação; 41 milhões de euros para a Economia, Competitividade e Internacionalização; 531 milhões de euros para Ambiente, Proteção Civil, Florestas e Agricultura e Ordenamento e destes 463 milhões de euros dizem respeito à Gestão Estratégica dos Recursos Hídricos da Serra da Estrela. -----

Uma nota importante que já falámos aqui e é comum, aceite por todas as bancadas e por todos os partidos: A questão do IC6. Na verdade, em termos de investimento declarado, vêm apenas 4.756.000 euros para aquilo que é o acesso Manteigas e Valhelhas pela A23. Portanto, ignoramos por completo todos os outros acessos. Podíamos, por exemplo, falar no famoso e tão afamado acesso às freguesias de Ferro e Peraboa e a sua saída na A23 como o IC6, como aqui já tivemos a oportunidade de bater. -----

Para concluir, acho é que este tema da Revitalização merece efetivamente uma discussão mais cuidada da nossa parte e sobretudo olhar ao que estamos a falar. Eu não lhe chamaria um Plano Marshall porque esse o PRR já assumiu esse nome, mas 600 milhões de euros de investimento

para aquilo que vão ser os próximos anos da Revitalização do Plano da Serra da Estrela é efetivamente muito dinheiro e, portanto, merecia outro cuidado.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Aquilo que se verifica é que, de facto, não jogamos todos com as mesmas cartas, ou seja, ao longo desta sessão, vamos recolhendo alguma informação que aqui e ali vai passando, de quem tem de facto a informação. E quem tem a informação normalmente tem maiores possibilidades de intervir, de analisar, de refletir e de propor. -----

Em relação à questão ainda do Plano, já apontámos, como eu referi na intervenção inicial, em 2005, 2007 e depois em 2022. O diagnóstico que fazíamos era que existia a necessidade de um outro tipo de organização, de governação e de gestão do Parque Natural da Serra da Estrela. -----

No fundamental, os incêndios de 2022 vieram só confirmar que é necessária uma maior intervenção, uma maior articulação, o envolvimento de outros parceiros e de outras instituições, como esta proposta de um modelo cogestão com o envolvimento central das câmaras municipais. Poderá passar por aí, mas temos a convicção que essa nova estrutura deverá incluir os representantes das juntas de freguesia na área. Temos a convicção que deve incluir representantes dos conselhos diretivos dos Baldios porque a área é aquilo que é e associações de proteção do ambiente que penso também serem relevantes. -----

Na proposta que em 2022 se apresentou na Assembleia da República, propúnhamos a unidade orgânica composta por um conselho geral, uma direção de gestão, uma comissão científica, serviços técnicos em que, de facto, no conselho geral, permitia-se dar um maior número de pessoas e de agentes envolvidos no território em causa. Partíamos aqui sempre do pressuposto do reforço da capacidade de execução e da capacidade do próprio ICNF. De facto, e já foi aqui referido, não é a culpa de quem está, mas é de facto a inexistência ou a falta de investimento no próprio ICNF que provoca muitas vezes não existir uma resposta atempada aos problemas. -----

O próprio ICNF tem um quadro de pessoal que não está preenchido. Eh. A Direção do ICNF está em Coimbra, daí se propor uma unidade de gestão mais próxima do território para que esteja mais atenta, mais próxima e que tenha capacidade de intervenção. Portanto, fizemos esta proposta na Assembleia da República. Infelizmente, a maioria (PS, PSD, IL e PAN) não aprovou a resolução. Poderia ser um ponto de partida porque tinha uma calendarização de facto de intervenção, mas volto ao ponto inicial: só com o conhecimento do plano, da estratégia que se encontra definido, dos objetivos, dos planos de ordenamento previstos que é necessário atualizar porque, o que existe, é de 2008. -----

O que é que se pretende de facto executar? Só com os montantes envolvidos é que é possível refletir, propor, dar uma ajuda, dar o contributo para a melhoria deste Plano. -----

Concordo com o Senhor Deputado do PS quando diz que fazemos história. De facto, fazemos história porque conseguimos refletir e debater sem ter o objeto da discussão em mão. -----

Volto a fazer a pergunta inicial: quando é que nos entregam o Plano?” -----

--- Por último, foi dado o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal** que iniciou agradecendo as excelentes informações “na medida em que elas foram esclarecedoras, objetivas e claras por parte de quem está a trabalhar. Não o plano, porque há aqui uma confusão entre Plano e aquilo que é, na prática, o documento de trabalho que há de densificar o Plano. O Plano é da responsabilidade do Governo. Não é da Câmara Municipal da Covilhã, nem da Comunidade Intermunicipal. É do Governo da República, seja ele qual for. Que isto fique claro. Portanto, só há Plano depois da Resolução do Conselho de Ministros acerca desta matéria. Até lá temos contributos que foram recolhidos. -----

Eu tenho a plena convicção, e não tenho a certeza porque não acompanhei em pormenor, que os contributos das corporações de bombeiros, da Proteção Civil de cada município tenham sido tidas em conta relativamente àquilo que são questões essenciais ou fundamentais do ponto de vista da Proteção Civil. Nem me quer passar pela cabeça que isso não tenha existido. -----

Obviamente que se porventura tivessem ouvido diretamente o Senhor Comandante tanto melhor porque ele tem uma experiência vastíssima, acumulada e é um homem sábio nestes domínios e que podia também ajudar certamente nesse sentido. Contudo, quero acreditar que assim foi.” ---

Seguidamente, através de diapositivos (**Doc.05**), fez a seguinte intervenção: -----

Estamos a falar, como disse e bem o Senhor Deputado Nuno Reis, de uma quantia, diria, quase astronómica: 600 milhões de euros. É preciso termos a noção que esta verba é para ser, no fundo, investida no Parque Natural da Serra da Estrela, no âmbito destes seis municípios, para mitigar, ordenar, incentivar, ... para aquelas finalidades que, mais à frente vou pormenorizar mais, levarão muito mais de dez anos. Estes 600 milhões de euros não são para gastar assim à vista. É dinheiro que vai ser investido ao longo de muitos anos. -----

Eu lembro-me da primeira intervenção pós-incêndio por parte do Senhor Ministro do Ambiente que disse prever isto entre 10 a 15 anos porque aquilo que ardeu não se repõe da noite para o dia. É uma coisa que leva, de facto, muito tempo a ser feito. -----

• **RESOLUÇÃO DE CONSELHO DE MINISTROS Nº 73-B/2022, DE 29 DE AGOSTO – DECLARA SITUAÇÃO DE CALAMIDADE NOS CONCELHOS DO PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA (PNSE)**

• **RESOLUÇÃO DE CONSELHO DE MINISTROS Nº 83/2022, DE 27 DE SETEMBRO – APROVA MEDIDAS EM CONSEQUÊNCIA DOS DANOS CAUSADOS PELOS INCÊNDIOS FLORESTAIS NO PNSE**

1. INVENTARIAÇÃO DOS DANOS E PREJUÍZOS CAUSADOS PELOS INCÊNDIOS RURAIS DE 2022:

PROTEÇÃO CIVIL
ATIVIDADES ECONÓMICAS
FLORESTAS E AGRICULTURA
RECURSOS HÍDRICOS
HABITAÇÃO

...

2. APLICAÇÃO DE MEDIDAS DE AÇÃO E APOIOS EXTRAORDINÁRIOS

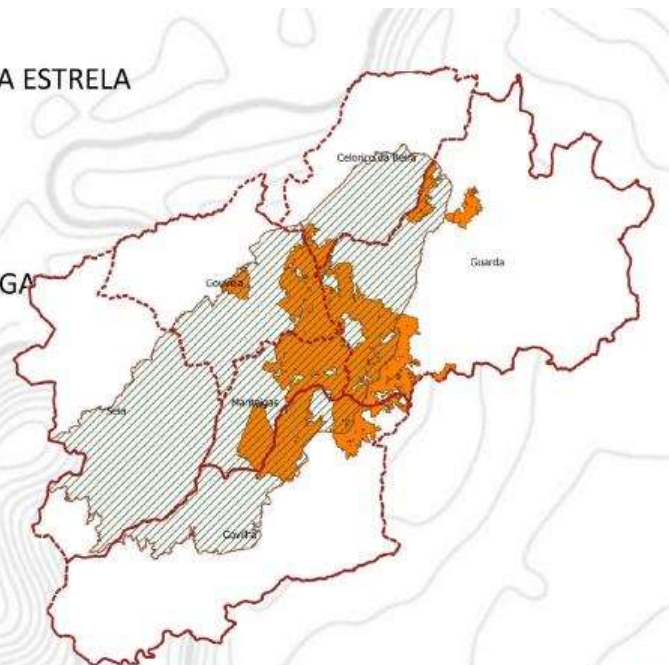
RESPOSTA IMEDIATA – AÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO URGENTES, APOIOS SOCIAIS E ECONÓMICOS

RESPOSTA TARDIA – PROMOVER A RESILIÊNCIA E COMPETITIVIDADE DOS TERRITÓRIOS AFETADOS



ÁREA DO PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA
89 100 HA

ÁREA ARDIDA 2022
22 000 HA (COVILHÃ, GOUVEIA, MANTEIGA)



NOVEMBRO 2023

PRPNSE

**PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO
PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ

DEBATE TEMÁTICO

INICIATIVAS PÓS INCÊNDIO



AÇÕES EXECUTADAS

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO OU INICIATIVA		INVESTIMENTO TOTAL (C/IVA)
IMEDIATAMENTE A SEGUIR AO INCÊNDIO: - APOIO PARA SATISFAÇÃO DE NECESSIDADES BÁSICAS DE SOBREVIVÊNCIA DE PESSOAS E ANIMAIS, NOMEADAMENTE ALIMENTAÇÃO, MEDICAMENTOS, ÁGUA, ENTRE OUTROS, - SISTEMAS DE REGA AGRÍCOLA E BEBEDOUROS PARA ANIMAIS, - CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AJUDA, - PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS APOIOS DISPONÍVEIS, AUXÍLIO NO PREENCHIMENTO DE FORMULÁRIOS E LEVANTAMENTO DE DANOS, - ENTRE OUTROS. (1)		22.510,00 €
RECUPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS AFETADAS	CORTE DE VEGETAÇÃO QUEIMADA (2)	106.006,84 €
	RECUPERAÇÃO DE TRILHOS E PERCURSOS PEDESTRES (3)	27.659,21 €
CONTROLO DA EROSIÃO, TRATAMENTO E PROTEÇÃO DAS ENCOSTAS	ENTRANÇADOS DE RESÍDUOS FLORESTAIS, CORTE DE ÁRVORES, ESTILHAGEM DE RESÍDUOS (4)	230.319,72 €
	SEMENTEIRA DE CENTEIO (5)	6.070,20 €
PREVENÇÃO DE CONTAMINAÇÃO E ASSOREAMENTO E RECUPERAÇÃO DE LINHAS DE ÁGUA	CORTE E REMOÇÃO DE MATERIAL VEGETAL ARDIDO (6)	60.879,19 €
TOTAL		453.445,16 €



Estamos a falar de uma reserva biogenética do Conselho da Europa, uma zona especial de conservação no âmbito da Rede Natura 2000, num sítio Ramsar (local de importância ecológica, zonas húmidas de importância internacional). Temos um património geológico que é património da UNESCO e temos que defender a nossa Serra. -----

E como é que a defendemos? -----

Já foram aqui adiantadas muitas ideias a esse propósito, mas na verdade há trabalho que já foi feito e convém também referenciá-lo: -----

Iniciativas pós-incêndio e temos aqui, desde logo, apoio para a satisfação de necessidades básicas de sobrevivência de pessoas e animais, alimentação, medicamentos, água, entre outros, sistemas de rega agrícola, bebedouros para animais, constituição de comissões de acompanhamento, promoção e divulgação dos apoios disponíveis. -----

Depois, na recuperação de infraestruturas afetadas, corte de vegetação queimada, recuperação de trilhos e percursos pedestres, controlo da erosão e tratamento e proteção das encostas, prevenção de contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água. Só neste capítulo estamos aqui a falar em quase meio milhão de euros, como podem constatar. -----

AÇÕES EM EXECUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO OU INICIATIVA		INVESTIMENTO TOTAL (C/IVA)
REPOSIÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DANIFICADAS ^{(*) (7)}		115.209,63 €
RECUPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS AFETADAS	RECUPERAÇÃO E TRATAMENTO DA REDE VIÁRIA: CAMINHOS DA REDE FLORESTAL ⁽⁸⁾	98.787,93 €
PREVENÇÃO DE CONTAMINAÇÃO E ASSOREAMENTO E RECUPERAÇÃO DE LINHAS DE ÁGUA	REABILITAÇÃO DE AÇUDES, PEQUENAS OBRAS DE CORREÇÃO TORRENCIAL ⁽⁹⁾	72.334,40 €
REDE PRIMÁRIA DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS	AUMENTO DAS INFRAESTRUTURAS PARA APOIO AO COMBATE AOS GRANDES INCÊNDIOS FLORESTAIS ⁽¹⁰⁾	3.800.000,00 € (**)
"ALDEIA SEGURA, PESSOAS SEGURAS"	IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS DE PREVENÇÃO E EVACUAÇÃO NAS ALDEIAS RURAIS	20.000,00 €
PLANO DE FOGO CONTROLADO	MELHORIA DAS CONDIÇÕES PARA O COMBATE AOS GRANDES INCÊNDIOS FLORESTAIS E APOIO À PASTORÍCIA ⁽¹⁰⁾	100.000,00€
TOTAL		4.206.331,96 €



Ações que estão em execução -----

A reposição das infraestruturas danificadas. Estamos a falar do tratamento da rede viária, caminhos, da rede florestal, reabilitação de açudes, pequenas obras de correção torrencial no que diz respeito à prevenção do assoreamento e contaminação, aumento de infraestruturas para o apoio ao combate aos grandes incêndios, implementação de planos de prevenção e evacuação nas aldeias rurais. Claro que estou sempre a referir-me àquelas aldeias que efetivamente foram objeto desta desgraça. Nestas ações em execução estamos a falar de 4.200.000 euros. Não estamos a falar de trocos propriamente ditos e é algo que está a ser feito com muito afinco. -----

A ações adjudicadas já vão em mais de meio milhão, a recuperação de infraestruturas também afetadas, diminuição de perda de biodiversidade. -----

Obras de reabilitação e requalificação de ecossistemas, etc. -----

AÇÕES ADJUDICADAS

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO OU INICIATIVA		INVESTIMENTO TOTAL (C/IVA)
RECUPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS AFETADAS	RECUPERAÇÃO E TRATAMENTO DA REDE VIÁRIA: APLICAÇÃO DE <i>TOUT VENANT</i> ⁽¹¹⁾	156.567,14 €
DIMINUIÇÃO DA PERDA DE BIODIVERSIDADE	CONTROLO DE ESPÉCIES INVASORAS ⁽¹²⁾	164.851,20 €
OBRAS DE REABILITAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DOS ECOSISTEMAS RIBEIRINHOS ^{(13) (**)}	GARANTIR O ESCOAMENTO DAS LINHAS DE ÁGUA; CORTE E REMOÇÃO DE MATERIAL VEGETAL ASSEGURAR O USO BALNEAR: LIMPEZA DA ZONA DE BANHOS E ÁREA ENVOLVENTE	217.000,00 €
TOTAL		531.418,34



AÇÕES ADJUDICADAS

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO OU INICIATIVA		INVESTIMENTO TOTAL (C/IVA)
OBRAS HIDRÁULICAS E ESTRUTURAS DE CORREÇÃO FLUVIAL (13)	GARANTIR O ESCOAMENTO DAS LINHAS DE ÁGUA: REMOÇÃO DE SEDIMENTOS E OUTRO MATERIAL DOS LEITOS	179.417,60 €
	GARANTIR O ESCOAMENTO DAS LINHAS DE ÁGUA: RECUPERAÇÃO DA SECÇÃO DE VAZÃO DAS PASSAGENS HIDRÁULICAS E PONTÕES	
	MINIMIZAR A EROÇÃO: CONSOLIDAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE TALUDES E MARGENS	
	MINIMIZAR A EROÇÃO: REABILITAÇÃO DE AÇUDES	
	MINIMIZAR A EROÇÃO: PEQUENAS OBRAS DE CORREÇÃO TORRENCIAL	
TOTAL		179.417,60 €



Ações adjudicadas -----

Garantir o escoamento das linhas de água, o tratamento da rede viária e aplicação de *tout venant*, o controlo de espécies invasoras, ... -----

Custam, neste caso concreto, 179.000 euros que acrescem às outras que já referi antes, no valor de 531.000. euros. -----

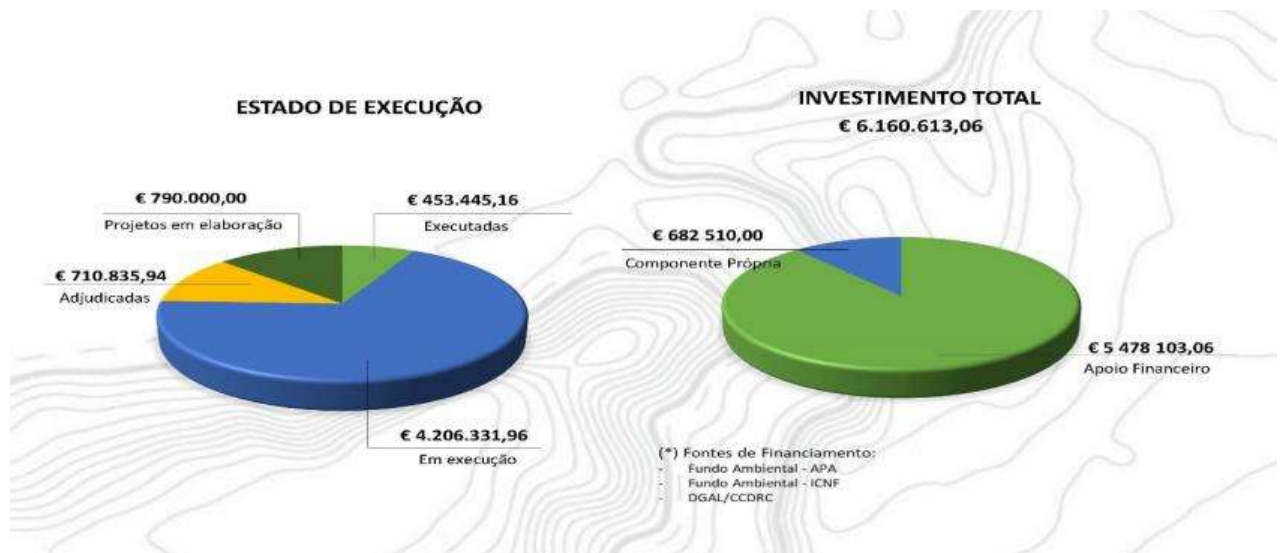
AÇÕES COM PROJETO EM ELABORAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO OU INICIATIVA		INVESTIMENTO TOTAL ESTIMADO (C/IVA)
REDE DE PONTOS DE ÁGUA	APOIO ÀS OPERAÇÕES DE COMBATE EM INCÊNDIOS DE MONTANHA	540.000,00 €
CONDOMÍNIOS DE ALDEIA	AUMENTO DA RESILIÊNCIA DAS ALDEIAS, INTERVENÇÃO NA INTERFACE URBANO-RURAL	250.000,00 €
TOTAL		790.000,00 €



Ações com projeto em elaboração -----


Temos a rede de pontos de água exatamente no âmbito daquilo que é uma questão essencial no domínio da Proteção Civil e no combate aos incêndios florestais, apoio às operações de combate a incêndios e, portanto, só aí estamos com mais de meio milhão e condomínios de aldeia. É muito importante a existência destes condomínios. -----



Estamos a falar de 790.000 euros, mas, para melhor perceberem, basta olharem para este quadro e têm já executados 453 mil euros, 4,2 milhões em execução, 710 mil já adjudicados e 790 mil em projetos em elaboração. -----

Estamos a falar de um investimento total de 6.160.613 euros. Temos prevista esta verba de 6 milhões; já esgotámos os 450 e os 710; temos em elaboração os projetos de 790 e temos em execução, 4,2 milhões. E convém sublinhar que, dos referidos 6 milhões de euros de investimento total, 5,5 são apoio financeiro a candidatar e que a nossa taxa de participação é de 682.510 euros. Ou seja, fica aqui bem patente que isto é uma resposta direta, objetiva e incontroversa de que a nossa dinâmica e a capacidade de irmos à procura de fundos a bater a todas as portas é extremamente eficiente na captação de fundos comunitários e isto está aqui a demonstrá-lo à exaustão. -----

Olhando para o futuro, temos. -----

- 
- IC6 *GREEN ROAD*
 - APROVEITAMENTO HIDRÁULICO DAS CORTES
 - INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DE LAMAÇAIS
 - ACESSOS RODOVIÁRIOS (CORTES DO MEIO, UNHAIS DA SERRA, VERDELHOS)
 - ROTAS E PERCURSOS PEDESTRES E CICLÁVEIS
 - PROTEÇÃO CIVIL (CENTRO MUNICIPAL, UNIDADE DE FORMAÇÃO, UNIDADES LOCAIS)
 - MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE À SERRA DA ESTRELA
 - PLANO DE PORMENOR INTERMUNICIPAL DA TORRE



Iniciativas e propostas – Vêm na linha daquilo que já foi aqui adiantado, quer pelos nossos assessores, quer por vários senhores deputados municipais, quer em termos daquilo que acham que deve ser feito, quer naquilo que reivindicam. -----

Dizer que temos o IC6 *Green Road*. Tem como principal objetivo concluir a ligação rodoviária entre as cidades de Coimbra e da Covilhã, adotando princípios de sustentabilidade e circularidade em todas as fases, desde a conceção à operação e procura ser um exemplo de práticas avançadas e inovação tecnológica na construção de estradas a utilizar materiais locais, agregados reciclados, energias renováveis e sistemas de carregamento de veículos elétricos. O projeto visa reduzir as emissões de carbono. Na prática estamos aqui a receber a contrapartida do crédito que temos. É a chamada prestação ecológica. Não nos fazem nenhum favor porque temos esse crédito e, portanto, vêm exatamente neste sentido. É, portanto, promover a eficiência energética, contribuindo para a melhoria da acessibilidade entre o litoral e o interior de Portugal. Além disso, pretendemos também servir como laboratório para a investigação em sistemas de armazenamento de energia. -----

Aproveitamento hidráulico das Cortes que já aqui foi hoje falado – Trata-se da construção da nova barragem para reforço do abastecimento de água e da eficiência energética nas regiões de Covilhã, Fundão, Belmonte e Manteigas. Tem, como principais objetivos, aumentar as reservas de água, nos termos já bem explanados pela Senhora Engenheira há pouco, o abastecimento de água para consumo humano e reforçar a capacidade de períodos de seca, potenciar atividades turísticas e económicas, no nosso caso, no município da Covilhã, mas obviamente todos os outros municípios desfrutam desse mesmo contexto. -----

A infraestrutura aeroportuária de Lamaçais é uma infraestrutura multimodal aeroportuária que tem como objetivo a criação de, no fundo, atender à investigação científica, é campo de

experimentação do curso de Aeronáutica da nossa Universidade, para escoamento dos produtos agrícolas, designadamente das frutas (cereja e pêsego) que podem ser rapidamente escoados para o Norte da Europa e existe ali, em Lamaçais, uma rede de frio. -----

Estamos perto da Estação de Caria, ou seja, da ferrovia, e é paralela praticamente à transnacional A23. Dizer que esta infraestrutura também serve a defesa da floresta porque estamos rodeados de áreas protegidas e quanto mais meios tivermos para as combater de imediato tanto melhor. --

Acesso Rodoviários (Cortes do Meio, Unhais da Serra e Verdelhos) – Trata-se de requalificar três vias que se constituirão como alternativas de acesso ao Maciço Central da Serra da Estrela, potenciando o turismo e melhorando as condições para a atuação dos Agentes de Proteção Civil. Serve, portanto, vários propósitos. O objetivo é utilizar também, à semelhança do que acontece com o IC6, métodos construtivos sustentáveis, designadamente através de materiais reciclados e/ou provenientes das Minas da Panasqueira, diminuindo também o passivo ambiental ou, em simultâneo, no Couto Mineiro. Com vista ao quê? Exatamente a esse mesmo desiderato. -----

Pretende-se que estas obras sejam projetos-piloto que possam ser replicadas noutras zonas do país para o efeito e com a colaboração, obviamente, da Universidade da Beira Interior. Contamos com os politécnicos que são também muito importantes neste domínio do trabalho de investigação relacionados com a aplicação destes materiais em vias de comunicação, mas sendo que a Universidade da Beira Interior já está bastante avançada neste domínio de aproveitamento destes materiais. -----

Requalificação do caminho de ligação entre a Estrada Regional 339 e a Estrada Municipal 508 em Cortes do Meio – Com a interligação ao IC6, através de um novo nó de ligação junto ao cruzamento das Cortes do Meio já proposta às Infraestruturas de Portugal. -----

Requalificação da Estrada Municipal 509 que liga Unhais da Serra à Nave de Santo António - Já consta do nosso Orçamento para o ano de 2024 que discutiremos dentro de muito poucos dias. --

Requalificação do caminho de ligação entre a Avenida de São Romão, em Verdelhos, e o Alto da Mata das Teixeira - Potencia a ligação à zona do Poço do Inferno e a Manteigas, zona das Sarnadas, que é no limite dos concelhos da Covilhã e de Manteigas. -----

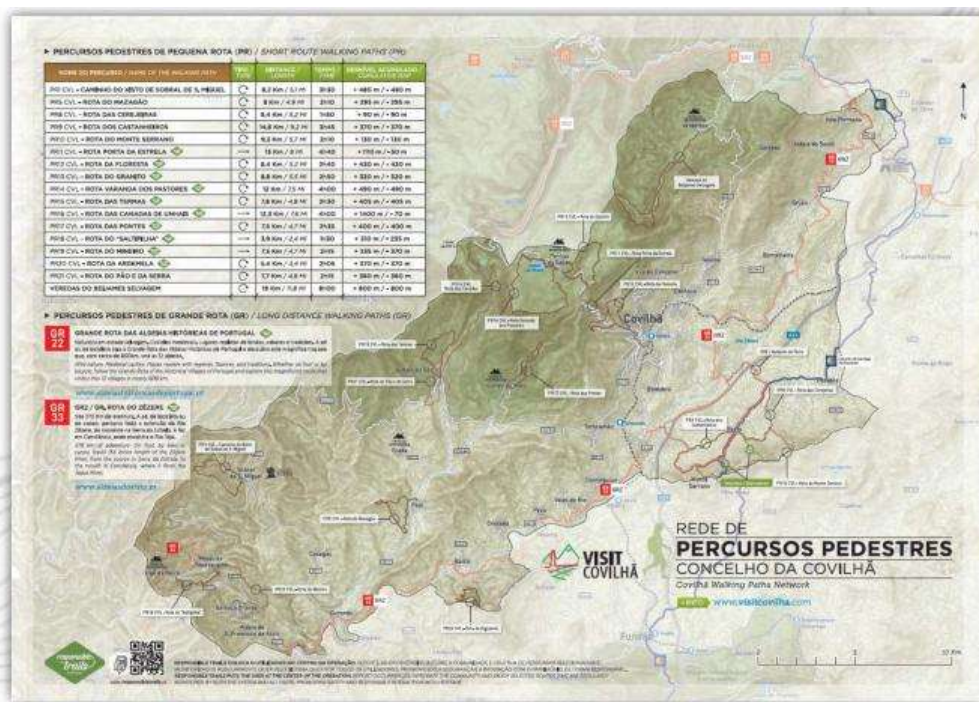
O Professor Carlos Lobo deu-nos bem o mote que o ponto mais alto não pode ser o ponto mais feio. Tem que ser o ponto mais bonito. E, portanto, a proposta de elaboração do Plano de Pormenor Intermunicipal. Relembro que as Câmaras de Manteigas, Covilhã e Seia celebraram, com o Ministério da Defesa, a cedência de uma das torres para a requalificarmos, mas não vamos ficar por aí. Queremos também requalificar todo o resto, demolir aquilo que for preciso e reconstruir de acordo com as regras que são as adequadas para aquele contexto, de maneira a que quem visite aquele espaço o faça de forma prazenteira, de forma agradável e que ali veja um *ex-libris* e não uma coisa que neste momento nos assusta muito. -----

Portanto, surge esta urgência de requalificar a área envolvente do ponto mais alto de Portugal Continental. Será promovido entre os Municípios de Seia, Manteigas e Covilhã, obviamente com a preciosíssima colaboração do ICNF. -----

Relativamente ao ICNF, aproveito para dizer que muitas vezes quem faz a casa é quem a dirige. É verdade que há a carência de recursos humanos ou de alguns recursos humanos no ICNF. Mas o

que mais me preocupa no ICNF, sem desvalorizar esse aspeto, é a abertura de espírito, a boa vontade no sentido de acolherem soluções que, não ferindo o meio ambiente, servem as pessoas. Temos, neste momento, bons interlocutores do ICNF. Espero que eles se mantenham. Se vierem outros com o mesmo espírito, tanto melhor. Isso é que faz, de facto, a diferença. -----

Relativamente ao Plano de Pormenor Intermunicipal da Torre, terá como principal objetivo a reabilitação ambiental e paisagística da área. A requalificação das áreas edificadas através da adoção de medidas destinadas à valorização do espaço público e do parque edificado, nomeadamente através da substituição ou demolição das construções existentes e da construção de equipamentos, bem como programar as intervenções com a identificação das ações a desenvolver, calendário de execução e custos. Já se encontram em curso os trabalhos preparatórios para o início do procedimento. -----



PERCURSOS PEDESTRES DE PEQUENA ROTA

TOTAL DE KM : 220,05 KM

Outra importante medida: rotas e percursos pedestres e cicláveis. -----

Já estamos, neste momento, com 220 quilómetros. Esta iniciativa pretende criar novas rotas e percursos pedestres e cicláveis e qualificar as existentes, passando a integrar uma rede para todo o território da Serra da Estrela com a mesma marca. -----



**MIRADOURO DA VARANDA DOS
CARQUEIJAS**



MIRADOURO DO ALTO DOS LIVROS



MIRADOURO DO COVÃO



MIRADOURO DOS PIORNOS



Os miradouros vêm contribuir muito para a valorização da Serra da Estrela. Quanto mais pessoas ali forem, mais sensíveis ficam às questões ambientais e mais as defendem, designadamente, os mais jovens. -----

Na área da Proteção Civil, foi proposta pelo Município da Covilhã a criação de um Centro Municipal de Proteção Civil, de Unidade de Formação e unidades locais, estas últimas geridas pelas Juntas de Freguesia. Como? Indo ao encontro exatamente das ideias que propugna o Senhor Deputado Vítor Silva, com o objetivo de garantir melhores condições de desempenho com um serviço de proximidade mais eficaz e eficiente. -----

Aproveito para relembrar que celebrámos, com várias equipas de sapadores, protocolos no sentido de os apoiar e fizemo-lo exatamente a pensar no domínio da Proteção Civil porque eles fazem um trabalho de acompanhamento e de combate aos incêndios. -----

Mobilidade e acessibilidade à Serra – Trata-se de repensar a mobilidade e a acessibilidade ao planalto superior da Serra da Estrela, salvaguardando os recursos e valores naturais existentes através do recurso a utilização de meios mecânicos. Estamos a falar de teleférico e/ou funicular.

Disponibilização de transportes coletivos com zero emissões e a aplicação de uma taxa verde, cujas receitas reverterão para a limpeza das matas e para a reflorestação. -----

Estamos todos imbuídos no mesmo espírito independentemente das nossas ideias, das nossas ideologias, enfim, das nossas opiniões mais do ponto de vista estrutural, porque na verdade o que nos une aqui é a defesa deste gigante adormecido, deste diamante por lapidar. -----

Temos muito para fazer na Serra da Estrela, mas o mais importante, e não me canso nunca de o repetir, é ocupá-la, vivenciá-la e utilizá-la no bom sentido do termo. É passearmos lá e irmos ver os pássaros, é irmos apanhar ar, é irmos ver as paisagens, é correr, é andar de bicicleta, ... É, no

fundo, também fazer incursões às instâncias que ali existem, quer nas Penhas da Saúde, quer noutras zonas da nossa Serra. Estou a falar das instâncias hoteleiras, das unidades hoteleiras, dos bons restaurantes que temos no turismo de gastronomia e vinhos, que é muito, muito importante. Estamos a falar no turismo de saúde. -----

Temos uma riqueza e um potencial incomensurável. Saibamos estar à altura daquilo que a Natureza nos legou e a Natureza legou-nos, de facto, este tesouro que é a Serra da Estrela e a nossa obrigação é utilizá-la no bom sentido do termo a favor das pessoas, mas preservando a biodiversidade, os ecossistemas, o ambiente de uma forma sustentada de maneira a que as gerações vindouras não nos saquem responsabilidades por aquilo que deixámos de fazer e que tínhamos a obrigação de fazer. -----

Uma última nota que tem a ver com o carácter público ou não do trabalho que já está elaborado e que já está em parte (porque não está na totalidade, julgo eu), nas mãos do Governo da República, relativamente àquilo que vai ser feito. -----

Entenderam todas as câmaras, e não é por nenhuma mordaza, nem por nenhuma lei da rolha, porque havia ainda muitos pormenores a afinar, que não devíamos tornar público o documento sem que estes pormenores estivessem afinados. Não há aqui outra razão de ser que não seja isto. Enquanto tudo não estiver devidamente afinado, não se torna público para que aquele documento vingue e se torne, na prática, numa lei com um plano de governança, de gestão, de cogestão, aquilo que lhe quisermos chamar, para que este documento seja um bom documento e que suporte as decisões que estão alavancadas com esse grosso envelope financeiro.” -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- Por se ter chegado ao fim dos trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a Sessão eram dezoito horas e vinte e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela

Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,
Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã,
Senhoras e Senhores Vereadores,
Dra. Estrela Capelo Rosário, Membro do Conselho Técnico da COBA,
Dr. Carlos Lobo, Professor Associado da Fac. de Direito da Univ. de Lisboa,
Senhor Comandante Regional de Emergência e Proteção Civil do Centro, Dr.
Francisco Peraboa,
Estimados colegas Deputados Municipais,
Funcionários do município,
Comunicação Social,
Minhas Senhoras e meus senhores,

Reunimos hoje, em Assembleia Municipal extraordinária, para inaugurar um novo espaço de debate. Um espaço criado pelo novo regimento deste órgão e que permitirá abordar, mais aprofundadamente, temas da maior relevância para o nosso concelho. Um espaço que se pretende que seja de identificação de caminhos e sinalização de alternativas, também de esclarecimento de dúvidas e enriquecimento intelectual, de reivindicações comuns, as haverá com certeza, e, naturalmente, de bastante confronto de ideias. Em suma, um novo espaço para servirmos a Covilhã, debatendo o seu futuro.

Estes Debates Temáticos, que terão lugar duas vezes por ano, contam com uma particularidade relativamente às restantes sessões desta assembleia, que, estou em crer, fomentará uma discussão de bases mais sólidas,

alicerçando-se nos conhecimentos de quem está reconhecidamente por dentro dos assuntos, os estudei a fundo ou até lida com eles no seu dia-a-dia. Estou certo que o contributo destes convidados, nomeadamente dos que aqui recebemos hoje, serão valiosos para as tomadas de posição de cada deputado ou grupo municipal, nas mais diversas matérias que possamos vir a tratar, e que, concordando ou discordando, serão um auxílio inestimável na busca pelas melhores soluções para cada problema.

Por tudo isto, permitam-me agradecer de antemão a todos os convidados por se terem disponibilizado a estar aqui connosco, e nos transmitirem a sua experiência e sabedoria no que diz respeito ao Plano de Revitalização da Serra da Estrela.

Lembro-me de chegar à varanda de minha casa, na manhã do dia 6 de Agosto de 2022, e ver as chamas progredirem encosta acima. Para mim, será sempre um daqueles momentos na vida em que as imagens se alojam na nossa memória para não mais sair. Não pela imagem em si, já naturalmente assisti a outros incêndios, mas pelo que significaram os 12 dias seguintes para as populações do nosso concelho, particularmente para os nossos conterrâneos que se viram mais diretamente atingidos, e naturalmente para os bombeiros e agentes da proteção civil que estiveram no teatro de operações. Não sou verdelheiro, o único bem pessoal que posso dizer ter em Verdelhos é amigos, e certamente não posso ousar afirmar que senti como eles aqueles dias. Não vi o fogo descer vertiginosamente o vale do beijames, não o vi sobrevoar os telhados da aldeia, não temi pela vida e não perdi bens materiais. Mas sem verdadeiramente nada ali ter, não consigo deixar de sentir que também ali eu perdi algo. Que perdemos todos. Tal como perdemos em Vale Formoso, Aldeia do Souto, Orjais, Sarzedo, Vila do Carvalho e Teixoso.

Estamos sem dúvida perante uma das maiores perdas coletivas de sempre da comunidade covilhanense, com danos catastróficos no nosso maior ativo natural e económico, como é a Serra da Estrela e o seu Parque Natural.

Urge, no entanto, virar a página e dar nova vida aos nossos territórios, e é com esse intuito que o Partido Socialista priorizou este tema para o primeiro Debate Temático da Assembleia Municipal da Covilhã, centralizando-o no Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, a principal ferramenta criada pelo governo com o objetivo de recuperar, a vários níveis, os municípios afetados pelo incêndio do ano passado.

Senhoras e Senhores Deputados,

Esta reunião temática procurará promover o debate, promover a discussão, promover a troca de experiências, de conhecimento e vislumbrar soluções e propostas para os temas debatidos.

No caso particular do debate do Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela aquilo que esperamos é ouvir dos nossos convidados, em cada uma das suas áreas de conhecimento e especialização, as suas perspectivas sobre este importante instrumento.

Dos grupos municipais e membros desta Assembleia, espera-se que questionem e transmitam a sua visão e as suas propostas sobre o tema, sejam elas individuais ou do grupo municipal que representam.

Da parte do PS contarão, como sempre, com uma intervenção positiva, realista e uma abordagem colaborativa e ativa para que possamos melhorar o Plano de Revitalização, mas sobretudo as condições de desenvolvimento, valorização e conservação da nossa Serra da Estrela.

O Plano de Revitalização da Serra da Estrela, segundo a própria resolução do Conselho de Ministros correspondente à sua aprovação, “constitui-se como um Programa Integrado de Desenvolvimento Regional do Território, com foco em diferentes domínios temáticos, identificando medidas e projetos a implementar no curto e médio prazo, que deverão promover o desenvolvimento sustentável da região, a recuperação e revitalização do seu património natural e biodiversidade, a inovação e o investimento para a revitalização dos setores produtivos e diversificação da base económica da região, combatendo a perda demográfica e tornando o território mais resiliente às alterações climáticas e aos seus efeitos, preservando e valorizando o seu principal ativo patrimonial, o PNSE e todo o seu ecossistema”.

É por isso imperioso que saibamos identificar as medidas e os projetos que cumpram com estes objetivos definidos aquando da criação do plano, desde logo o desenvolvimento sustentável da região e o combate à perda demográfica, por forma a que este venha a ter um impacto positivo na revitalização e recuperação dos nossos territórios.

Nas freguesias mais afetadas pelo incêndio, como por exemplo Verdelhos (que, relembro, teve um decréscimo populacional de quase 25% entre 2011 e 2021), têm sido reivindicados investimentos por parte dos autarcas que me parece cumprirem perfeitamente com o propósito do plano. Desde logo o alcatroamento da ligação da aldeia às localidades de Cova e Sarnadas, junto ao Poço do Inferno, que, em conjunto com o alcatroamento da chamada estrada da “Serra de Baixo”, já em Manteigas, daria a Verdelhos um acesso direto aos Piornos, conferindo a esta freguesia todo o potencial necessário para se transformar numa aldeia turística de montanha de excelência.

O mesmo se pode dizer das reivindicações dos autarcas de Unhais da Serra, relativamente à estrada do Vale Glaciar da Alforfa (ligação de Unhais da Serra à Nave de Santo António), e de Cortes do Meio, no que diz respeito à ligação das Cortes, ao Alto dos Livros e ao Alto das Pissarrinhas. Parece-me unânime que a construção destas vias se afigura essencial para o desenvolvimento económico das freguesias mencionadas, permitindo-lhes também a elas usufruir mais diretamente do turismo da nossa serra.

Ainda em termos de rodovia, existem outros investimentos, como é o caso do IC6, que concretizados seriam totalmente revolucionários para a economia de toda a região, promovendo sinergias inter-municipais e inter-regionais, aproximando pólos urbanos de desenvolvimento e, conseqüentemente, fixando populações. Para o concelho da Covilhã, e outros concelhos vizinhos, o IC6 é a obra fundamental para inverter a queda demográfica, nomeadamente nas freguesias mais a sul. Não fará então sentido que conste deste Plano de Revitalização?

Em relação à Torre, e aos constrangimentos de trânsito que se têm verificado em época alta, e que debatemos aqui na última reunião de Assembleia Municipal, não deverá o plano conter medidas específicas para uma resolução mais definitiva do problema uma vez que falamos do local de maior atração turística do Parque Natural?

O Plano identifica igualmente como objetivo tornar os territórios mais resilientes às alterações climáticas e seus efeitos, não será então o acesso a recursos hídricos, nomeadamente com a construção da barragem das Cortes, de presença obrigatória no Plano de Revitalização?

São todas estas questões, e muitas outras, que consideramos ser da maior relevância falarmos aqui hoje para que todos os deputados municipais possam conhecer melhor o processo, esclarecer as suas dúvidas, tirar as suas ilações

e apresentar as suas ideias. Procurar perceber forma, conteúdo e processo de elaboração do plano, de maneira a que o documento final a ser entregue ao governo seja fiel às nossas aspirações.

Façamos por isso.

SERRA DA ESTRELA

Plano de Revitalização da Serra da Estrela

LOBO CARMONA

Componente Regulatória

Componente Regulatória



LOBO CARMONA

Um novo modelo de co-gestão para o Parque Natural da Serra da Estrela

Da conservação passiva à Conservação Ativa Participada
O que propomos?

- Configuração do Parque Natural da Serra da Estrela como Parque Natural de Nova Geração, assentando na convivência entre a comunidade e a conservação.
- Candidatura da “área protegida” da Serra da Estrela, a Paisagem Cultural da UNESCO
- Alteração do atual modelo organizacional, com a criação de uma nova entidade (empresa intermunicipal, fundação ou associação), a qual será constituída pelos municípios da área da Serra da Estrela (Guarda, Covilhã, Seia, Gouveia, Celorico da Beira e Manteigas), pelos agentes privados que operam no território, em articulação com ICNF
- Alteração dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), por iniciativa da nova estrutura de gestão, nomeadamente o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela
- Reforma do Modelo de Incentivo ao Investimento Privado na área do Parque Natural, nomeadamente em Turismo e na reativação das atividades económicas tradicionais

3

Um novo modelo de co-gestão para o Parque Natural da Serra da Estrela

1. Configuração do Parque Natural da Serra da Estrela como Parque Natural de Nova Geração, assentando na convivência entre a comunidade e a conservação.



LOBO CARMONA

- Participação das comunidades locais: As comunidades locais devem ser envolvidas no processo de tomada de decisão desde o início, e devem ser incentivadas a contribuir para a gestão do parque natural.
- Reconhecimento e respeito dos valores tradicionais: Os valores tradicionais das comunidades locais sobre a região e sua biodiversidade devem ser valorizados e incorporados na gestão do parque.
- Desenvolvimento sustentável: O modelo de gestão deve promover a conservação e a exploração sustentável dos recursos naturais, ao mesmo tempo em que respeita as necessidades e os direitos das comunidades locais.
- Capacitação: As comunidades locais devem ser capacitadas para participar ativamente da gestão do parque, com a finalidade de que tenham maior autonomia na tomada de decisões e no manejo dos recursos naturais.
- Monitorização e avaliação: A gestão do parque deve ser constantemente monitorada e avaliada, com o objetivo de medir os impactos da sua atividade no meio ambiente e nas comunidades locais.

4

Componente Regulatória



LOBO CARMONA

Um novo modelo de co-gestão para o Parque Natural da Serra da Estrela

2. Candidatura da “área protegida” da Serra da Estrela, a Paisagem Cultural da UNESCO

- Demonstração da excecionalidade dos “Montes Herminios” na evolução da história de Portugal e da Península Ibérica e da interação permanente entre a humanidade e o ambiente natural;
- Valorização da tradição cultural única da Serra da Estrela, desde a pré-história até à atualidade;
- Elaboração de um plano de gestão que demonstre o compromisso das autoridades locais e da comunidade em preservar o património;
- Participação Ativa da comunidade na gestão e conservação do património;
- As autoridades locais devem demonstrar seu compromisso com a candidatura e com a preservação da paisagem cultural. Isso pode ser feito através do comprometimento da estrutura de agregação municipal com a implementação do plano de gestão e na alocação de recursos para a conservação do património.

5

Componente Regulatória



LOBO CARMONA

Um novo modelo de co-gestão para o Parque Natural da Serra da Estrela

3. Alteração do atual modelo organizacional, com a criação de uma nova entidade (empresa intermunicipal, fundação ou associação), a qual será constituída pelos municípios da área da Serra da Estrela (Guarda, Covilhã, Seia, Gouveia, Celorico da Beira – SEGREGAÇÃO DAS FUNÇÕES DE GESTÃO E DE FISCALIZAÇÃO

Criação de um Modelo de Co-Gestão assente numa plataforma de agregação municipal (fundação, associação ou empresa municipal) que permita a gestão participada do Parque Natural, à semelhança do que acontece, por exemplo, com as Aldeias de Xisto, Históricas ou de Montanha.

Alguns exemplos

- Parque Natural de Sierra de Aracena y Picos de Aroche, Espanha: Este parque natural, localizado no sudoeste da Espanha, é gerido pela comunidade local através de uma associação chamada "Parque Natural Sierra de Aracena y Picos de Aroche". A associação é composta por representantes das diversas aldeias e municípios da região;

6

Componente Regulatória



LOBO CARMONA

Um novo modelo de co-gestão para o Parque Natural da Serra da Estrela

- Parque Natural de Montserrat, Espanha: Este parque natural, localizado na Catalunha, Espanha, é gerido pela comunidade local através de uma fundação sem fins lucrativos chamada "Patronat de la Muntanya de Montserrat". A fundação é composta por representantes das autoridades locais, organizações não governamentais e empresas privadas;
- Parque Natural Regional do Vercors, França: Este parque natural, localizado nos Alpes franceses, é gerido por uma associação de comunidades locais chamada "Parc Naturel Régional du Vercors". A associação é composta por representantes das autoridades locais, organizações não governamentais e grupos de interesse locais;
- Parque Natural Regional do Queyras, França: Este parque natural, localizado nos Alpes franceses, é gerido por uma associação de comunidades locais chamada "Parc Naturel Régional du Queyras". A associação é composta por representantes das autoridades locais, organizações não governamentais e grupos de interesse locais

7

Componente Regulatória



LOBO CARMONA

Um novo modelo de co-gestão para o Parque Natural da Serra da Estrela

4. Alteração dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), por iniciativa da nova estrutura de gestão, nomeadamente o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela

- O incêndio que destruiu Parque Natural da Serra da Estrela em 2022 provou a insuficiência e irrazoabilidade do atual Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela.
- Neste quadro, o Plano de Ordenamento tem de ser revisitado e assentar num modelo diferente de proteção, que introduza as pessoas e as comunidades locais na estrutura de gestão, com a fixação de atividades económicas tradicionais;
- É essencial a instituição de uma segregação de funções entre a entidade gestora e a entidade fiscalizadora, com a precisa definição dos ativos e regiões objeto de proteção especial;
- Criação de um modelo de autosustentabilidade da atividade de conservação ambiental

8

Componente Regulatória



LOBO CARMONA

Um novo modelo de co-gestão para o Parque Natural da Serra da Estrela

5. Reforma do Modelo de Incentivo ao Investimento Privado na área do Parque Natural, nomeadamente em Turismo e na reativação das atividades económicas tradicionais

- Reanálise do modelo de concessão da exploração turística na área do Parque Natural, visando a aceleração do investimento em atividades turísticas ecologicamente sustentadas;
- Criação de um Plano de Investimento em atividades turísticas eco-friendly (redes de *Portais da Estrela*, *Glamping* de nova geração)
- Criação de um Modelo de Incentivo ao Desenvolvimento das Atividades Tradicionais, articulado com os novos modelos de valorização do capital natural
- Criação de um Modelo de Digitalização e Marketplace para os produtos tradicionais numa ótica *Consumer to Producer* potenciando as cadeias curtas e a ligação direta com os produtores artesanais.

9

Componente Regulatória



LOBO CARMONA

Um novo modelo de co-gestão para o Parque Natural da Serra da Estrela

Evolução da legislação desde a criação dos Parques Naturais/Áreas protegidas

- ✓ Lei n.º 9/70, de 19 de junho, introduz pela primeira vez os conceitos de “parque nacional” e de “reserva”
- ✓ Decreto-Lei n.º 613/76, de 27 de junho, que procedeu à revogação da Lei n.º 9/70, de 19 de junho, criando novas categorias de áreas protegidas
- ✓ Decreto n.º 4/78, de 11 de janeiro, vem definir a orgânica dos parques naturais, reservas e património paisagístico
- ✓ Decreto-Lei n.º 557/76, de 16 de julho procedeu à criação do “Parque Natural da Serra da Estrela”
- ✓ Portaria n.º 409/79, de 8 de agosto, que aprova o Regulamento Geral do Parque Natural da Serra da Estrela em conformidade com DL 4/78
- ✓ Decreto-Lei n.º 49/83, de 31 de Janeiro, cria o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza e aprova a Lei Orgânica do Ministério da Qualidade de Vida

10

Componente Regulatória



LOBO CARMONA

Um novo modelo de co-gestão para o Parque Natural da Serra da Estrela

Evolução da legislação desde a criação dos Parques Naturais/Áreas protegidas

- ✓ Decreto-Lei n.º 49/83, de 31 de Janeiro, cria o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza e aprova a Lei Orgânica do Ministério da Qualidade de Vida
- ✓ Portaria n.º 583/90, de 25 de julho, aprova o Plano de Ordenamento.
- ✓ DL 19/93, e suas alterações sucessivas (avanços e retrocessos em matéria de descentralização)
- ✓ Decreto-Lei n.º 187/93, de 24 de Maio, veio extinguir o SNPRCN, criando o ICN – Instituto da Conservação da Natureza
- ✓ Decreto-Lei n.º 151/95, de 24 de junho, veio harmonizar o regime jurídico dos planos especiais de ordenamento do território, revogando normas do Decreto-Lei n.º 19/93
- ✓ Decreto Regulamentar n.º 50/97, de 20 de novembro, altera a orgânica do Parque Natural, criando novos órgãos como a Comissão Diretiva e o Conselho Consultivo
- ✓ Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de outubro, foi aprovada a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, para vigorar até 2010

11

Componente Regulatória



LOBO CARMONA

Um novo modelo de co-gestão para o Parque Natural da Serra da Estrela

Evolução da legislação desde a criação dos Parques Naturais/Áreas protegidas

- ✓ Decreto-Lei n.º 221/2002, de 22 de outubro, introduz novo esforço no sentido da descentralização administrativa. Com este DL vieram reforçar-se as competências do conselho consultivo e a participação dos órgãos municipais na gestão das áreas protegidas
- ✓ Decreto-Lei n.º 117/2005, vem reverter esta descentralização
- ✓ Decreto-Lei n.º 207/2006, de 17 de outubro e Decreto-Lei n.º 136/2007, de 27 de abril; passa a existir um nível intermédio de gestão das áreas classificadas e um conselho estratégico para cada uma das áreas protegidas
- ✓ Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, define o atual modelo de cogestão das áreas protegidas

12

Componente Regulatória



LOBO CARMONA

Um novo modelo de co-gestão para o Parque Natural da Serra da Estrela

Conclusão

Alterações legislativas necessárias

Decreto-Lei n.º 19/93

- Criação de nova proposta de classificação de Áreas protegidas de âmbito regional e local
- Alteração estrutura orgânica Parque Natural

Decreto Regulamentar n.º 50/97

- Alteração estrutura orgânica Parque Natural

Decreto-Lei n.º 221/2002

- Reforço da participação dos órgãos municipais na gestão das áreas protegidas

Decreto-Lei n.º 116/2019

- Alterações atual modelo de cogestão

13

Componente Regulatória



LOBO CARMONA

Um novo modelo de co-gestão para o Parque Natural da Serra da Estrela

Modelo Financeiro

O Landscape Finance

Com o objetivo da autossustentabilidade no longo prazo, e redução de necessidade de financiamento através de recursos públicos centrais

Implementação de um modelo de Restauro de Paisagem Florestal (Forest Landscape Restoration - FLR)

Objetivos:

- Aproximação da oferta da procura, seja pelo aumento da capacidade de aproximar as empresas dos projetos no terreno, seja pela criação de um fundo de transição da paisagem que funcione numa lógica de *blended-finance*, e
- Garantir financiamento privado focado no apoio a plataformas de *multi-stakeholders* que conseguem promover a criação de grupos de interesse, executar planeamentos estratégicos, mapear e desenvolver projetos, representa um pilar essencial de credibilidade e sustentabilidade para investimentos posteriores.

14

Componente Regulatória



LOBO CARMONA

Um novo modelo de co-gestão para o Parque Natural da Serra da Estrela

Modelo Financeiro

Com o objetivo da autossustentabilidade no longo prazo, e redução de necessidade de financiamento através de recursos públicos centrais

- Atualização do cadastro territorial da toda a área para uma eficiente utilização do solo, permitindo que as atividades florestais sejam organizadas de forma eficiente e com otimização da capacidade produtiva endógena, com subsequente redução dos custos de exploração
- Internalização das externalidades, com desincentivo de comportamentos geradores de risco, como a não gestão fundiária,
- Consignação das receitas fiscais e da concessão pelas atividades turísticas e económicas para a área da Serra da Estrela
- Criação do "Banco de Fomento", para viabilização destes créditos e para a criação de garantias;
- Pagamento dos serviços dos ecossistemas do Parque Nacional
- A criação do Parque Nacional e da nova entidade de gestão permitirá a criação de parcerias para o desenvolvimento de modelos de financiamento privado

15

Componente Aduaneira e Fiscal

LOBO CARMONA

16

Componente Aduaneira e Fiscal



LOBO CARMONA

Constituição de um Regime Fiscal e Aduaneiro Especial para a Serra da Estrela

O que propomos?

Tornar o Território da Serra da Estrela como o local mais atrativo para a realização de investimento produtivo através da criação de uma infraestrutura logística de concentração de carga situada no corredor de serviço da região, a qual estará conectada pelo serviço de transporte ferroviário. O objetivo essencial é o de, numa ótica de Rede Urbana, criar condições para a inserção de valor acrescentado na cadeia logística

Como?

- 1) Extensão das Vantagens do "Porto Seco" da Guarda à maior área possível aproveitando os mecanismos aduaneiros disponíveis e alargando conceitos;
- 2) Criação de uma rede de entrepostos satélite no trajeto de circulação, em cada Município;
- 3) Previsão de um Regime Fiscal de Atração com base nas Zonas Desfavorecidas
- 4) Criação de um Regime Nacional de Perequação Positiva em favor da Serra da Estrela (IRC e Derrama na utilização de Recursos Naturais) e Pagamentos dos Serviços de Ecossistema (Água, CO2 e Biodiversidade)

17

Componente Aduaneira



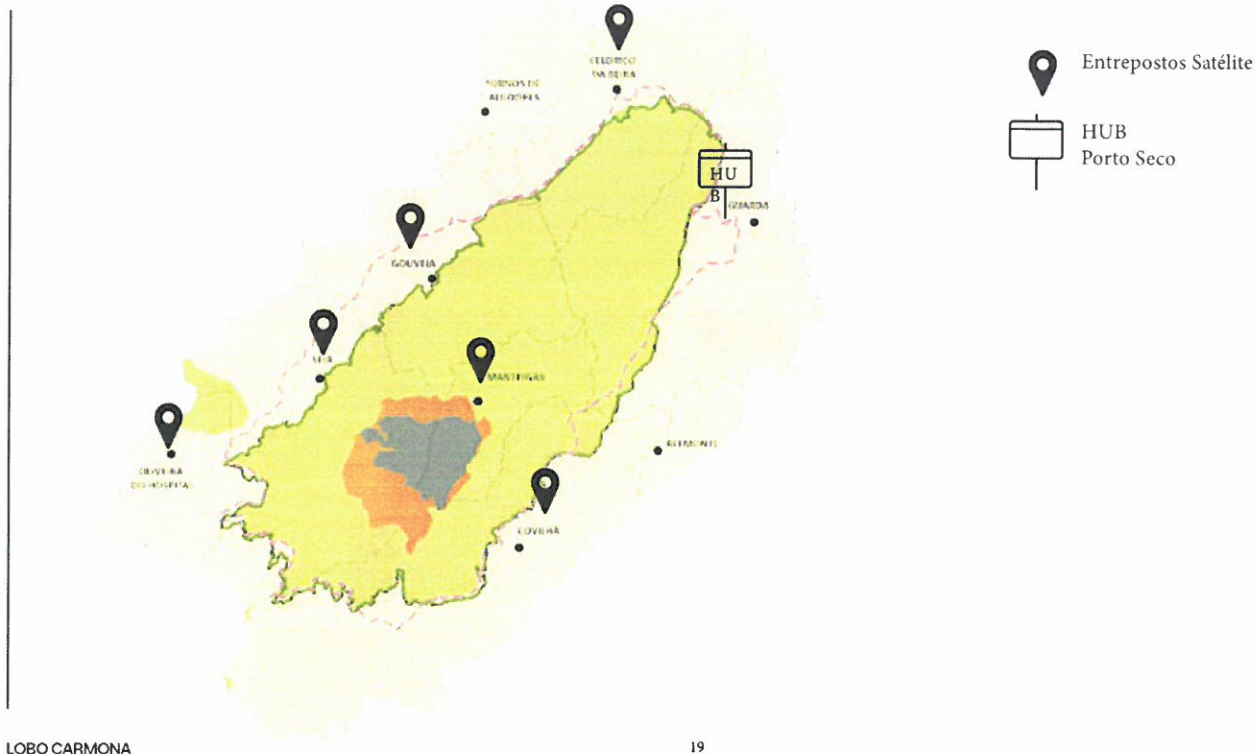
LOBO CARMONA

Constituição de um Regime Fiscal e Aduaneiro Especial para a Serra da Estrela

Além da criação de um porto seco na região, propomos criar, paralelamente uma rede de entrepostos aduaneiros e fiscais de suporte na área

Porto Seco Upgraded HUB	Rede Entrepostos Satélite
<p>Permitirá a transferência de mercadorias entre os portos marítimos e os portos secos, e entre estes ou entre estes e entrepostos satélite, em regime suspensivo</p>	<p>Os entrepostos aduaneiros poderão ser utilizados por qualquer pessoa para o entreposto aduaneiro de mercadorias ("entreposto aduaneiro público") ou para armazenamento de mercadorias por titulares de uma autorização de entreposto aduaneiro privado</p>
<p>Além do depósito temporário para o efeito ou em regime de trânsito, iremos alargar o conceito de Porto Seco a outros regimes especiais aduaneiros, como o de aperfeiçoamento do ativo</p>	<p>As autoridades aduaneiras podem autorizar o aperfeiçoamento de mercadorias sujeitas ao regime de aperfeiçoamento ativo ou de destino especial em entreposto aduaneiro, verificados determinados requisitos.</p>
<p>Suportado por tecnologia de controlo da circulação das mercadorias entre os nós intermodais ao longo do trajeto de transferência</p>	<p>Nos pontos satélite existirão ainda entrepostos fiscais que permitirão alargar a rede à circulação de productos sujeitos a impostos especiais de consumo não importados (mas produzidos a nível nacional)</p>

18



Componente Aduaneira



Potenciais impactos na atividade económica da Serra da Estrela

Objetivos da criação do HUB Porto Seco e rede de entrepostos satélite:

- Terceirização da cadeia logística
- Criação de um novo centro de distribuição
- Criação de uma solução integrada de tratamento de mercadoria e informação, por via eletrónica, com total controlo logístico da circulação das mercadorias
- Promoção da constituição de armazéns e entrepostos de produção na área
- Maior comodidade e agilidade no processo aduaneiro de mercadorias e, também, de circulação de bens sujeitos a IEC

A constituição de um centro logístico que inclua uma rede de entrepostos aduaneiros e fiscais permitirá dar resposta às necessidades das cadeias de distribuição nacionais e internacionais, e responder às carências logísticas das empresas, permitindo o estabelecimento de uma operação concertada de terciarização ou quarteirização logística numa zona de circulação livre de mercadorias em regime suspensivo de impostos.

Componente Aduaneira



LOBO CARMONA

Potenciais impactos na atividade económica da Serra da Estrela

Vantagens associadas a entrepostos para empresas dedicadas ao comércio internacional:

- Suspensão do pagamento de direitos e impostos, com impactos imediatos no cash flow
- Flexibilidade de armazenagem
- Procedimentos alfandegários simplificados: os entrepostos estarão idealmente localizados junto de portos de entrada, o que poderá resultar numa simplificação dos procedimentos aduaneiros e reduzir o tempo e custo do desembaraço alfandegário.
- Melhoria da eficiência da cadeia de fornecimento, fornecendo uma localização central para armazenamento e distribuição de mercadorias, o que pode reduzir os custos de transporte e os prazos de entrega.

21

Componente Fiscal



LOBO CARMONA

2. Regime Fiscal Excepcional para áreas Desfavorecidas:

O que se pretende:

Tornar a Serra da Estrela como a Localização com o Melhor Ambiente Fiscal em Portugal

IRC – Taxa Reduzida

- Atualmente, as PME e as Empresas de pequena-média capitalização situadas no interior beneficiam, sob determinadas condições, de uma taxa reduzida de imposto, de 12,5 %, aplicável aos primeiros 50.000 € de matéria coletável.
- No entanto, este regime é aplicado em todo o território do interior do país e os seus efeitos positivos são limitados, pelo que não beneficia de forma especial a região da Serra da Estrela.
- Por ser economicamente desfavorecida e por ter perdido mais de 10% da sua população no período compreendido entre 2009 e 2018, a região das Beiras e da Serra da Estrela beneficia da maior intensidade máxima de auxílios de estado com finalidade regional, tal como aprovados pela Comissão Europeia.
- Por conseguinte, existe uma base que permite sustentar a aplicação geral de uma taxa reduzida de IRC a todas as empresas que, independentemente da sua dimensão e da sua matéria coletável, estejam situadas e desenvolvam a sua atividade na Serra da Estrela.

22

Componente Fiscal



LOBO CARMONA

23

3. Perequação Territorial Positiva

O que pretendemos:

A Serra da Estrela deve ser compensada pelos serviços ambientais positivos que presta ao País

1. IRC – Afetação das Receitas

- As autarquias locais têm competências em relação ao lançamento da derrama municipal, que é um imposto autónomo face ao IRC, ainda que aproveite a sua base de incidência.
- A proporção do rendimento gerado na área geográfica de cada município é aferida, por regra, em função do critério da massa salarial.
- A título subsidiário, os municípios podem propor um critério distinto quanto à repartição da derrama, quando o volume de negócios de um sujeito passivo resulte em mais de 50% da exploração de recursos naturais.
- Contudo, em conformidade com o princípio da justa repartição dos recursos, que resulta da Constituição e da Lei de Finanças Locais, é possível sustentar que parte das receitas do próprio IRC das entidades que explorem recursos naturais devem ser alocadas ao municípios onde a atividade é desenvolvida.

Componente Fiscal



LOBO CARMONA

24

2. Criação de uma Compensação por Serviços Ambientais – Operacionalização do Fundo Ambiental e do Fundo de Sustentabilidade Urbanística

- O Adicional ao IMI, criado pela LOE de 2017, foi instituído para atingir os proprietários de imóveis de luxo, uma vez que incide sobre a soma dos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos de que o sujeito passivo seja titular.
- Ao contrário do IMI, a receita que resulta do Adicional ao IMI não reverte para as autarquias locais, sendo afetada ao Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social.
- Contudo, as regiões urbanas são beneficiárias dos contributos que, numa perspetiva de longo prazo e ainda que não sejam valorizados pelo mercado, os espaços rurais dão para o bem-estar coletivo.
- Nesse sentido, a par do Fundo Ambiental e do Fundo de Sustentabilidade Urbanística e Ambiental previsto na Lei de Bases do Solo, o financiamento dos serviços de ecossistema pode ser assegurado por via da alocação, ainda que parcial, das receitas do Adicional ao IMI.

Componente Fiscal



3. Contribuição Especial por risco acrescido

- O abandono florestal é um problema que resulta de diversos fatores e que apresenta inúmeras consequências, nomeadamente, ao nível do aumento significativo do risco de incêndio.
- Como forma de internalizar as externalidades negativas, pode ser criada uma Contribuição Especial por risco de incêndio acrescido a aplicar sobre as áreas florestais não geridas.
- Do ponto de vista técnico, esta Contribuição Especial iria corresponder a um verdadeiro adicional ao IMI Rústico, sendo a sua receita alocada a ações de prevenção e mitigação do risco de incêndio.
- Em relação às suas finalidades, este tributo está destinado a prosseguir objetivos extrafiscais, quer por desincentivar o abandono florestal, quer por corrigir as falhas de mercado existentes.

**PLANO DE AVALIAÇÃO DOS
RECURSOS HÍDRICOS DO PARQUE
NATURAL DA SERRA DA ESTRELA**

FASE 1 - SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DIAGNÓSTICO
E CONTRIBUTOS PARA A
FASE 2 – MEDIDAS E CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO E PLANO

24 outubro 2023

RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO – FASE DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO

CAMPANHA DE RECOLHA DE DADOS E INFORMAÇÕES

- ✓ Reuniões técnicas com os Pontos Focais dos Municípios integrados no PNSE para recolha de dados e informação para os domínios Agricultura e Pecuária, Abastecimento de Água e Território e Ambiente que depois foram analisados
- ✓ Exploradas e analisadas as bases de dados dos Portais do INE, do IPMA e do SNIRH
- ✓ Exploradas e analisadas as bases de dados da DGADR e REGADIO 2030
- ✓ Explorada e analisada a legislação e informação documental relativa ao Território e Ambiente (Condicionantes Ambientais)
- ✓ Explorados e analisados a Estratégia Portugal 2030, Plano Nacional de Investimentos 2030 e Planos de Recursos Hídricos

RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO - FASE DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO

DESAFIOS E DIFICULDADES ENCONTRADOS

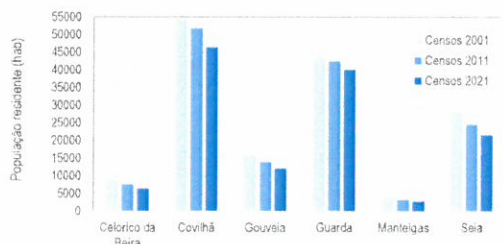
- Um calendário para o Plano de Avaliação dos Recursos Hídricos do PNSE muito ambicioso que foi necessário ajustar;
- Assegurar o andamento do processo de consulta aos municípios e a elaboração com qualidade do Relatório da Fase 1;
- Identificar o nível de análise adequado para o relatório da Fase 1 - Situação de Referência e Diagnóstico e antecipação na identificação das medidas a tratar na Fase 2 – Medidas e Cenários de Desenvolvimento;
- Recolha e análise de uma grande quantidade de dados mensais e anuais de precipitação e de caudal na Região do PNSE para a caracterização do regime de precipitação e modelação dos seus recursos hídricos.
- Recolha e análise da informação e dados relativos aos sectores temáticos em análise: Demografia, Clima, Agricultura e Pecuária, Abastecimento de Água, Território e Ambiente

RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO - DINÂMICAS TRANSVERSAIS NA REGIÃO DO PNSE

DEMOGRAFIA

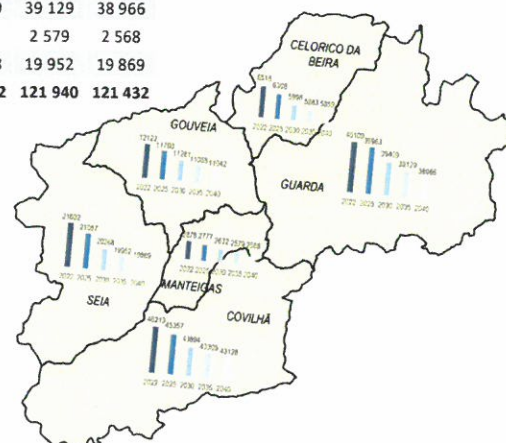
População residente atual

Concelhos do PNSE	Censos 2001, 2011 e 2021		
	População residente total		
	2001	2011	2021
Celorico da Beira	8 875	7 693	6 583
Covilhã	54 505	51 797	46 455
Gouveia	16 122	14 046	12 222
Guarda	43 822	42 541	40 117
Manteigas	4 094	3 430	2 909
Seia	28 144	24 702	21 755
TOTAL	155 562	144 209	130 041



Concelhos do PN da Serra da Estrela	Projeções da população residente para o período de anos 2022-2040				
	2022	2025	2030	2035	2040
Celorico da Beira	6 518	6 308	5 998	5 883	5 859
Covilhã	46 213	45 357	43 894	43 309	43 128
Gouveia	12 122	11 790	11 281	11 088	11 042
Guarda	40 109	39 963	39 409	39 129	38 966
Manteigas	2 878	2 777	2 632	2 579	2 568
Seia	21 602	21 087	20 268	19 952	19 869
TOTAL	129 442	127 282	123 482	121 940	121 432

Projeções da população residente



RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO - DINÂMICAS TRANSVERSAIS NA REGIÃO DO PNSE

População flutuante em casas secundárias

Concelhos do PNSE	População flutuante por concelho para o período de 2022 a 2040			
	Residência secundária	Capacidade total para 3 hab / alojamento	População flutuante	População flutuante máxima em simultâneo
Celorico da Beira	2 234	6 702	5 362	3 753
Covilhã	9 898	29 694	23 755	16 629
Gouveia	3 725	11 175	8 940	6 258
Guarda	8 658	25 974	20 779	14 545
Manteigas	1 164	3 492	2 794	1 956
Seia	5 482	16 446	13 157	9 210
TOTAL	31 161	93 483	74 786	52 350

População flutuante em alojamentos turísticos

Concelhos do PNSE	2022		2021		2020		2019	
	Dormidas	Hóspedes/ Residente	Dormidas	Hóspedes/ Residente	Dormidas	Hóspedes/ Residente	Dormidas	Hóspedes/ Residente
Celorico da Beira	30 087	2.7	20 150	1.6	11 260	1.0	20 942	2.2
Covilhã	296 965	3.6	216 274	2.5	178 022	2.1	301 880	3.8
Gouveia	32 470	1.4	15 227	0.7	10 994	0.5	20 038	1.1
Guarda	73 495	1.2	52 542	0.9	48 280	0.8	87 062	1.8
Manteigas	70 789	13.9	51 444	10.3	44 814	8.5	42 548	8.1
Seia	83 176	2.3	61 251	1.5	49 668	1.3	65 182	1.8
TOTAL	586 982	4.5	416 888	3.2	343 038	2.6	537 652	4.0
Estado média (Dorm./hósp)	1.7		1.8		1.7		1.6	

A população flutuante em residências secundárias tem uma significativa importância nos concelhos do PNSE, sendo constituída essencialmente por pessoas que residem e trabalham no estrangeiro ou noutra local do país e visitam a sua região de origem, principalmente no verão e, embora em menor número, no Natal

O turismo do Parque Natural da Serra da Estrela é um **Turismo de Natureza** com tendência a aumentar. É crucial considerar as motivações dos turistas na gestão de destinos naturais. O destino deve estar adequadamente preparado para atender a uma ampla gama de públicos-alvo e é essencial promover um elevado grau de envolvimento por parte das comunidades locais

RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO - DINÂMICAS TRANSVERSAIS NA REGIÃO DO PNSE

Caracterização climática histórica

A caracterização do clima histórico foi realizada a partir das normais climatológicas disponíveis para as variáveis climáticas tratadas pelo IPMA, I.P., para os períodos de 30 anos de 1971-2000 e de 1981-2010

Média mensal e anual da temperatura do ar máxima, mínima e média diária e número médio de dias com $T_{max} \geq 30^{\circ}C$ e $T_{min} < 0^{\circ}C$ na Guarda

Média anual da temperatura do ar Média diária, Máxima diária e Mínima diária (1971-2000)

Estação meteorológica	Latitude (° Norte)	Longitude (° Oeste)	Altitude (m)	Média anual da temperatura do ar (°C)		
				Média diária	Máxima diária	Mínima diária
Penhas Douradas	40.411367	-7.558653	1380	9.2	12.8	5.6
Guarda	40.528558	-7.278675	1020	10.9	14.7	7.0
Fundão	40.140636	-7.503628	493	14.4	20.1	8.7
Viseu	40.662739	-7.903969	443	13.6	19.6	7.7
Nelas	40.523497	-7.855472	425	14.0	19.8	8.3
Castelo Branco	39.839444	-7.478694	386	15.7	21.0	10.5

Normal climatológica	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Anual
Variável climática	Média da Temperatura do ar Média Diária (°C)												
1971-2000	4.0	5.2	7.1	8.0	11.6	15.9	19.1	19.4	16.4	11.3	7.5	4.9	10.9
1981-2010	4.1	5.2	7.7	8.7	12.1	17.0	20.4	19.9	16.9	11.9	7.6	5.0	11.4
Variável climática	Média da Temperatura do ar Máxima Diária (°C)												
1971-2000	6.8	8.2	10.8	12.0	15.7	20.5	24.5	24.6	21.2	14.8	10.3	7.4	14.7
1981-2010	6.9	8.4	11.6	12.7	16.5	22.3	26.6	25.7	21.8	15.4	10.3	7.7	15.5
Variável climática	Média da Temperatura do ar Mínima Diária (°C)												
1971-2000	1.2	2.0	3.3	4.2	7.4	11.0	13.7	13.7	11.9	8.1	4.8	2.5	7.0
1981-2010	1.3	2.0	3.9	4.6	7.8	11.8	14.3	14.2	12.1	8.4	4.8	2.3	7.3
Variável climática	Número médio de dias com: $T_{max} \geq 30^{\circ}C$												
1971-2000	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.2	2.9	3.5	0.8	0.0	0.0	0.0	7.4
1981-2000	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1	2.2	9.8	6.0	1.2	0.0	0.0	0.0	17.6
Variável climática	Número médio de dias com: $T_{min} < 0^{\circ}C$												
1971-2000	11.2	8.0	6.9	3.3	0.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.2	2.6	7.2	39.9
1981-2000	9.4	7.7	4.7	2.5	0.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	2.5	7.0	34.0

RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO - DINÂMICAS TRANSVERSAIS NA REGIÃO DO PNSE

Caracterização climática histórica

A caracterização do clima histórico foi realizada a partir das normais climatológicas disponíveis para as variáveis climáticas tratadas pelo IPMA, I.P., para os períodos de 30 anos de 1971-2000 e de 1981-2010

Precipitação média anual e máxima diária (1971-2000)

Estação meteorológica	Latitude (° Norte)	Longitude (° Oeste)	Altitude (m)	Precipitação média anual (mm)	Precipitação máxima diária (mm)
Penhas Douradas	40.411367	-7.558653	1380	1584.6	159.8
Viseu	40.662739	-7.903969	443	1169.9	98.4
Nelas	40.523497	-7.855472	425	998.3	85.0
Guarda	40.528558	-7.278675	1020	882.0	85.5
Fundão	40.140636	-7.503628	493	842.9	142.0
Castelo Branco	39.839444	-7.478694	386	758.3	91.5

Precipitação média mensal e anual, precipitação máxima diária e n.º médio de dias com precipitação diária ≥1mm e ≥10 mm na Guarda

Normal climatológica	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Anual
Variável climática	Média da quantidade de Precipitação Total (mm)												
1971-2000	100.1	87.4	53.3	83.1	84.9	43.4	19.6	11.0	47.5	103.2	106.7	141.8	882.0
1981-2010	92.3	74.3	63.2	82.9	75.8	32.4	16.5	13.0	55.4	132.4	114.0	132.5	884.7
Variável climática	Maior valor da quantidade de Precipitação Diária (mm)												
1971-2000	56.4	67.8	47.5	56.0	59.0	49.8	46.3	30.2	72.0	85.5	75.1	81.2	85.5
1971-2000	09/	01/	05/	28/	20/	07/	25/	21/	15/	27/	19/	21/	27/10/
1996	1972	1991	1971	1973	1997	2000	1990	1986	1972	1989	1989	1972	1972
1981-2010	56.4	83.0	52.4	51.0	54.1	49.8	46.3	40.4	72.0	141.9	75.1	81.2	141.9
1981-2010	09/	07/	13/	02/	24/	07/	25/	23/	15/	25/	19/	21/	25/10
1996	2001	2002	2000	2000	2004	1997	2000	2003	1986	2006	1989	1989	/2006
Variável climática	Número médio de dias com: Precipitação diária ≥1mm												
1971-2000	9.6	9.0	7.0	9.5	8.9	5.4	2.4	1.7	4.7	9.3	8.8	10.8	87.1
1981-2010	9.2	8.1	6.9	9.8	8.6	4.1	2.0	1.8	4.8	9.6	9.2	10.5	84.6
Variável climática	Número médio de dias com: Precipitação diária ≥10mm												
1971-2000	3.8	3.2	1.6	2.6	3.2	1.4	0.9	0.3	1.6	3.6	3.5	4.5	30.2
1981-2010	3.4	2.5	2.0	2.7	2.5	1.0	0.6	0.4	1.7	4.0	3.9	4.3	29.0

RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO - DINÂMICAS TRANSVERSAIS NA REGIÃO DO PNSE

Caracterização climática futura

Valores médios mensais e anuais da temperatura média do ar e da quantidade de precipitação para a região das Beiras e Serra da Estrela e períodos 1971-2000 e 2011 - 2070

Quantidade de precipitação média mensal e % da precipitação dos semestres húmido e seco do período 2011 a 2070 relativamente aos valores do período histórico de 1971 - 2000 na para a região das Beiras e Serra da Estrela

Mês	Histórico simulado Período 1971 - 2000		Cenário RCP 4.5 2011 - 2040		Cenário RCP 4.5 2041 - 2070		Cenário RCP 8.5 2011 - 2040		Cenário RCP 8.5 2041 - 2070	
	Temp. média °C	Precipitação (mm)	Temp. média °C	Precipitação (mm)	Temp. média °C	Precipitação (mm)	Temp. média °C	Precipitação (mm)	Temp. média °C	Precipitação (mm)
Janeiro	4.6	148.2	5.1	149.3	5.7	171.5	5.4	164.0	6.1	166.7
Fevereiro	5.2	121.4	5.9	123.1	6.0	125.3	5.8	117.8	6.5	121.4
Março	6.8	116.7	7.3	116.0	7.5	113.3	7.3	103.8	8.2	109.6
Abril	8.5	96.5	9.2	84.5	9.7	83.4	9.4	84.2	10.3	75.9
Mai	11.3	67.9	12.1	65.8	13.2	49.0	12.1	57.6	13.5	47.6
Junho	15.5	39.0	16.5	33.5	17.7	28.7	17.0	28.4	18.4	26.4
Julho	19.8	16.2	20.8	14.1	22.0	15.2	21.2	14.6	23.0	12.1
Agosto	20.1	18.7	21.6	18.0	22.4	13.0	21.5	16.3	23.2	12.2
Setembro	16.4	37.8	17.7	35.3	18.8	29.5	18.1	33.0	19.6	27.2
Outubro	11.4	108.9	12.5	84.1	13.2	88.7	12.8	89.2	14.1	87.1
Novembro	7.6	133.8	8.5	123.3	9.1	126.9	8.4	126.4	9.6	133.0
Dezembro	5.2	153.1	6.1	171.5	6.4	152.4	6.0	163.5	7.0	161.2
Ano	11.0	1058.0	11.9	1018.5	12.6	996.9	12.1	998.7	13.3	980.3

Mês	Histórico simulado Período 1971 - 2000	Cenário RCP 4.5 2011 - 2041	Cenário RCP 4.5 2041 - 2071	Cenário RCP 8.5 2011 - 2041	Cenário RCP 8.5 2041 - 2071
Outubro	108.9	84.1	88.7	89.2	87.1
Novembro	133.8	123.3	126.9	126.4	133.0
Dezembro	153.1	171.5	152.4	163.5	161.2
Janeiro	148.2	149.3	171.5	164.0	166.7
Fevereiro	121.4	123.1	125.3	117.8	121.4
Março	116.7	116.0	113.3	103.8	109.6
Abril	96.5	84.5	83.4	84.2	75.9
Mai	67.9	65.8	49.0	57.6	47.6
Junho	39.0	33.5	28.7	28.4	26.4
Julho	16.2	14.1	15.2	14.6	12.1
Agosto	18.7	18.0	13.0	16.3	12.2
Setembro	37.8	35.3	29.5	33.0	27.2
1º Trimestre chuvoso	395.7	378.9	367.9	379.2	381.4
Outubro a Dezembro	0.0%	-4.3%	-7.0%	-4.2%	-3.6%
2º Trimestre chuvoso	386.3	388.3	410.1	385.6	397.6
Janeiro a Março	0.0%	0.5%	6.2%	-0.2%	2.9%
Semestre chuvoso	782.0	767.2	778.0	764.8	779.0
Outubro a março	0.0%	-1.9%	-0.5%	-2.2%	-0.4%
Semestre seco	276.0	251.3	218.9	234.0	201.3
	0.0%	-9.0%	-20.7%	-15.2%	-27.1%

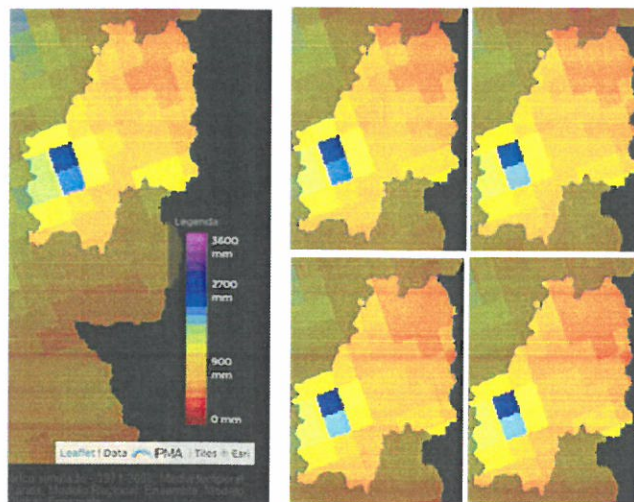
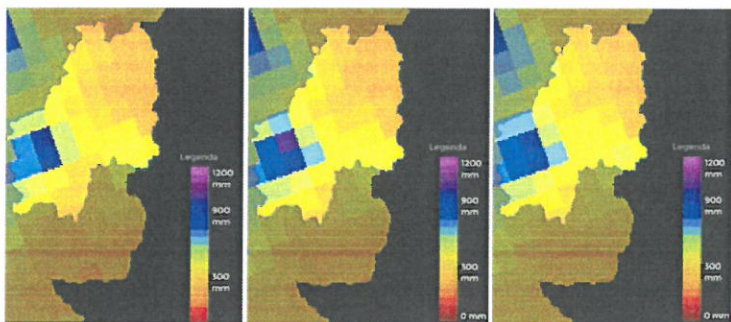
Os dados disponibilizados no Portal do Clima foram simulados e tratadas por um dos 744 projetos resultantes das atividades do programa AdaPT para Portugal ao nível das NUTS III, no âmbito do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (EEA-Grants)

RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO - DINÂMICAS TRANSVERSAIS NA REGIÃO DO PNSE

Caracterização climática futura

Mapas da quantidade de precipitação média nos 3 meses de inverno e períodos histórico de 1971 a 2000 (à esquerda) e futuros de 2011 a 2040 e de 2041 a 2070 (à direita) para o cenário RCP 8.5 para as Beiras e Serra da Estrela

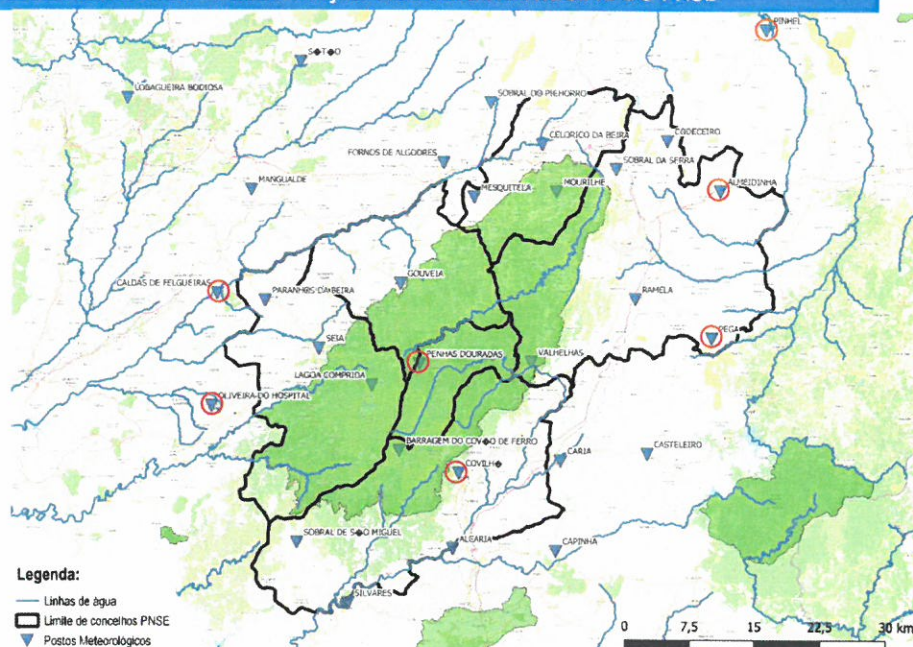
Mapas da quantidade de precipitação média anual nos períodos histórico de 1971 a 2000 (à esquerda) e futuros de 2011 a 2040 (em cima) e de 2041 a 2070 (em baixo) para os cenários RCP 4.5 e RCP 8.5, para as Beiras e Serra da Estrela



RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO – PRECIPITAÇÃO HISTÓRICA NA REGIÃO DO PNSE

Estações pluviométricas

Mapa da localização das estações pluviométricas consideradas no estudo da região do PNSE

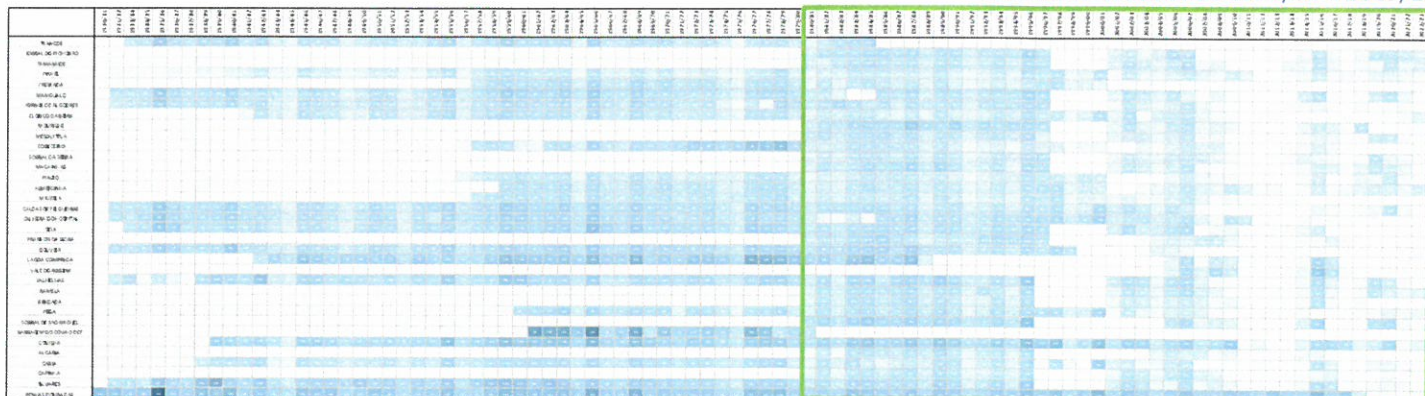


RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO – PRECIPITAÇÃO HISTÓRICA NA REGIÃO DO PNSE

Estações pluviométricas. Dados de precipitação

Precipitações anuais observadas nas estações pluviométricas incluídas no estudo com graduação de cores a azul. A azul escuro estão representados valores mais elevados da precipitação anual, a azul claro valores baixos da precipitação anual e a branco a ausência de dados

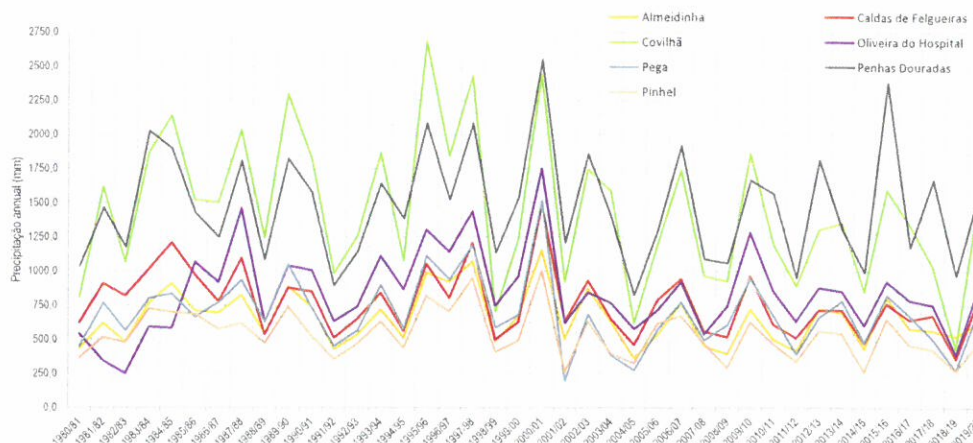
Período estudado: de 1980/81 a 2019/20



RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO – PRECIPITAÇÃO HISTÓRICA NA REGIÃO DO PNSE

Estações pluviométricas. Dados de precipitação

Variação da precipitação anual (mm) das estações pluviométricas base no período de 1980/81 a 2019/20

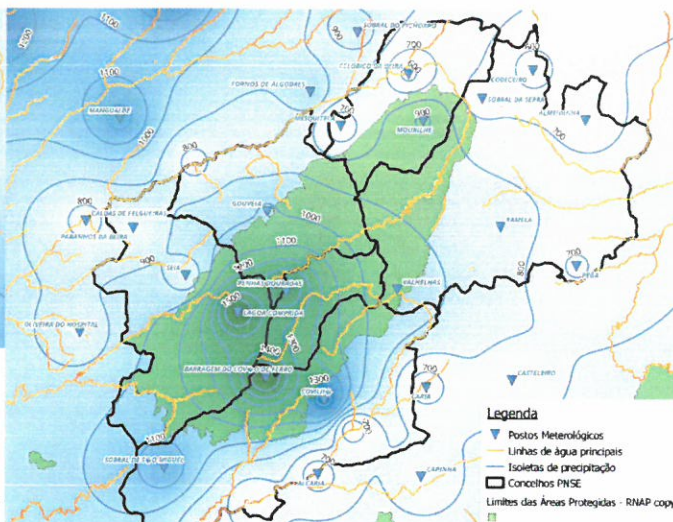
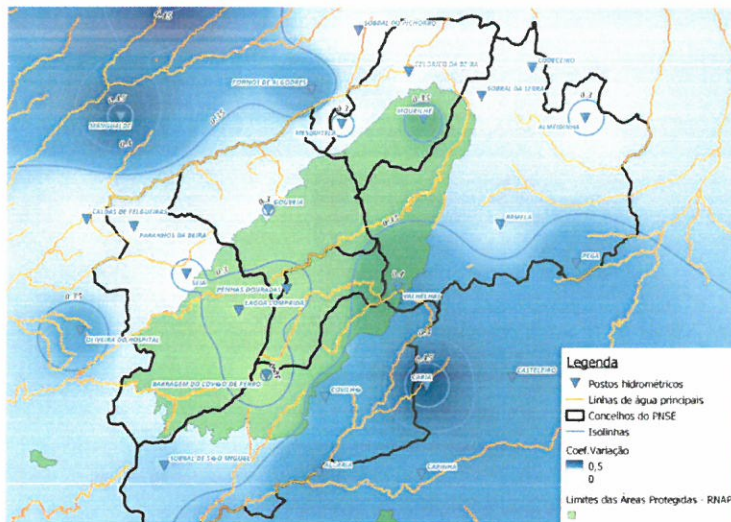


RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO – PRECIPITAÇÃO HISTÓRICA NA REGIÃO DO PNSE

Mapa da variação espacial do coeficiente de variação da precipitação anual na região do PNSE

Mapa da variação espacial da precipitação média anual na região do PNSE

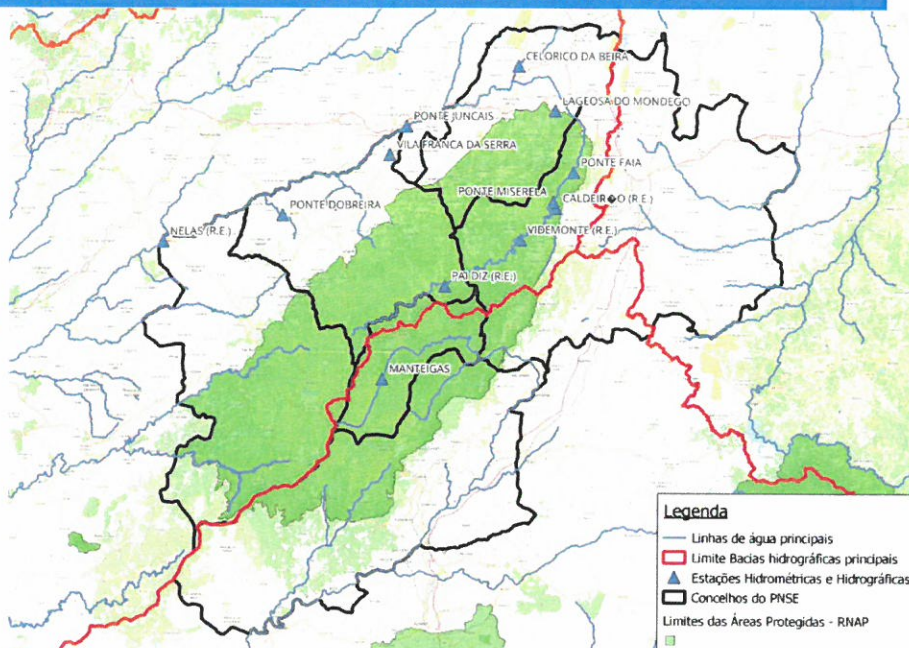
(Anos hidrológicos de 1980/81 a 2019/20)



RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO – RECURSOS HÍDRICOS NA REGIÃO DO PNSE

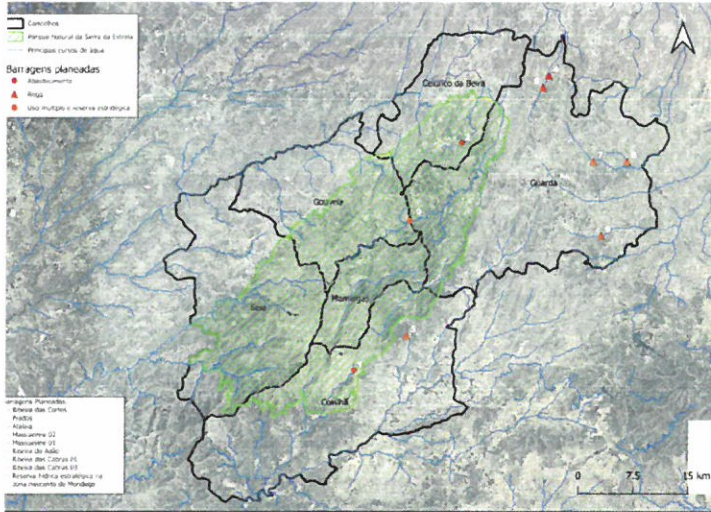
Estações hidrométricas

Mapa da localização das estações hidrométricas consideradas no estudo da região do PNSE

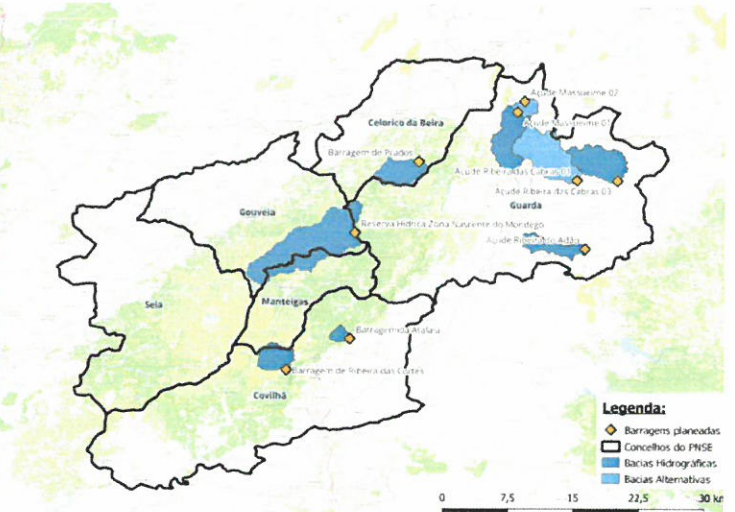


RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO – RECURSOS HÍDRICOS NA REGIÃO DO PNSE

Mapa da localização das barragens / açudes planeados na região do PNSE



Mapa Bacias hidrográficas definidas nas secções das barragens planeadas

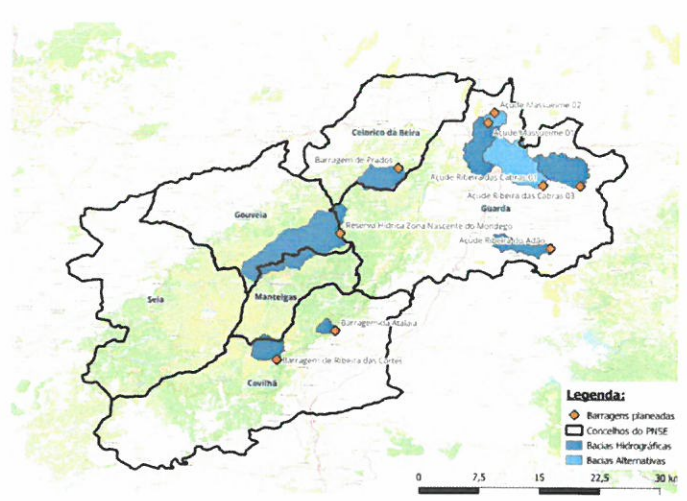


RECURSOS HÍDRICOS NA REGIÃO DO PNSE - RECURSOS HÍDRICOS NA REGIÃO DO PNSE

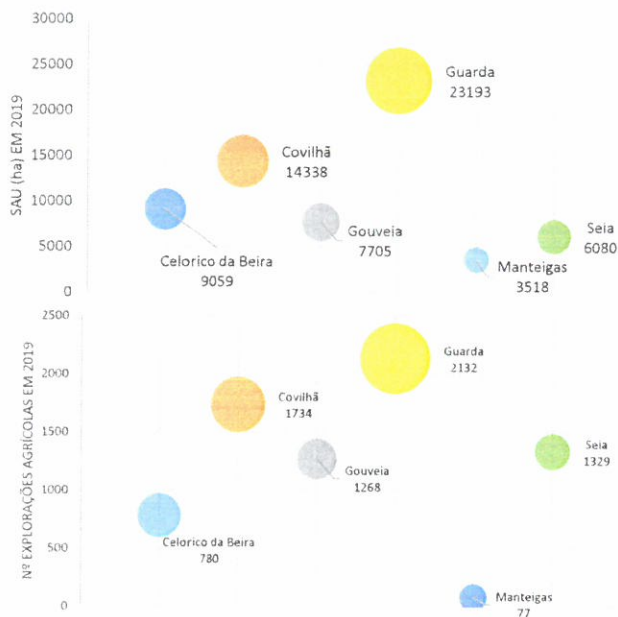
Resultados do modelo de Precipitação Escoamento para os locais das barragens planeadas

Secção da barragem / açude	Precipitação Escoamento		Coeficiente de esco. anual	Área da bacia hidrográfica km ²	Escoamento médio anual hm ³	Necessidades (hm ³)
	Média (mm)	Médio (mm)				
Barragem da Ribeira de Cortes	1544	973	0.63	12.75	12.41	3.30
Ribeira das Cabras – Açude 01	616	172	0.28	36.9	6.36	2.97
Ribeira das Cabras – Açude 03	655	199	0.3	25.64	5.11	2.73
Ribeira do Adão – Açude 01	754	272	0.36	13.46	3.66	4.04
Barragem da Atalaia	1439	886	0.62	3.9	3.45	20.00
Barragem de Prados	910	391	0.43	17.99	7.04	-
Massueime opção - 01	641	188	0.29	24.27	4.56	0.42
Massueime opção - 02	624	176	0.28	29.89	5.27	0.48
Vale do Zêzere e ribeira afluentes - Guarda	-	-	-	-	-	7.82
Vale do Mondego - Guarda	-	-	-	-	-	6.80
Reserva Hídrica Zona Nascente do Mondego	1215	655	0.54	68.6	44.9	-

Mapa Bacias hidrográficas definidas nas secções das barragens planeadas



RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO – AGRICULTURA E REGADIOS



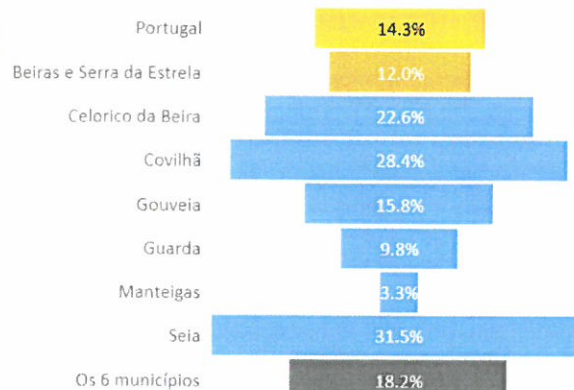
SAU E NÚMERO DE EPLORAÇÕES

- O concelho da Guarda com 23 193 ha em 2019, seguido do concelho da Covilhã com 14 338 ha possuem 58,7% da SAU total da área de estudo
- Os seis concelhos, em linha com o continente e com a região da Beira e Serra da Estrela, registaram um crescimento muito significativo da SAL entre 209 e 2019
- O número de explorações diminuiu nos concelhos de Manteigas (-30,6%), Seia (-23,1%) e em Celorico da Beira (-2,0%) acompanhado a tendência a nível nacional.
- O concelho de Manteigas apresenta um valor médio da SAU por exploração (45,7 ha) muito superior ao dos outros concelhos. O valor médio a SAU por exploração é 8,7 ha

RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO – AGRICULTURA E REGADIOS

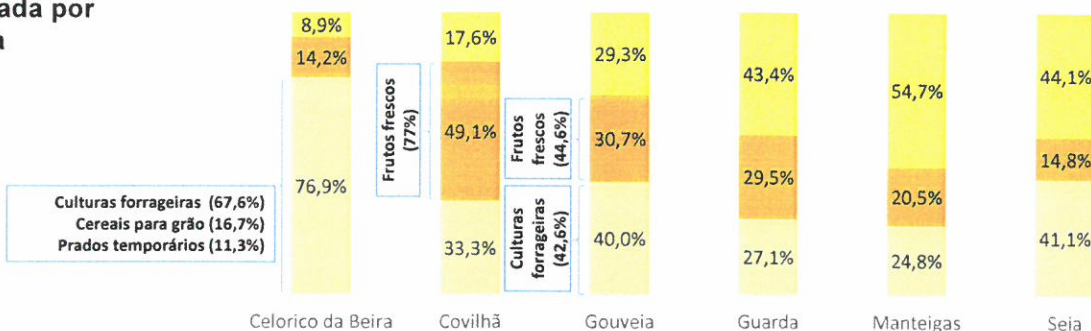
Localização geográfica (NUTS - 2013)	Superfície irrigável (ha) das explorações agrícola			Explorações agrícolas com superfície irrigável (N.º)		
	2009	2019	Variação	2009	2019	Variação
Portugal	540 593	630 517	16,6%	162 611	134 128	-17,5%
Beiras e Serra da Estrela	34 420	33 060	-4,0%	12 661	10 323	-18,5%
Celorico da Beira	2 801	2 497	-10,9%	620	587	-5,3%
Covilhã	3 910	4 808	23,0%	1 122	1 095	-2,4%
Gouveia	2 106	2 205	4,7%	1 080	1 029	-4,7%
Guarda	3 653	2 526	-30,9%	1 563	1 259	-19,4%
Manteigas	106	144	35,8%	45	59	31,1%
Seia	2 603	2 249	-13,6%	1 022	681	-33,4%
Total dos 6 municípios	15 179	14 429	-4,9%	5 452	4 710	-13,6%

Proporção da superfície regada (%) na superfície agrícola utilizada em 2019



RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO – AGRICULTURA E REGADIOS

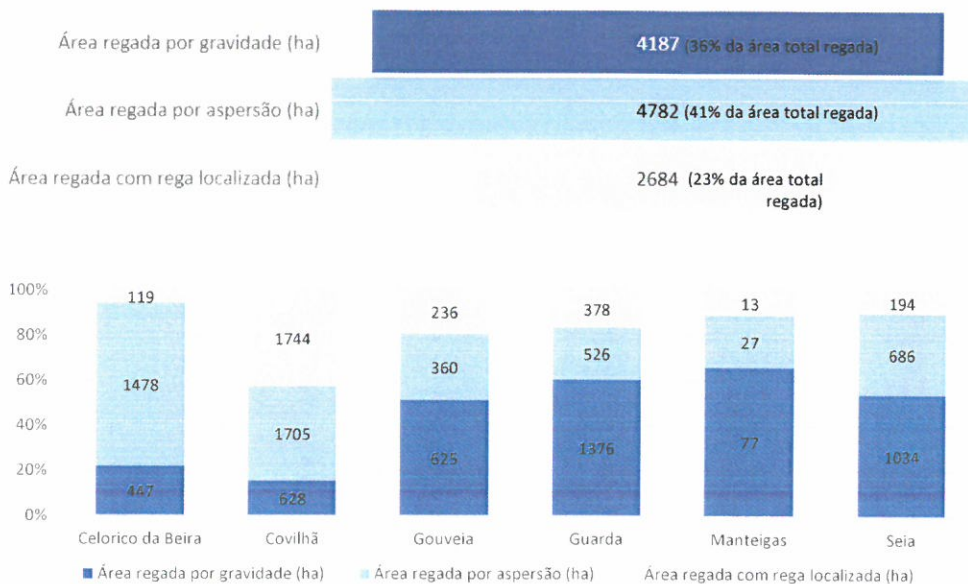
Distribuição da superfície regada por tipo de cultura



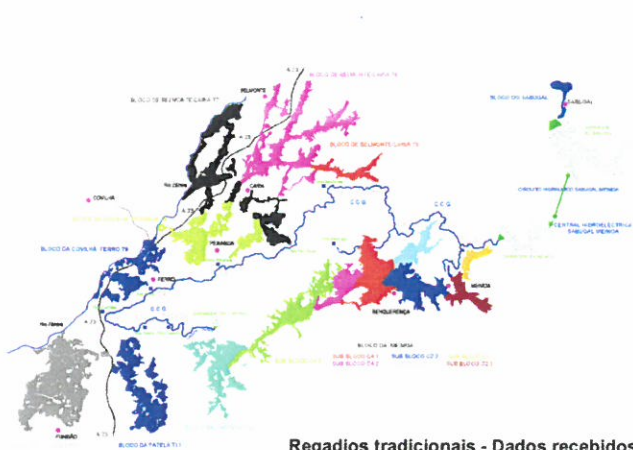
- Superfície regada de pastagens permanentes (ha) das explorações agrícolas
- Superfície regada de culturas permanentes das explorações agrícolas
- Superfície regada de culturas temporárias em cultura principal

Nos concelhos de Celorico da Beira, Gouveia, Manteigas é o olival a principal cultura permanente regada

Método de rega utilizado na área de estudo em 2019

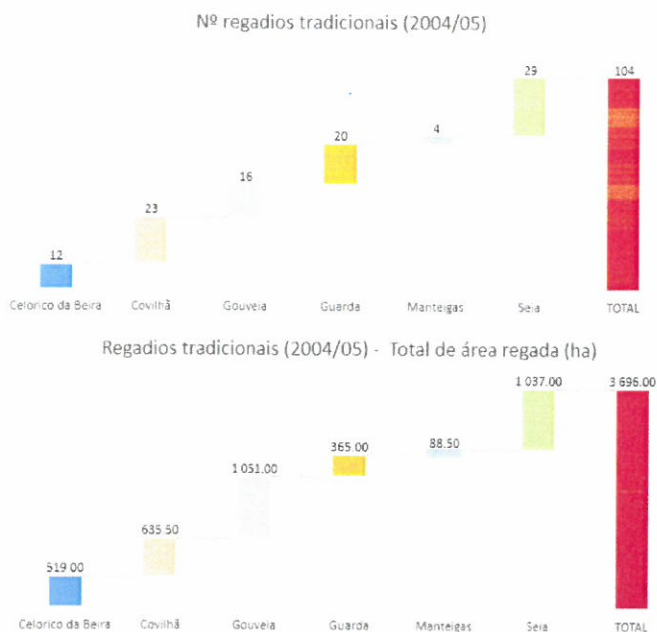


Aproveitamentos Hidroagrícolas existentes e regadios tradicionais



Regadios tradicionais - Dados recebidos do municípios:

- Guarda: 15 regadios tradicionais, com uma área total de 273 ha
- Seia: 13 regadios tradicionais, com uma área total de 431 ha



RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO – PECUÁRIA

De entre as atividades praticadas na região a ovinicultura de leite é, sem dúvida, das mais relevantes

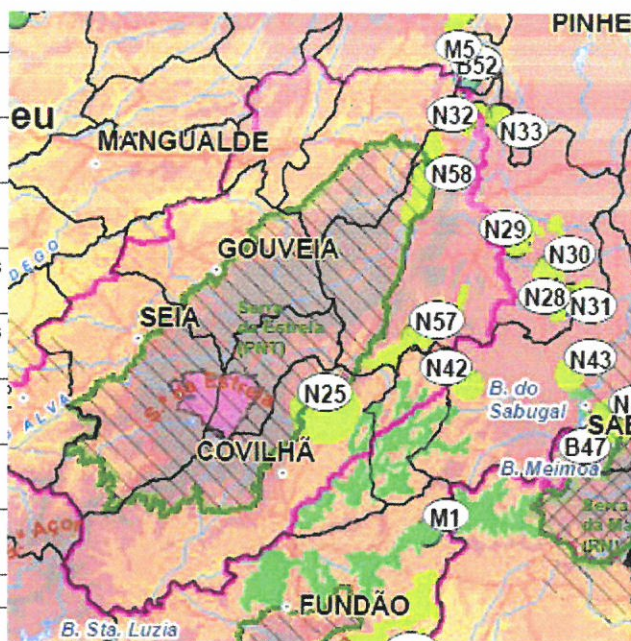


Com exceção do concelho de Manteigas, mais de 60% do efetivo ovino é criado em unidades forrageiras com mais de 10 ha.

	Efetivo bovino Nº	Efetivo pequenos ruminantes Nº	Efetivo ovino		Efetivo caprino	
			Nº	% do Efetivo pequenos ruminantes	Nº	% do Efetivo pequenos ruminantes
Continente	1 294 891	2 531 214	2 171 753	85,8%	359 461	14,2%
Beiras e S. da Estrela	50 914	234 641	201 443	85,9%	33 198	14,1%
Celorico da Beira	790	21 307	18 567	87,1%	2 740	12,9%
Covilhã	3 210	14 559	10 840	74,5%	3 719	25,5%
Gouveia	333	11 549	9 529	82,5%	2 020	17,5%
Guarda	7 363	22 748	17 580	77,3%	5 168	22,7%
Manteigas	94	1 329	680	51,2%	649	48,8%
Seia	71	13 795	11 169	81,0%	2 626	19,0%
Total dos 6 municípios	11 861	85 287	68 365	80,2%	16 922	19,8%

Projetos identificados pela DRAPCentro e as SIM da região Centro

	Aproveitamento	Concelho	Área (ha)	Origem de água
N25	AH Cova da Beira (margem direita do rio Zêzere)	Covilhã	5 000	Barragem da Atalaia/Teixoso
N28	Luzelo	Guarda	147	Barragem (ribeira do Luzelo)
N29	Ribeira das Cabras – Açude 01	Guarda	743	Açude / ribeira das Cabras)
N230	Ribeira das Cabras – Açude 03	Guarda	682	Açude / ribeira das Cabras)
N31	Ribeira do Adão – Açude 01	Guarda	1 017	Açude / ribeira de Adão)
N32	Massueime opção - 01	Guarda	104	Açude (ribeira do Massueime)
N33	Massueime opção - 02	Guarda	152	Ribeira do Massueime
N57	Vale do Zêzere e ribeira afluentes	Guarda	1 955	Cova da Beira *
N58	Vale do Mondego	Guarda	1 701	Albufeira do Caldeirão

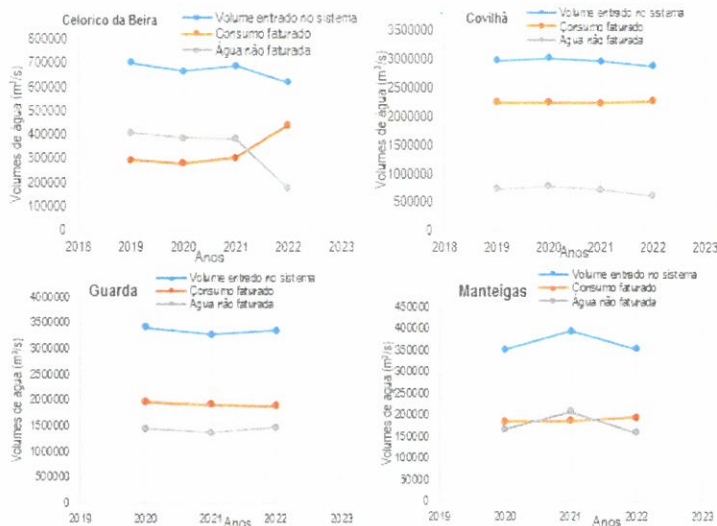


- **Guarda:** com um total de 8 projetos identificados que permitirão beneficiar uma área total de 6 541 ha (o que representará um aumento muito significativo da área irrigável: um aumento de 259%) .
- **Covilhã:** com 1 projeto identificado que poderá beneficiar uma área total de 5 000 ha (aumentando em cerca de 104% a área irrigável no município da Covilhã).

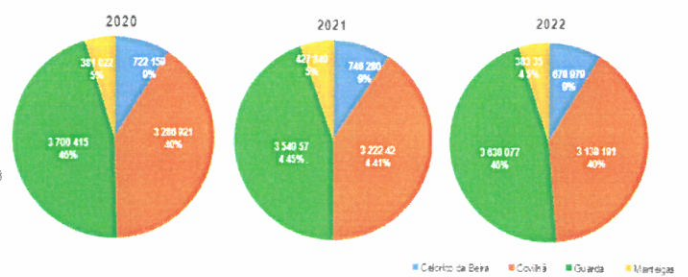
O estado de maturidade de todas as intervenções corresponde a Estudos Preliminares. Tal como é proposto no Estudos do Regadio2030 deverá ser estudada a viabilidade técnico-económica-ambiental destes aproveitamentos de uma forma integrada, a nível supramunicipal, com o objetivo de proceder a uma correta análise da sustentabilidade dos mesmos

RECURSOS HÍDRICOS NA REGIÃO DO PNSE – ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Balanco hídrico

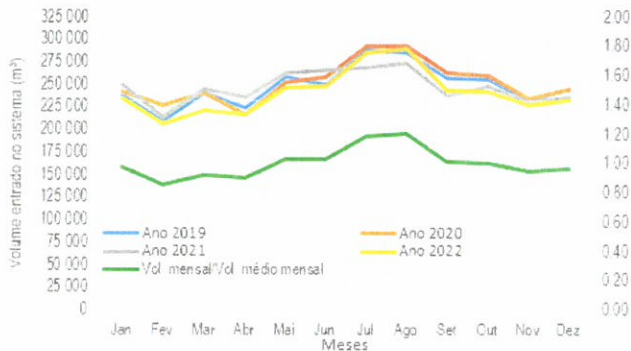


Volume anual disponibilizado na origem de água

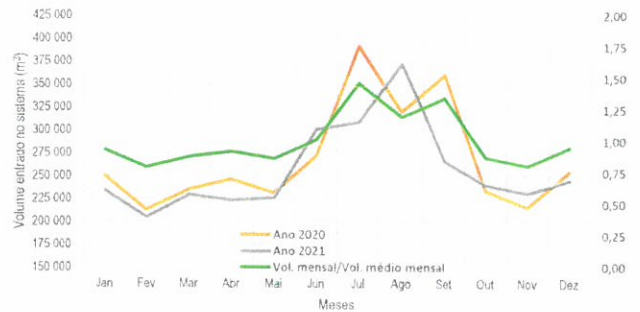


RECURSOS HÍDRICOS NA REGIÃO DO PNSE – ABASTECIMENTO DE ÁGUA

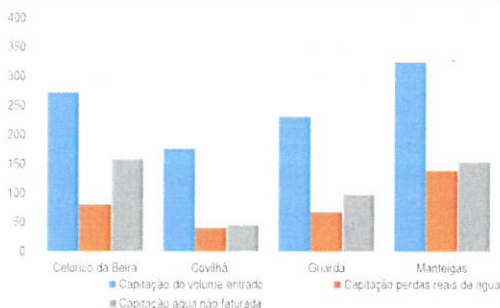
Distribuição mensal dos volumes anuais fornecidos em “Alta” ao município da Covilhã nos anos 2019 a 2022



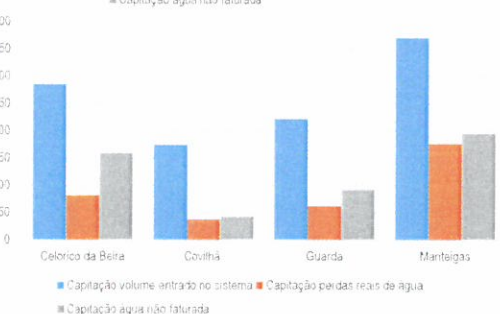
Distribuição mensal dos volumes anuais fornecidos em “Alta” ao município da Guarda nos anos 2020 e 2021



RECURSOS HÍDRICOS NA REGIÃO DO PNSE – ABASTECIMENTO DE ÁGUA

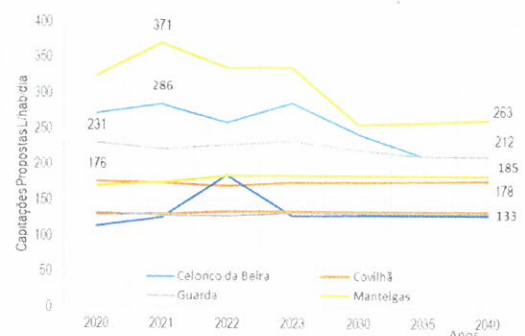


Ano 2020



Ano 2021

Capitações propostas (L/hab/dia)

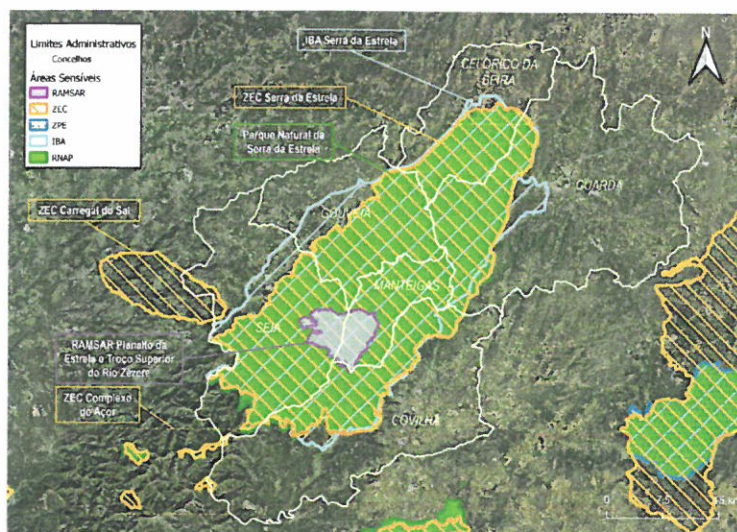


Capitações (L/hab/dia) dos volumes entrado no sistema, perdas reais de água e água não faturada (perdas comerciais)

RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO – Estudos Ambientais e Territoriais

Áreas Protegidas

- ☐ Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP):
 - Parque Natural da Serra da Estrela
- ☐ Rede Natura 2000:
 - ZEC¹ Serra da Estrela
 - ZEC Carregal do Sal
 - ZEC Complexo do Açor
- ☐ Sítios RAMSAR²:
 - Planalto da Serra da Estrela e troço superior do Rio Zêzere
- ☐ IBA – Important Bird Areas:
 - Serra da Estrela



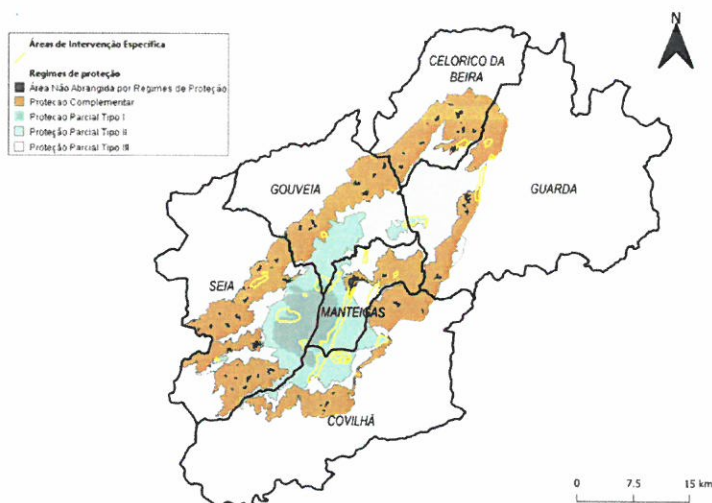
¹Zona Especial de Conservação

²Ao abrigo da convenção sobre as Zonas Húmidas de Importância Internacional

RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO – Estudos Ambientais e Territoriais

Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela

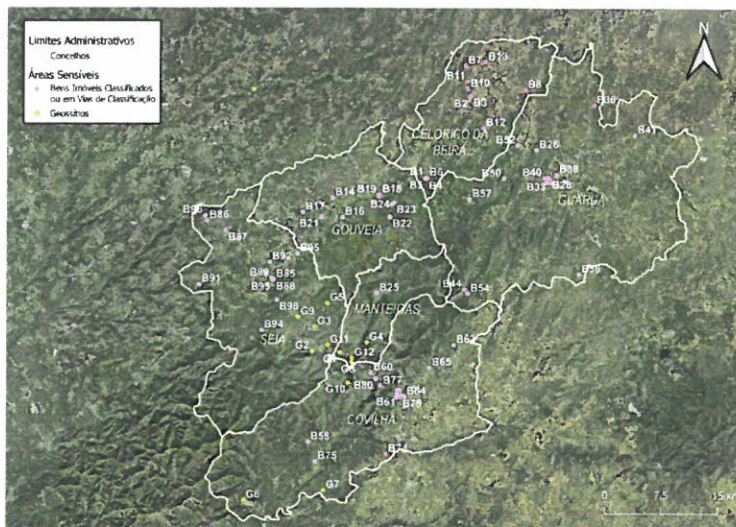
- ☐ Regimes de Proteção
 - Interdições a diferentes tipos de atividade humana consoante o regime de proteção da área onde se realizam as atividades
 - Áreas de Proteção Parcial Tipo I são as áreas mais restritas
 - Áreas de Intervenção Específica requerem planos e ações específicas que, pela sua particularidade, não são totalmente asseguradas pelos níveis de proteção anteriores



RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO – Estudos Ambientais e Territoriais

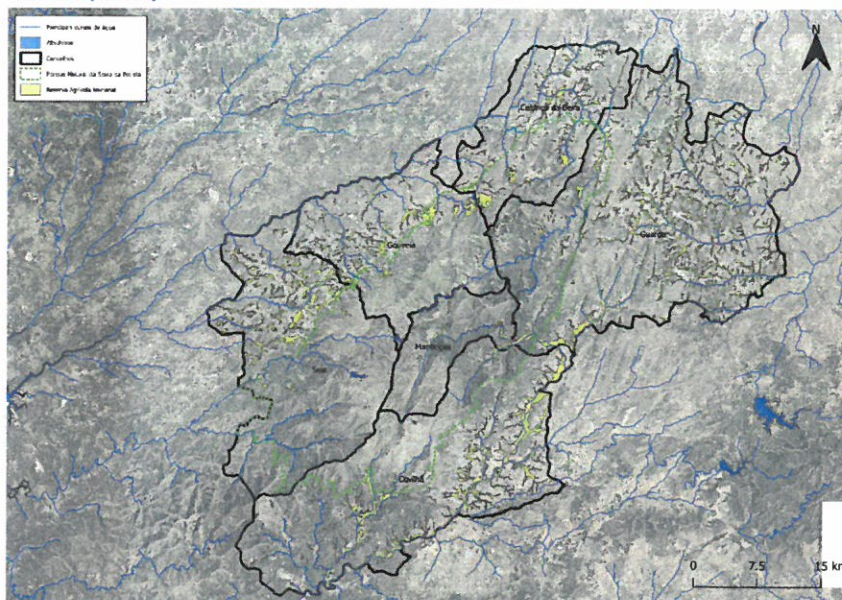
Bens imóveis classificados ou em vias de classificação e Geossítios

- Bens imóveis classificados ou em vias de classificação
 - 98 bens imóveis na área de estudo
 - Beneficiam de Zona Geral de Proteção (ZGP), Zona Especial de Proteção (ZEP) e/ou Zona Especial de Proteção Provisória (ZEPP)
- Geossítios
 - 12 Geossítios na área de estudo
 - Ocorrências geológicas de elevado valor científico



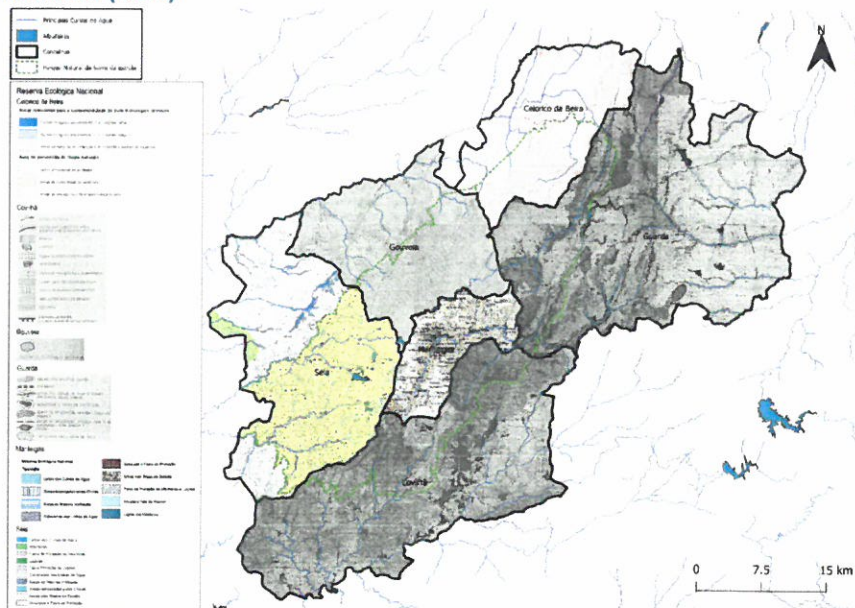
RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO – Estudos Ambientais e Territoriais

Reserva Agrícola Nacional (RAN)



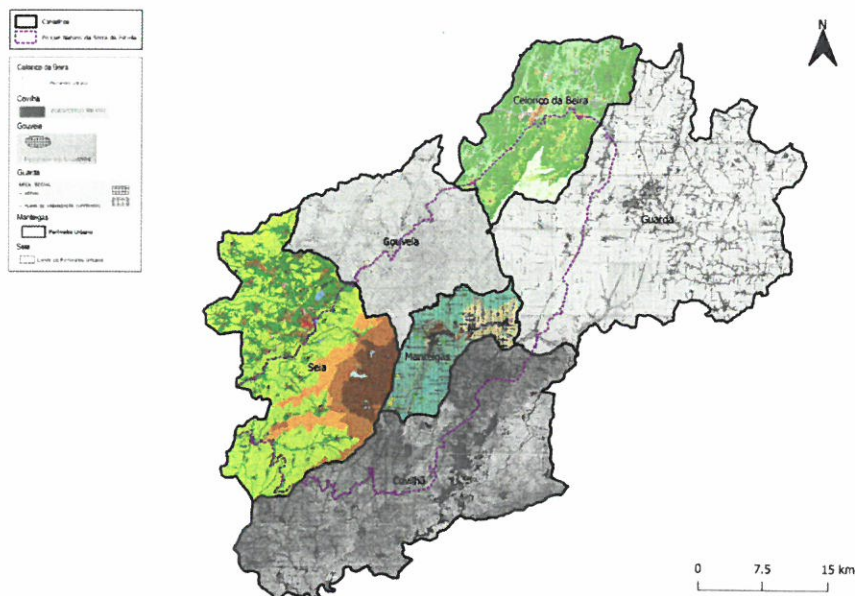
RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO – Estudos Ambientais e Territoriais

Reserva Ecológica Nacional (REN)



RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO – Estudos Ambientais e Territoriais

Perímetros Urbanos



RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO – Estudos Ambientais e Territoriais

Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental (RJAIA)

No âmbito do presente Plano de Avaliação serão indicados/propostos projetos que poderão estar sujeitos a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) obrigatória, caso se enquadrem nas tipologias de projeto fixadas nos Anexos I e II do RJAIA, tais como:

- Projetos de **emparelamento rural** com ou sem infraestruturação para **regadio**
- Projetos de desenvolvimento agrícola que incluam **infraestruturação de rega e drenagem**
- Instalação de indústrias destinadas à **produção de energia elétrica, de vapor e de água quente**
- Instalações industriais destinadas ao transporte de gás, vapor e água quente e **transporte de energia elétrica por cabos aéreos**
- Instalações para a **produção de energia hidroelétrica**
- Operações de **loteamento urbano**, incluindo a construção de estabelecimento de comércio ou conjunto comercial e de parques de estacionamento
- Barragens** e outras instalações destinadas a reter a água ou armazená-la de forma permanente
- Construção de **aquedutos e adutoras**
- Marinas, portos de recreio e docas**
- Estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos turísticos, apartamentos turísticos, conjuntos turísticos e hotéis rurais**, quando localizados fora de zonas urbanas, e projetos associados
- Parques de **campismo** e de caravanismo permanentes

A obrigatoriedade de AIA é dependente das dimensões do projeto, de acordo com as condições estabelecidas no Anexo II do RJAIA, assim como da localização do projeto (total ou parcialmente) dentro ou fora de **Áreas Sensíveis**.

RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO – Estudos Ambientais e Territoriais

Estratégias, Planos e Programas de Utilização de Recursos Hídricos

•Estratégia Portugal 2030

- Enquadra e estrutura a execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC).

•Programa Nacional de Investimentos (PNI 2030)

- Planeamento do próximo ciclo de investimentos estratégicos e estruturantes de âmbito nacional, incluindo nas áreas de Ambiente, Energia e Regadio.

•Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2022

- Estratégia nacional para a agricultura e o desenvolvimento rural, aprovado pela Comissão Europeia.

Plano Nacional da Água

- Políticas de gestão de recursos hídricos nacionais.

Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água

- Promoção do uso eficiente da água nos setores urbano, agrícola e industrial, contribuindo para minimizar os riscos de escassez hídrica.

Programa Nacional de Regadios

- Estratégia de financiamento do regadio no território nacional que visa a expansão e requalificação dos regadios existentes e a criação de novas áreas regadas.

Regadio 2030

- Levantamento para identificação e caracterização dos investimentos a realizar no âmbito do regadio público em Portugal Continental.

Planos de Gestão de Região Hidrográfica

- Planeamento de gestão dos recursos hídricos.
- 3 Regiões Hidrográficas na área de estudo: Região Hidrográfica do Douro (RH3), Vouga, Mondego e Lis (RH4A) e Tejo e Ribeiros do Oeste (RH5A).

RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO – Estudos Ambientais e Territoriais
Setor do Turismo
Estratégia Turismo 2027

- Referencial estratégico para o turismo em Portugal no período 2017-2027

**Plano Regional de Desenvolvimento Turístico 2020-2030
– Região Centro**

- Estratégia da Região Centro no setor do Turismo para o período 2020-2030



<https://serraestrela.gov.pt/>

- A Serra da Estrela é um dos destinos turísticos de maior relevância em Portugal
- Elevado número de hóspedes por habitante
- Único sítio em Portugal onde são praticáveis desportos de inverno
- Elevado valor histórico, cultural, natural, paisagístico e gastronómico



- Potencial pressão acrescida sobre os recursos hídricos e ecossistemas

RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO - DINÂMICAS TRANSVERSAIS NA REGIÃO DO PNSE
Medidas para promover o desenvolvimento agrícola
Regadio

1. Avaliação do potencial hidroagrícola do Parque Natural da Serra da Estrela incluindo os regadios tradicionais
2. Desenvolvimento dos Estudos, Projetos de Execução dos Aproveitamentos e respetivos Estudos de Impacte Ambiental
3. Reabilitação dos regadios tradicionais
4. Implementação dos aproveitamentos hidroagrícola coletivos de interesse regional
5. Promoção das técnicas de conservação da água e do solo
6. Desenvolvimento das fileiras de produção de frutos frescos
7. Apoio às fileiras de produção de forrageiras

Pecuária

1. Incentivos à produção de ovinos Serra da Estrela e caprinos
2. Programas para melhoramento genético nos ovinos e caprinos
3. Preservação e melhoramento das pastagens de montanha (lameiros, cervunais e outras pastagens permanentes, de grande valor ecológico, económico, cultural e paisagístico)
4. Promoção das fileiras do leite e da lã
5. Desenvolvimento de sinergias entre as várias fileiras associadas à produção de ovinos e o turismo

RECURSOS HÍDRICOS NA REGIÃO DO PNSE – RECURSOS HÍDRICOS E ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Medidas a promover nos Recursos Hídricos

1. Criação da reserva hídrica estratégica na zona nascente do Mondego para o caudal máximo regularizável

Medidas a promover no Abastecimento de Água

1. Implementar a barragem da Ribeira de Cortes
2. Implementar os adutores / Estação de tratamento de água da Covilhã?
3. Implementar Programa para Controle Ativo das Perdas de Água em todos os municípios do PNSE
4. Reabilitação / substituição de ativos que ultrapassaram a sua vida útil e introduzir materiais de qualidade nas redes de distribuição de água (apenas foram disponibilizados dados de Manteigas, mas pode acontecer que seja necessário a reabilitação de ativos (condutas e reservatórios) em outros municípios)
5. Ligação ao sistema em Alta das localidades de Avelãs de Ambom, Rocamondo e Vila Franca do Deão a ser realizada pela AdVT
6. Ligação ao sistema em Alta de Balsemão e Benavente a ser realizada pela CM da Guarda
7. Reabilitação das nascentes de fontanários de Celorico da Beira
8. Recuperação ambiental do local das Minas da Panasqueira
9. Promoção da energia hidroelétrica associada ao regadio e aos adutores do abastecimento de água da Covilhã

RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO - DINÂMICAS TRANSVERSAIS NA REGIÃO DO PNSE

Medidas para promover o desenvolvimento turístico na região do Parque Natural da Serra da Estrela

1. **Promoção dos locais mais interessantes, infraestrutura básica e gestão dos resíduos sólidos:**
 - Identificação e promoção dos pontos de interesse naturais, como locais aprazíveis junto dos Rios Mondego e Zêzere, formações rochosas de interesse, áreas de observação da paisagem e da vida selvagem, lagoas, trilhas para caminhadas, miradouros, etc. e fornecimento de informações detalhadas, mapas e guias para os turistas, tanto online como nos Pontos de informação turística.
 - Nas áreas de lazer onde se proporcione a realização de piqueniques equipar com a infraestrutura básica – água saneamento, instalações sanitárias, mesas, bancos e se justificar ter pontos de apoio do tipo café durante o verão.
 - Implementar um sistema eficaz de gestão de resíduos sólidos em todos os locais da Serra da Estrela visitados pelos turistas, incluindo a instalação de recipientes para que os turistas descartem os resíduos e assegurar a coleta diária/frequente dos resíduos e seu encaminhamento para um local apropriado.
2. **Atividades ligadas à gastronomia e produtos regionais a promover**
 - Incentivar a requalificação dos restaurantes existentes e/ou a abertura de novos restaurantes para promover a culinária regional, enriquecendo-a com uma abordagem contemporânea, que preserva as raízes culturais enquanto atende aos paladares e expectativas atuais
 - Incentivar a criação de espaços de qualidade com atmosfera acolhedora para comercialização de produtos regionais, como bolinhos locais, compotas tradicionais, queijos típicos da região, e onde os turistas possam desfrutar de uma experiência gastronómica e cultural, como por exemplo conhecer a história da produção desses produtos.

RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO - DINÂMICAS TRANSVERSAIS NA REGIÃO DO PNSE**Medidas para promover o desenvolvimento turístico na região do Parque Natural da Serra da Estrela****3. Eventos Culturais**

- Promover a organização de festivais de música, grupos de rancho, bandas locais e eventos culturais que celebrem a herança cultural da região do Parque Natural da Serra da Estrela, reativar os cine-teatros para este efeito.

4. Apoio Financeiro e Incentivos Públicos

- Disponibilizar subsídios, incentivos fiscais ou empréstimos a taxas reduzidas para empresas privadas que desejam investir no desenvolvimento turístico da região.
- Estabelecer parcerias público-privadas para implementar projetos conjuntos de infraestrutura e promoção turística.

5. Marketing e promoção:

Promover a Serra da Estrela como um destino de Turismo de Natureza por meio de campanhas de marketing direcionadas a públicos interessados em natureza, aventura e cultura local.



AUTORIDADE NACIONAL DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL

COMANDO REGIONAL DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL DO CENTRO



Covilhã, 30 de novembro 2023



- **Art.º1º** Lei de bases da Proteção Civil - Lei n.º 27/2006, de 03 de Julho

Proteção civil

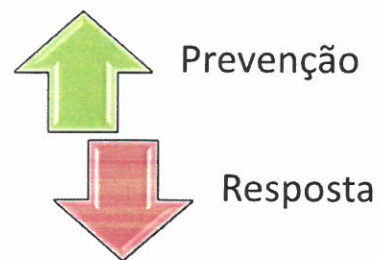
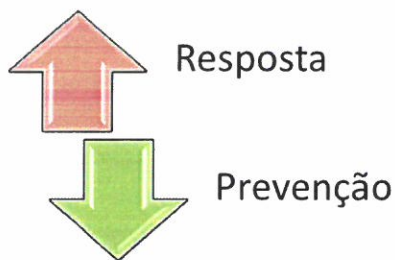
1 - A **proteção civil** é a **atividade** desenvolvida pelo Estado, regiões autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas **com a finalidade de prevenir** riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, **de atenuar** os seus efeitos e **proteger e socorrer** as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram.

2 - A atividade de proteção civil tem **caráter permanente, multidisciplinar e plurisectorial**, cabendo a todos os órgãos e departamentos da Administração Pública **promover as condições indispensáveis à sua execução, de forma descentralizada**, sem prejuízo do apoio mútuo entre organismos e entidades do mesmo nível ou proveniente de níveis superiores.



Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2021, de 11 de agosto

Aprova a Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030



2



Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes



Acordo de Paris, referente à adaptação às alterações climáticas



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030

2



Fortalecer a governança na gestão de riscos

Melhorar o conhecimento sobre os riscos

Implementar estratégias para a redução de riscos

Melhorar a preparação face à ocorrência do risco

Envolver os cidadãos no conhecimento dos riscos

2



Fortalecer a governança na gestão de riscos

Articulação e cooperação
Capacitação para a gestão do risco

Melhorar o conhecimento sobre os riscos

Avaliação de riscos
Avaliação de danos

Implementar estratégias para a redução de riscos

Prevenção imaterial
Prevenção estrutural

Melhorar a preparação face à ocorrência do risco

Monitorização, alerta e aviso
Planeamento de emergência

Envolver os cidadãos no conhecimento dos riscos

Educação para o risco
Sensibilização da comunidade

2



AUTORIDADE NACIONAL DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL

COMANDO REGIONAL DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL DO CENTRO



Covilhã, 30 de novembro 2023



PRPNSE

**PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO
PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ

DEBATE TEMÁTICO

- **RESOLUÇÃO DE CONSELHO DE MINISTROS Nº 73-B/2022**, DE 29 DE AGOSTO – DECLARA SITUAÇÃO DE CALAMIDADE NOS CONCELHOS DO PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA (PNSE)
- **RESOLUÇÃO DE CONSELHO DE MINISTROS Nº 83/2022**, DE 27 DE SETEMBRO – APROVA MEDIDAS EM CONSEQUÊNCIA DOS DANOS CAUSADOS PELOS INCÊNDIOS FLORESTAIS NO PNSE

1. INVENTARIAÇÃO DOS DANOS E PREJUÍZOS CAUSADOS PELOS INCÊNDIOS RURAIS DE 2022:

PROTEÇÃO CIVIL
ATIVIDADES ECONÓMICAS
FLORESTAS E AGRICULTURA
RECURSOS HÍDRICOS
HABITAÇÃO

...

2. APLICAÇÃO DE MEDIDAS DE AÇÃO E APOIOS EXTRAORDINÁRIOS

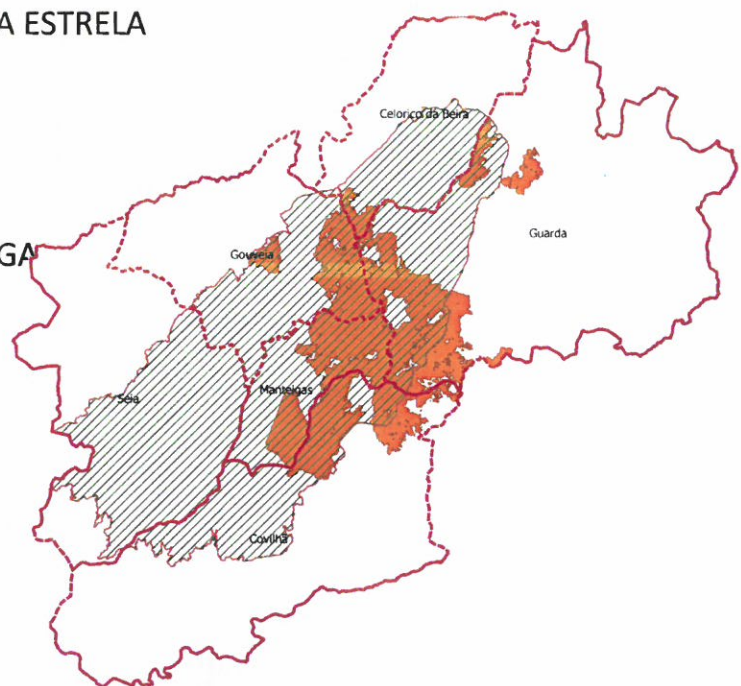
RESPOSTA IMEDIATA – AÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO URGENTES, APOIOS SOCIAIS E ECONÓMICOS

RESPOSTA TARDIA – PROMOVER A RESILIÊNCIA E COMPETITIVIDADE DOS TERRITÓRIOS AFETADOS



ÁREA DO PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA
89 100 HA

ÁREA ARDIDA 2022
22 000 HA (COVILHÃ, GOUVEIA, MANTEIGA)



NOVEMBRO 2023

PRPNSE

**PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO
PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ

DEBATE TEMÁTICO

INICIATIVAS PÓS INCÊNDIO

AÇÕES EXECUTADAS

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO OU INICIATIVA		INVESTIMENTO TOTAL (C/IVA)
IMEDIATAMENTE A SEGUIR AO INCÊNDIO:		
- APOIO PARA SATISFAÇÃO DE NECESSIDADES BÁSICAS DE SOBREVIVÊNCIA DE PESSOAS E ANIMAIS, NOMEADAMENTE ALIMENTAÇÃO, MEDICAMENTOS, ÁGUA, ENTRE OUTROS,		
- SISTEMAS DE REGA AGRÍCOLA E BEBEDOUROS PARA ANIMAIS,		
- CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AJUDA,		22.510,00 €
- PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS APOIOS DISPONÍVEIS, AUXÍLIO NO PREENCHIMENTO DE FORMULÁRIOS E LEVANTAMENTO DE DANOS,		
- ENTRE OUTROS. (1)		
RECUPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS AFETADAS	CORTE DE VEGETAÇÃO QUEIMADA (2)	106.006,84 €
	RECUPERAÇÃO DE TRILHOS E PERCURSOS PEDESTRES (3)	27.659,21 €
CONTROLO DA EROSIÃO, TRATAMENTO E PROTEÇÃO DAS ENCOSTAS	ENTRANÇADOS DE RESÍDUOS FLORESTAIS, CORTE DE ÁRVORES, ESTILHAGEM DE RESÍDUOS (4)	230.319,72 €
	SEMENTEIRA DE CENTEIO (5)	6.070,20 €
PREVENÇÃO DE CONTAMINAÇÃO E ASSOREAMENTO E RECUPERAÇÃO DE LINHAS DE ÁGUA	CORTE E REMOÇÃO DE MATERIAL VEGETAL ARDIDO (6)	60.879,19 €
TOTAL		453.445,16 €



AÇÕES EM EXECUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO OU INICIATIVA		INVESTIMENTO TOTAL (C/IVA)
REPOSIÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DANIFICADAS (1) (7)		115.209,63 €
RECUPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS AFETADAS	RECUPERAÇÃO E TRATAMENTO DA REDE VIÁRIA: CAMINHOS DA REDE FLORESTAL (8)	98.787,93 €
PREVENÇÃO DE CONTAMINAÇÃO E ASSOREAMENTO E RECUPERAÇÃO DE LINHAS DE ÁGUA	REABILITAÇÃO DE AÇUDES, PEQUENAS OBRAS DE CORREÇÃO TORRENCIAL (9)	72.334,40 €
REDE PRIMÁRIA DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS	AUMENTO DAS INFRAESTRUTURAS PARA APOIO AO COMBATE AOS GRANDES INCÊNDIOS FLORESTAIS (10)	3.800.000,00 € (**)
“ALDEIA SEGURA, PESSOAS SEGURAS”	IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS DE PREVENÇÃO E EVACUAÇÃO NAS ALDEIAS RURAIS	20.000,00 €
PLANO DE FOGO CONTROLADO	MELHORIA DAS CONDIÇÕES PARA O COMBATE AOS GRANDES INCÊNDIOS FLORESTAIS E APOIO À PASTORÍCIA (10)	100.000,00€
TOTAL		4.206.331,96 €



AÇÕES ADJUDICADAS

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO OU INICIATIVA		INVESTIMENTO TOTAL (C/IVA)
RECUPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS AFETADAS	RECUPERAÇÃO E TRATAMENTO DA REDE VIÁRIA: APLICAÇÃO DE <i>TOUT VENANT</i> ⁽¹¹⁾	156.567,14 €
DIMINUIÇÃO DA PERDA DE BIODIVERSIDADE	CONTROLO DE ESPÉCIES INVASORAS ⁽¹²⁾	164.851,20 €
OBRAS DE REABILITAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DOS ECOSISTEMAS RIBEIRINHOS ^{(13) (**)}	GARANTIR O ESCOAMENTO DAS LINHAS DE ÁGUA: CORTE E REMOÇÃO DE MATERIAL VEGETAL ASSEGURAR O USO BALNEAR: LIMPEZA DA ZONA DE BANHOS E ÁREA ENVOLVENTE	217.000,00 €
TOTAL		531.418,34



AÇÕES ADJUDICADAS

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO OU INICIATIVA		INVESTIMENTO TOTAL (C/IVA)
OBRAS HIDRÁULICAS E ESTRUTURAS DE CORREÇÃO FLUVIAL (13)	GARANTIR O ESCOAMENTO DAS LINHAS DE ÁGUA: REMOÇÃO DE SEDIMENTOS E OUTRO MATERIAL DOS LEITOS GARANTIR O ESCOAMENTO DAS LINHAS DE ÁGUA: RECUPERAÇÃO DA SECÇÃO DE VAZÃO DAS PASSAGENS HIDRÁULICAS E PONTÕES MINIMIZAR A EROÇÃO: CONSOLIDAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE TALUDES E MARGENS MINIMIZAR A EROÇÃO: REABILITAÇÃO DE AÇUDES MINIMIZAR A EROÇÃO: PEQUENAS OBRAS DE CORREÇÃO TORRENCIAL	179.417,60 €
TOTAL		179.417,60 €

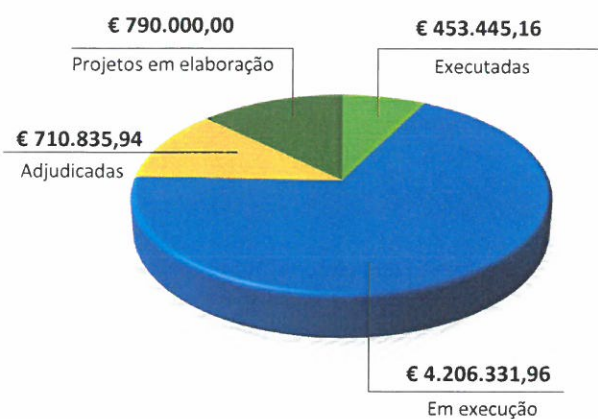


AÇÕES COM PROJETO EM ELABORAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO OU INICIATIVA		INVESTIMENTO TOTAL ESTIMADO (C/IVA)
REDE DE PONTOS DE ÁGUA	APOIO ÀS OPERAÇÕES DE COMBATE EM INCÊNDIOS DE MONTANHA	540.000,00 €
CONDOMÍNIOS DE ALDEIA	AUMENTO DA RESILIÊNCIA DAS ALDEIAS, INTERVENÇÃO NA INTERFACE URBANO-RURAL	250.000,00 €
TOTAL		790.000,00 €

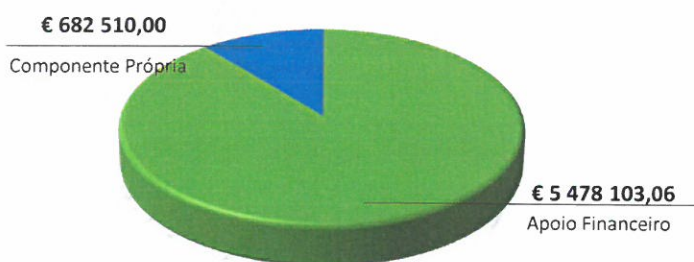


ESTADO DE EXECUÇÃO



INVESTIMENTO TOTAL

€ 6.160.613,06



(*) Fontes de Financiamento:

- Fundo Ambiental - APA
- Fundo Ambiental - ICNF
- DGAL/CCDR

INICIATIVAS E PROPOSTAS



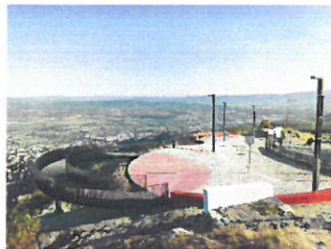
- IC6 *GREEN ROAD*
- APROVEITAMENTO HIDRÁULICO DAS CORTES
- INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DE LAMAÇAIS
- ACESSOS RODOVIÁRIOS (CORTES DO MEIO, UNHAIS DA SERRA, VERDELHOS)
- ROTAS E PERCURSOS PEDESTRES E CICLÁVEIS
- PROTEÇÃO CIVIL (CENTRO MUNICIPAL, UNIDADE DE FORMAÇÃO, UNIDADES LOCAIS)
- MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE À SERRA DA ESTRELA
- PLANO DE PORMENOR INTERMUNICIPAL DA TORRE



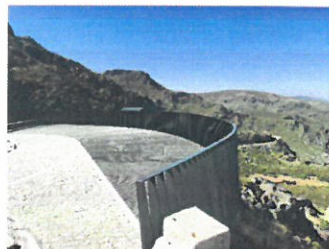
VALORIZAÇÃO DA SERRA



**MIRADOURO DA VARANDA DOS
CARQUEIJAIS**



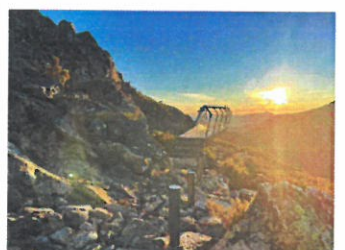
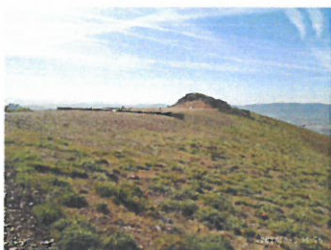
MIRADOURO DO ALTO DOS LIVROS



MIRADOURO DO COVÃO

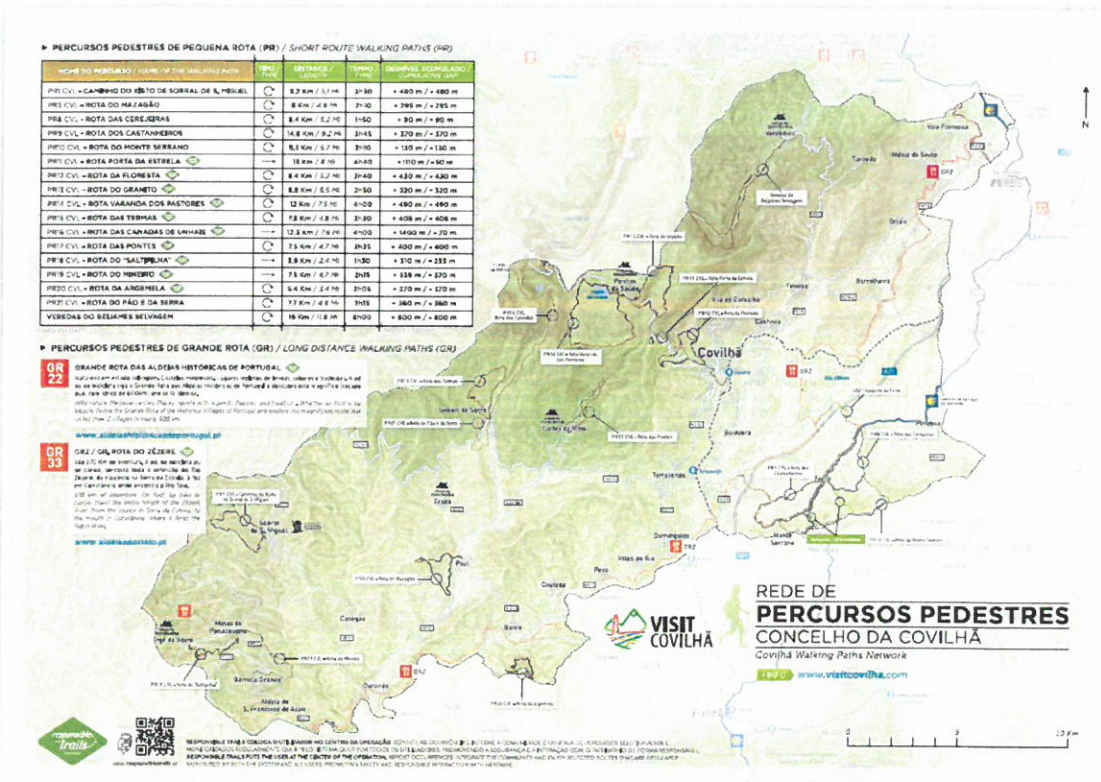


MIRADOURO DOS PIORNOS



PERCURSOS PEDESTRES DE PEQUENA ROTA

TOTAL DE KM :
220,05 KM



WWW.CM-COVILHA.PT



PLANTASONLINE.CM-COVILHA.PT/GEOPORTAL



275 330 600



INFO@CM-COVILHA.PT

BEM-HAJA

